

Cultura que gera Valor



RELATÓRIO & CONTAS
1S2026



Índice

01

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mensagem do Conselho de Administração ...05

02

PRINCIPAIS INDICADORES

Principais Indicadores.....08

03

GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

Estrutura Societária 10
Modelo de Governo 13
Nossa Estratégia38
Plano Estratégico 2024-2026.....40
Sustentabilidade.....43
Capital Humano.....47
Prémios52

04

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Economia Internacional54
Mercados Financeiros.....56
Economia Angolana57
Inflação e Taxas de Juro59

Índice

05

GESTÃO
DE RISCO

Gestão de Risco	62
A Cultura de Risco como Pilar Estratégico	63
Modelo de Gestão dos Riscos	64
Governança dos Riscos	64
Perfil de Risco	68
Risco de Crédito	69
Risco de Balanço	72
Risco de Liquidez	72
Risco de Taxa de Câmbio	74
Risco de Taxa de Juro	75
Risco Operacional	75
Risco de Capital e Solvência	77
Risco de <i>Compliance</i>	78

06

ANÁLISE
FINANCEIRA

Análise Financeira	81
Solidez e Resiliência do Balanço	82
Activo	83
Passivo	86
Capitais Próprios	88
Demonstração de Resultados	89
<i>Return On Assets</i> e <i>Return On Equity</i>	89
Evolução da Margem Financeira	90
Evolução da Margem Complementar	91
Comissões e Outros Proveitos	92
Evolução dos Custos de Estrutura	93
Provisões e Imparidades	93
Cotação da acção BFA	94

07

PARTICIPAÇÕES
FINANCEIRAS

Participações Financeiras	97
---------------------------------	----

08

RESPONSABILIDADE
DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações Financeiras Individuais	102
---	-----

09

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS

Demonstrações Financeiras Individuais	104
---	-----

10

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS

Demonstrações Financeiras Consolidadas	109
---	-----



01

Mensagem
do Conselho de
Administração

Mensagem do Conselho de Administração

Estimados Accionistas, Clientes, Colaboradores e Stakeholders,

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório e Contas do BFA relativo ao primeiro semestre de 2026, um documento que evidencia os principais resultados alcançados e a evolução da actividade do Banco ao longo do período. Neste semestre, o BFA manteve uma execução consistente da sua estratégia, num contexto de contínua evolução do sector financeiro, registando um desempenho sólido, suportado pela confiança dos seus Clientes, pela dedicação das suas equipas e pela permanente adaptação aos desafios e oportunidades do mercado.

Num contexto internacional marcado por um abrandamento do crescimento económico e por níveis elevados de incerteza, o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que a economia mundial cresça 3,1% em 2026, abaixo dos 3,4% registados em 2025. Em Angola, o FMI prevê um crescimento anual de 2,3%, revendo em alta as projecções iniciais de 2,1%. Neste enquadramento, e perante a trajectória

de desaceleração da inflação, que em Junho registou uma variação mensal de 0,5%, situando a taxa homóloga em 10,1%, o Banco Nacional de Angola (BNA) continuou a apostar na flexibilização da política monetária, reduzindo a taxa básica de juro e as taxas de facilidades permanentes de cedência e absorção de liquidez. Estas alterações abrem boas perspectivas económicas para a segunda metade do ano.

O BFA manteve uma evolução positiva da sua actividade, reforçando a sua capacidade de apoiar os Clientes e a economia. No final do semestre, o Activo totalizou 4 506,1 mMKz, os Recursos de Clientes atingiram 3 455,5 mMKz e o Crédito Líquido de imparidades ascendeu a 868,7 mMKz. Esta evolução reflectiu-se no desempenho financeiro do Banco, com o Produto Bancário a atingir 248,9 mMKz, crescendo 18,5% face ao período homólogo, suportado pelo crescimento da Margem Financeira (+14,7%) e da Margem Complementar (+32,5%).

O desempenho alcançado pelo BFA traduziu-se num Resultado Líquido de 117,3 mMKz, um aumento de 1,6% face ao período homólogo.

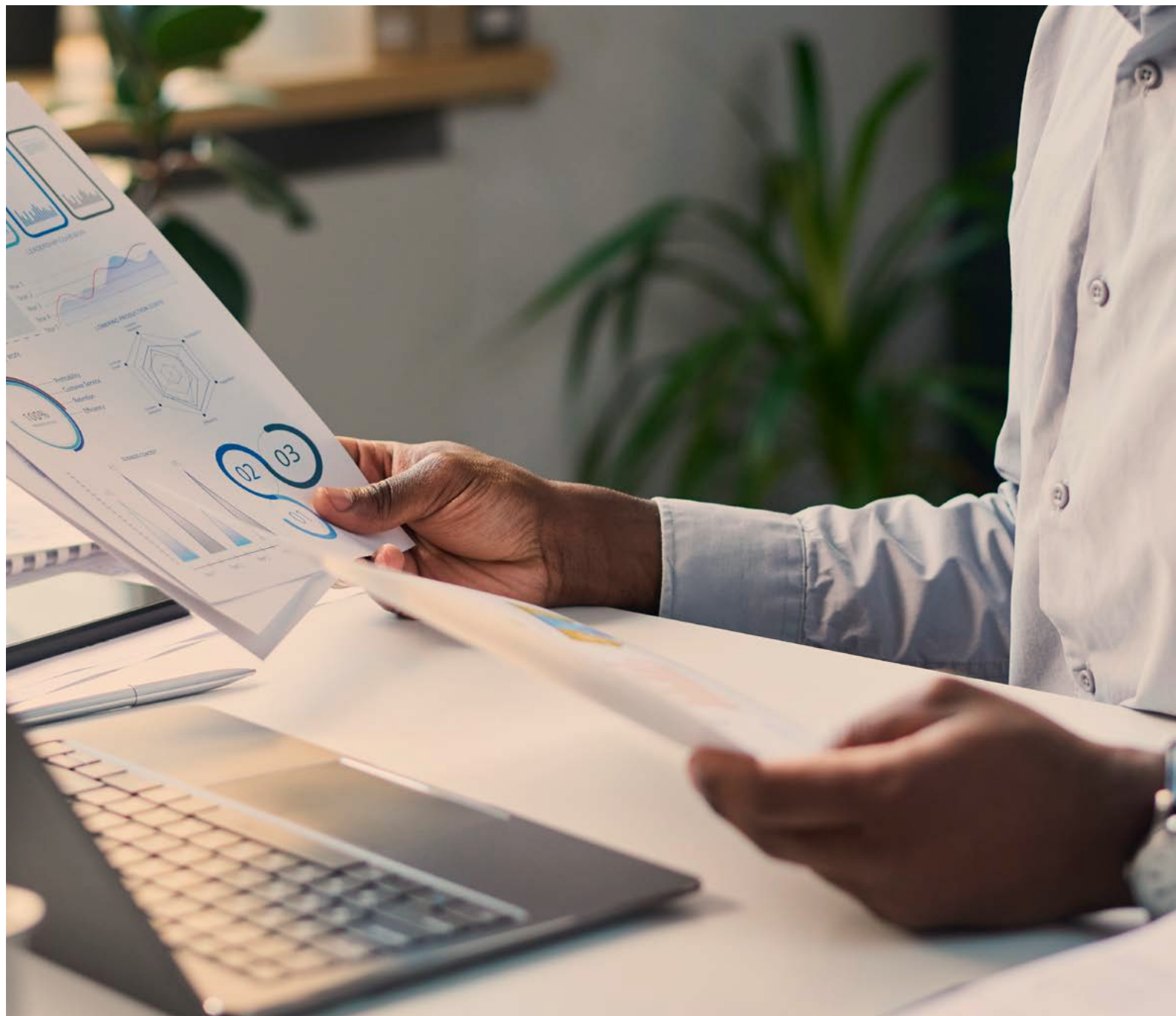
O desempenho alcançado traduziu-se num Resultado Líquido de 117,3 mMKz, um aumento de 1,6% face ao período homólogo. Com um ROE de 29,6% e um ROA de 5,4%, o BFA manteve níveis de rentabilidade robustos, reafirmando a sua capacidade para gerar valor de forma sustentável e continuar a responder aos desafios e oportunidades de um sector em constante evolução.

Uma palavra de apreço e estima...

Agradecemos aos nossos Colaboradores e às suas famílias pelo empenho e dedicação, aos Accionistas e *Stakeholders* pela confiança contínua e aos nossos Clientes pela sua fidelidade e compreensão, que nos inspira diariamente e reforça a nossa determinação em continuar a servir com excelência.

O BFA manteve uma evolução positiva da sua actividade, reforçando a sua capacidade de apoiar os Clientes e a economia.





02

Principais Indicadores

Principais Indicadores

milhões de kwanzas

Indicadores	Jun. 26	Dez. 25	Jun. 25	Jun. 26-Dez. 25
Balço				
Activo total	4 506 073,3	4 278 401,3	4 063 218,5	5,3%
Crédito líquido ¹	868 682,8	891 011,8	799 488,1	-2,5%
Recursos de clientes	3 455 451,9	3 210 711,5	3 156 121,6	7,6%
Capitais próprios e equiparados	796 267,8	817 304,0	702 158,9	-2,6%
Resultados Δ% Jun. 26-Jun. 25				
Margem financeira	189 488,0	343 203,5	165 234,1	14,7%
Margem complementar	59 424,2	94 233,5	44 857,2	32,5%
Produto bancário	248 912,2	437 437,0	210 091,3	18,5%
Custos de estrutura ²	94 677,5	179 038,1	80 930,7	17,0%
Resultado líquido	117 337,2	230 622,1	115 477,0	1,6%
Rentabilidade e eficiência Δ% Jun. 26-Dez. 25				
Rendibilidade do activo total [ROA]	5,4%	5,7%	6,0%	-0,3 p.p
Rendibilidade dos fundos próprios [ROE]	29,6%	31,1%	34,2%	-1,5 p.p
Cost-to-income	38,0%	40,9%	38,5%	-2,9 p.p

Indicadores	Jun. 26	Dez. 25	Jun. 25	Jun. 26-Dez. 25
Adequação do capital				
Rácio fundos próprios regulamentares ³	39,7%	38,8%	40,5%	0,9 p.p
Eficiência				
Rácio de transformação	27,4%	29,8%	27,3%	-2,4 p.p
Rácio de transformação MN	33,3%	38,5%	41,1%	-5,2 p.p
Rácio de transformação ME	18,1%	17,2%	10,6%	0,9 p.p
Performance do crédito				
Rácio de crédito vencido ⁴	1,6%	1,4%	1,5%	0,2 p.p
Cobertura do crédito vencido por imparidade	514,4%	473,0%	478,0%	41,4 p.p
Cobertura do crédito por imparidade	8,2%	6,8%	7,2%	1,4 p.p
Rácio de NPL	6,7%	6,5%	7,0%	0,2 p.p
Indicadores operacionais e de mercado				
Número de clientes	3 648 263	3 511 420	3 352 644	136 843
Número de balcões ⁵	190	190	194	0,0
Número de colaboradores ⁶	2 516	2 499	2 549	17,0
Taxa penetração BFA net	9,3%	9,0%	8,7%	0,3 p.p
Taxa penetração cartões de débito	55,6%	51,6%	53,0%	4,1 p.p

117 337,2 MKz
Resultado Líquido

1) Crédito líquido de imparidades

2) Inclui custos com pessoal, fornecimento e serviços de terceiros, depreciações e amortizações

3) Rácio de Fundos Próprios Regulamentares = Rácio de Solvabilidade Regulamentar

4) Rácio Crédito Vencido = Crédito Clientes Vencido/Total Crédito Clientes

5) Agências + CE's + Cl's + Private Banking

6) Com os Órgãos Sociais



03

Governança
Corporativa

Governança Corporativa

Estrutura Societária

O BFA foi constituído por escritura pública a 26 de Agosto de 2002, na sequência da transformação da Sucursal de Angola do Banco BPI, S.A. em Banco de direito angolano.

Até ao início de 2017, o BFA era detido maioritariamente pelo Grupo BPI, com 50,1% do respectivo capital social, sendo os restantes 49,9% detidos pela UNITEL, S.A.

No dia 5 de Janeiro de 2017, em execução do acordo de compra e venda de acções celebrado em 7 de Outubro de 2016, concretizou-se a venda, pelo Banco BPI, da participação representativa de 2% do capital social do BFA à UNITEL, que passou a ser o Accionista maioritário do BFA, com 51,9% do respectivo capital social.

Por escritura pública divulgada no Diário da República III Série – n.º 11, de 17 de Janeiro de 2017, na sequência da deliberação unânime por escrito dos respectivos Accionistas, datada de 14 de Outubro de 2016, e da correspondente autorização do BNA, foi promovida uma profunda reformulação dos Estatutos do BFA, em virtude da alteração da sua estrutura accionista.

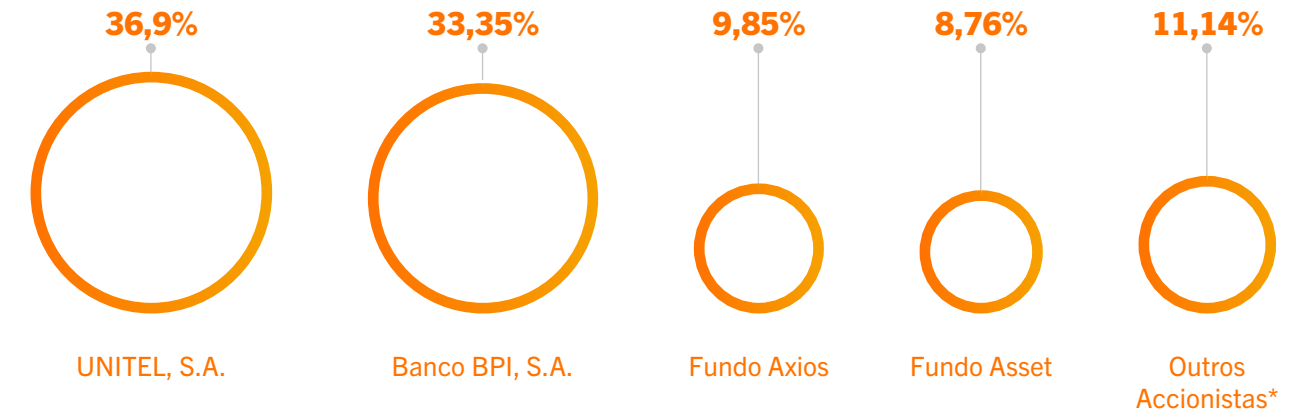
Por escritura divulgada no Diário da República III Série – n.º 103, de 05 de Junho de 2025, na sequência da deliberação unânime por escrito dos respectivos Accionistas, de 30 de Abril de 2025, e da autorização do BNA, foi promovida a alteração do capital social e número de acções por cada voto, bem como a reformulação integral dos Estatutos do BFA.

O capital da Sociedade, integralmente subscrito e realizado, é de Kz 90 000 000 000, 00 (noventa mil milhões de kwanzas) e está representado por 15 000 000 (quinze milhões) de acções, com o valor nominal unitário de Kz 6 000,00 (seis mil kwanzas) cada uma.

Em resultado da Oferta Pública de Venda (OPV) de 4 462 500 acções ordinárias, escriturais e nominativas, com o valor nominal unitário de Kz 6 000,00, representativas de 29,75% do seu capital social, o BFA alterou a sua estrutura accionista.

O capital social do BFA a 30 de Junho de 2026 estava repartido pelos seguintes Accionistas:

Estrutura Societária



*Com participações inferiores a 2% do capital social, distribuídos entre empresas, individuais e institucionais.

O BFA participa no capital das seguintes sociedades:

	EMIS – Sociedade Interbancária de Serviços	Sociedade de Fomento Habitacional*	Instituto de Mercado de Capitais*	BFA Gestão de Activos, SGOIC, S.A.	BFA Pensões SGFP, S.A.	BFA Capital Markets SDVM, S.A.	Fundo Kimbo
Participações	20%	50%	2%	99,99%	97,44%	99,94%	100%
Actividade Desenvolvida	Gestão das infra-estruturas e tecnologia de suporte dos sistemas de pagamento nacional e internacional, Gestão e controlo de cartões (débito e crédito), Prestação de serviços electrónicos de transmissão e gestão de informação e dados, Gestão da rede de terminais de pagamento automático e de caixas automáticas	Gestão do Fundo de Garantia para o Crédito à Habitação a conceder pelo BFA, no âmbito do projecto habitacional do Zango, a desenvolver pelo BFA e pela Fundação José Eduardo dos Santos	Prestação de Serviços de Formação para intervenientes no Mercado de Capitais	Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo	Sociedade Gestora de Fundos de Pensões	Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários	Fundo de Investimento

*Até à data, estas sociedades não contribuem materialmente para o desempenho e resultados do Grupo BFA, por serem actualmente consideradas como sociedades dormentes.

EMIS – Empresa Interbancária de Serviços

O BFA é Accionista fundador da EMIS – Empresa Interbancária de Serviços, S.A. (EMIS) e é também o seu maior Accionista privado, com é 20% do capital. Adicionalmente, o BFA é o principal Cliente e utilizador dos serviços disponibilizados pela EMIS, que gere actualmente todo o sistema de pagamentos a nível nacional (rede Multicaixa, sistemas de transferências a crédito e compensação de cheques, bem como a plataforma de emissão e gestão de cartões).

A EMIS tem como objecto social a prestação de serviços bancários, nomeadamente a gestão dos sistemas de pagamentos, como a rede Multicaixa e os sistemas de pagamentos nacionais, com especial destaque para as transferências a crédito e compensação de cheques.

Nos termos dos estatutos da EMIS, aprovados na Assembleia Geral de 17 de Dezembro de 2010, a Administração da EMIS é exercida por um Conselho de Administração, que pode delegar a gestão corrente numa Comissão Executiva.

Ao longo da sua existência, a EMIS tem obtido por parte do BFA um permanente apoio e incentivo para as suas iniciativas, sendo habitual o BFA ser dos primeiros Bancos do sistema a procurar e implementar novas soluções e serviços disponibilizados.

BFA Gestão de Activos

A BFA Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A. é uma sociedade de direito angolano constituída em Dezembro de 2016 e encontra-se sediada em Luanda, Talatona, no Condomínio Zenith Towers, Torre 2, piso 10, inscrita na Comissão do Mercado de Capitais sob o número 001/SGOIC/CMC/12-2016, matriculada na 2.ª Secção da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, Guiché Único da Empresa, sob o número 1 491-16/0329, e o número de identificação fiscal n.º 5417405345, com o capital social de Kz 400 000 000,00 (quatrocentos milhões de kwanzas).

Líder no mercado e com uma equipa de profissionais em Mercados Financeiros, o BFA Gestão de Activos tem por objecto a actividade e gestão profissional de um ou mais organismos de investimentos colectivos (OIC), bem como a comercialização de unidades de participação e prestação de serviços de consultoria de investimento. A estratégia de investimento do BFA Gestão de Activos abrange todo um espectro de classes de Activos identificados através de um acompanhamento e estudo minucioso das oportunidades e tendências que os mercados vão apresentando ao longo do seu percurso.

BFA Capital Markets – SDVM, S.A.

A BFA Capital Markets – SDVM, S.A., constituída a 29 de Setembro de 2022, deu início à sua actividade em Junho de 2023 e tem como objecto social o exercício de actividades relativas ao mercado de valores mobiliários, nomeadamente a recepção de transmissão de ordens por conta de outrem, a execução de ordens em mercados regulamentados ou fora deles, a negociação para carteira própria, o registo, depósito e serviços de guarda, assistência em ofertas públicas sem garantia e a consultoria sobre a estrutura de capital, a estratégia industrial, bem como a fusão e aquisição de empresas e a concessão de créditos, incluindo o empréstimo de valores mobiliários.

A BFA Capital Markets – SDVM, S.A. tem como capital social Kz 200 000 000,00 (duzentos milhões de kwanzas), representado por 200 000 (duzentas mil) acções. O BFA é o maior Accionista, detendo directamente 94,94% do capital e, de forma indirecta, através da BFA Gestão de Activos, 5%, perfazendo o total de 99,94%.

BFA Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A BFA Pensões – SGFP, S.A. (adiante designada por “BFA Pensões”), após a sua constituição em 23 de Novembro de 2022, iniciou a actividade em

Junho de 2023, na sequência da atribuição do Certificado de Licença para o exercício da actividade e subsequente aprovação formal, pelo regulador do sector, dos membros indicados pelos Accionistas para a composição dos seus Órgãos Sociais.

Ao nível do modelo de governança corporativa e do sistema de controlo interno, a Sociedade alinou-se com o modelo das três linhas de defesa em vigor na casa-mãe e com a política de governo corporativo em vigor no Grupo BFA, estando os pelouros adequadamente distribuídos pelos membros do órgão de administração.

A estratégia de negócio encontra-se alinhada com os princípios orientadores da Sociedade, abaixo descritos, em alinhamento com o objecto da mesma e com a visão estratégica do BFA.

Fundo Kimbo

No dia 29 de Agosto de 2024, o Fundo Soberano de Angola (FSDEA) formalizou a sua entrada no Fundo de Investimento de Capital de Risco (Fundo Kimbo), em parceria com a BFA Gestão de Activos (BFAGA), no valor global de USD 5 milhões. Este acordo estratégico marca um avanço significativo na colaboração entre o FSDEA e a BFAGA, fortalecendo os esforços para promover o desenvolvimento económico sustentável em Angola, por via do financiamento às Pequenas e Médias Empresas (PME).

O Fundo Kimbo está na sua primeira fase de capitalização para um valor global de USD 20 milhões, equivalente em kwanzas, com uma maturidade de 10 anos. Espera-se investir em alguns sectores estratégicos, em linha com os objectivos de diversificação da economia nacional, com destaque para:

- i) *Downstream* do Agronegócio e
- ii) Logística.

Modelo de Governo

Órgãos Sociais e Auditor Externo

O modelo de governo do BFA obedece aos requisitos da Lei n.º 14/2021, de 19 de Maio, que regula as Instituições Financeiras, e os seus estatutos seguem o modelo organizacional apresentado ao lado.



Comissões de Apoio ao Conselho de Administração

De acordo com as normas internacionais definidas pela *European Banking Authority* (EBA), pelo novo Regime Geral das Instituições Financeiras e pelo Aviso n.º 3/2026 do Banco Nacional de Angola sobre Governança Corporativa, o Conselho de Administração do Banco tem actualmente cinco Comissões de apoio, nomeadamente:

Comissão de Auditoria e Controlo Interno

Comissão de Auditoria e Controlo Interno do BFA tem a seguinte composição:

MEMBROS COM DIREITO A VOTO	CONVIDADOS PERMANENTES
Presidente Valter Rui Barros Vogais Yuri Gualdino Dias Inês Natália Baptista Divaldo Kienda Palhares José António Cerqueira	Pelouro de Risco e Controlo Interno: Elizabeth dos Santos Tristão Direcção de Auditoria e Inspecção Irene Miguel Direcção de Gestão de Risco Manuel Bamba Conselho Fiscal Alcides Horácio Safeca Valdir Lima Rodrigues Direcção de Compliance Liana Santos Gabinete de Segurança de Informação Fábio Fernandes

Comissão de Riscos

A Comissão de Risco do BFA tem a seguinte composição:

MEMBROS COM DIREITO A VOTO	CONVIDADOS PERMANENTES
Presidente Maria do Carmo Bernardo Vogais Yuri Gualdino Dias Inês Natália Baptista Jacinto Manuel Veloso Maria Amélia Duarte José António Cerqueira	Pelouro de Risco e Controlo Interno Elizabeth dos Santos Tristão Pelouro de Crédito João Gonçalo de Jesus Direcção de Compliance Liana Santos Direcção de Gestão de Risco Manuel Bamba Direcção de Gestão de Risco de Grandes Empresas, Institucionais e Projectos Katiavala Silva



Comissão de Informática e Inovação

A Comissão de Informática e Inovação tem a seguinte composição:

MEMBROS COM DIREITO A VOTO	CONVIDADOS PERMANENTES
Presidente Valter Rui Barros	Pelouro de Sistemas de Informação Paulo Freitas Alves
Vogais Yuri Gualdino Dias Inês Natália Baptista Maria Amélia Duarte José António Cerqueira	Pelouro de Marketing Nelson Roderia Monteiro
	Direcção de Sistemas de Informação Helder Muondo
	Gabinete de Segurança de Informação Fábio Fernandes
	Direcção de Marketing Sílvia Nayola Almeida
	Direcção de Inovação Pedro Mendes
	Direcção de Canais e Alianças António Amaral
	

Comissão de Governo, Nomeações, Avaliação e Remunerações

A Comissão de Governo, Nomeações, Avaliação e Remunerações tem a seguinte composição:

MEMBROS COM DIREITO A VOTO	CONVIDADO PERMANENTE
Presidente Maria do Carmo Bernardo	Presidente da Comissão Executiva Luís Roberto Gonçalves
Vogais Valter Rui Barros Jacinto Manuel Veloso Maria Amélia Duarte	
	

Comissão de Sustentabilidade

A Comissão de Sustentabilidade tem a seguinte composição:

MEMBROS COM DIREITO A VOTO	CONVIDADOS PERMANENTES
Presidente Jacinto Manuel Veloso	Pelouro de Risco e Controlo Interno Elizabeth dos Santos Tristão
Vogais Yuri Gualdino Dias Inês Natália Baptista Divaldo Kienda Palhares José António Cerqueira	Pelouro de Sustentabilidade Luís Roberto Gonçalves
	Pelouro Financeiro Nelson Roderia Monteiro
	Gabinete de Sustentabilidade Denise Pinheiro
	Direcção de Gestão do Risco Manuel Bamba
	Consultor a indicar
	

Comités de Especialidade da Comissão Executiva

Em complemento, e de acordo com as melhores práticas internacionais, a Comissão Executiva do Conselho de Administração (CECA) conta ainda com 11 Comités e 1 Conselho de Crédito:

Comité ALCO	Comité de Capital Humano	Comité de Custos e Produtividade
Comité Financeiro	Comité de Governo e Qualidade de Dados	Comité de Negócio
Comité EASE	Comité de Produtos e Serviços	Comité de Risco e Controlo Interno
Comité de Segurança de Informação	Comité de Disciplina Laboral	Conselho de Crédito



Descrição dos Comitês e sua Composição

Comité ALCO

- Aconselhar a Comissão Executiva do Conselho de Administração no que respeita à estratégia de gestão de Activos e Passivos;
- Propor à Comissão Executiva do Conselho de Administração as políticas de gestão de Activos e Passivos, no que concerne à gestão dos riscos de liquidez, de taxa de juro, cambial e de mercado e realizar o seu acompanhamento e monitorização;
- Acompanhar indicadores e métricas e o seu alinhamento com os objectivos e metas definidas no Planeamento Estratégico em matérias de gestão financeira do Balanço;
- Acompanhar o enquadramento macroeconómico nacional e internacional, nomeadamente ao nível da análise de tendências sobre as taxas de juro e taxas de câmbio no mercado e identificação de potenciais impactos.

Comité de Capital Humano

- Analisar e comentar as políticas e regulamentos de gestão de pessoas, sempre que solicitado pela DCH ou pela CECA;
- Analisar e emitir parecer para apreciação em CECA:
 - De propostas para nomeação de Colaboradores para vagas de direcção ou de coordenação dos órgãos comerciais (gerentes ou equivalente);
 - De propostas de mobilidade interna referentes a funções de direcção dos órgãos comerciais.

- Acompanhar o desenvolvimento e implementação dos planos de acolhimento e formação, com especial ênfase nos planos direccionados às equipas comerciais, e propor à CECA alterações ou ajustes, sempre que tal se justificar;
- Analisar e comentar os Planos de Sucessão para funções-chave, para posterior submissão à CECA;
- Analisar as situações de incidências laborais remetidas pela Auditoria ou por qualquer outro órgão que traduzam potenciais irregularidades relevantes, consubstanciando a violação do Código de Conduta ou de outros deveres laborais, e propor à CECA a aplicação de medidas consideradas adequadas para prevenir que situações semelhantes ocorram no futuro.

Comité de Custos e Produtividade

- Monitorizar o controlo da execução do orçamento e dos níveis de prossecução dos objectivos definidos;
- Analisar os respectivos desvios, em articulação com os responsáveis de cada área, e propor a adopção de medidas mitigantes/correctivas à CECA.

Comité Financeiro

- Recomendar metodologias eficientes para o controlo da actividade financeira no Banco;
- Acompanhar a legislação e regras prudenciais em vigor;
- Definir a política de *pricing*;

- Definir a estratégia de novos produtos;
- Gerir riscos do balanço, nomeadamente: risco cambial, risco de taxa de juro e risco de liquidez.

Comité de Governo e Qualidade de Dados

- Propor a visão e estratégia de gestão de dados e submeter à aprovação da CECA;
- Apreciar e submeter à aprovação da CECA o normativo de suporte ao Governo de Dados (GD), a implementação de estruturas organizacionais necessárias e as iniciativas que visam a implementação de infra-estrutura tecnológica e de dados adequada;
- Decidir sobre a inclusão de proprietários e administradores de dados, em razão das áreas de negócio/ domínios de dados pertinentes para o GD;
- Acompanhar a evolução do ecossistema de Gestão de Dados, resolver constrangimentos e garantir o envolvimento activo dos intervenientes pertinentes;
- Apreciar os riscos associados ao Governo de Dados e garantir o adequado reporte;
- Tomar consciência, apreciar e definir prioridades de resolução dos principais problemas relacionados com os dados;
- Aprovar medidas de mitigação/remediação e acções correctivas, no âmbito da qualidade dos dados;

Governança Corporativa

- Aprovar definições de conceitos, indicadores e métricas, incluindo regras de cálculo;
- Decidir, sempre que se justifique, pela criação de Grupos de Trabalho focados em âmbitos ou domínios funcionais específicos, com o objectivo do tratamento prioritário e/ou resolução de temas críticos relacionados com a qualidade, integridade, precisão ou completude dos dados.

Conselho de Crédito

- Decidir sobre os créditos de nível 3, ou seja, créditos a Empresas e Negócios no Limite Máximo de Kz 2 500 000 000,00 (dois mil e quinhentos milhões de kwanzas); e créditos a Particulares no Limite Máximo de Kz 3 500 000 000,00 (três mil e quinhentos milhões de kwanzas).

Comité de Negócio

- Acompanhar a evolução do negócio e desempenho comercial das diferentes redes;
- Acompanhar o enquadramento concorrencial e perspectivas de evolução do negócio;
- Definir a política comercial, designadamente através da identificação das prioridades, oportunidades e constrangimentos à actuação comercial;
- Requerer a elaboração de propostas a submeter à CECA, visando a resolução de constrangimentos relevantes para a actividade comercial;
- Acompanhar a implementação das prioridades definidas, nomeadamente analisando desvios e respectivos impactos;

- Desenvolver e dinamizar a implementação de novos produtos a serem lançados no mercado, bem como monitorizar o seu desempenho comercial;
- Acompanhar e dinamizar a actividade comercial através da identificação de oportunidades de implementação de processos, ou novos métodos, e assegurar a sua posterior apreciação pela CECA.

Comité EASE

- Gerir prioridades globais (Visão 360º do EASE) de cada Eixo, pelo acompanhamento e reporte da evolução de implementação do Plano Estratégico, nomeadamente o grau de concretização dos objectivos do Plano, progresso das Iniciativas em curso e respectivos KPI;
- Desbloquear situações de gestão operacional, como investimentos e calendários de implementação;
- Decidir sobre alocação de recursos, caso existam conflitos/indisponibilidade de recursos;
- Acelerar processos de identificação de necessidades de assessoria externa, e da análise dos processos de contratação.

Comité de Produtos e Serviços

- Acompanhar a evolução do negócio e desempenho comercial das diferentes redes;
- Acompanhar o enquadramento regulamentar que condiciona a oferta de produtos e serviços do Banco nas suas várias vertentes, nomeadamente características dos produtos, preço e processos de venda;

- Acompanhar o enquadramento concorrencial e as perspectivas de evolução da oferta de produtos e serviços no mercado interno;
- Propor para decisão da CECA, as prioridades de desenvolvimento de produtos e serviços, considerando a evolução do enquadramento regulamentar e concorrencial, bem como do potencial impacto no negócio do Banco;
- Acompanhar a implementação das prioridades definidas para o desenvolvimento de produtos e serviços, nomeadamente através da análise de desvios e da avaliação dos respectivos impactos;
- Acompanhar a implementação das políticas de preço, nomeadamente ao nível das comissões, requerendo a elaboração de propostas a submeter à CECA, visando o ajustamento à regulamentação em vigor ou ao enquadramento concorrencial.

Comité de Risco e Controlo Interno

- Acompanhar a eficácia das Funções de Gestão do Risco e de *Compliance*, assim como dos processos e procedimentos em vigor para a gestão dos riscos materialmente relevantes;
- Acompanhar a execução da estratégia de gestão de todos os riscos da actividade do Banco, designadamente os riscos de liquidez, de taxa de juro, cambial, de mercado, de crédito, operacional, de estratégia de *Compliance* e de reputação;
- Acompanhar e analisar periodicamente todas as recomendações em aberto para a melhoria da gestão do risco gerido pela segunda linha de defesa (emitidas por reguladores ou auditores), considerando as situações identificadas e respectivo nível de risco associado, no sentido de assegurar que as medidas correctivas necessárias são tempestivamente implementadas;



- Apreciar e decidir sobre a proposta de métricas de nível 2 da Declaração de Apetência pelo Risco, bem como a sua monitorização e apreciação de eventuais planos de acção para mitigar riscos;
- Apreciar e decidir sobre a proposta de indicadores-chave de risco operacional (KRI), bem como a sua monitorização e apreciação de eventuais planos de acção para mitigar riscos;
- Analisar a evolução dos riscos materialmente relevantes, monitorizada através de relatórios (concisos, com ênfase nos principais temas, com as métricas de risco apropriadas e submetidos em tempo útil), que permitam, de forma adequada, uma tomada de posição informada sobre os riscos em monitorização e gestão;
- Emitir pareceres sobre iniciativas do plano estratégico do Grupo naquilo que respeita aos riscos e impactos face aos limites RAS aprovados, no sentido de manter alinhadas a estratégia de negócio e a estratégia de risco;
- Avaliar e emitir parecer quanto a regras, limites e práticas de gestão do risco, para as entidades do Grupo, tendo em conta os limiares de risco definidos pelo Conselho de Administração;
- Monitorizar os padrões gerais de gestão de riscos de *Compliance* em toda a organização;
- Supervisionar o desenvolvimento, implementação e manutenção contínua de um programa abrangente de *Compliance* no Banco;
- Acompanhar a implementação do plano de actividades da função *Compliance*, identificando pontos de melhoria e acções subsequentes.

Comité de Segurança de Informação

- Aconselhar a CECA no que respeita à estratégia de Segurança da Informação;
- Aconselhar a CECA no que respeita às políticas de Segurança da Informação;
- Monitorizar, analisar e reportar as métricas de risco e desempenho do SGS;
- Desenhar planos correctivos, acompanhar a respectiva implementação e atribuir as responsabilidades associadas;
- Acompanhar e reportar o enquadramento interno e externo da Segurança da Informação e promover a revisão periódica do normativo associado.

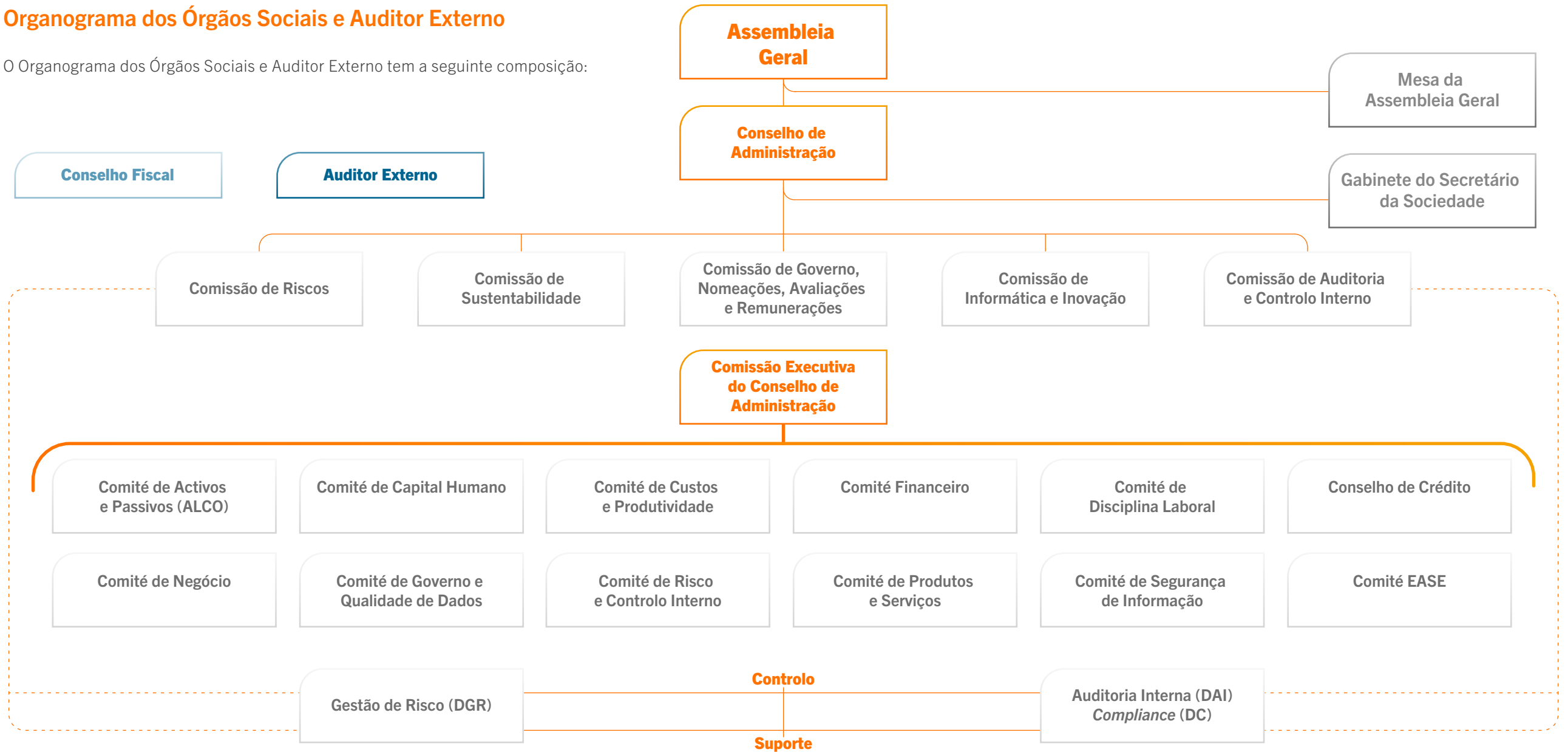
Comité de Disciplina Laboral

- Exercer poderes delegados pela CECA em relação à instauração de processos disciplinares, assim como a aplicação de uma medida disciplinar aos Colaboradores que, por acção ou omissão, violarem os seus deveres laborais;
- Receber e avaliar as informações/relatórios sobre comportamentos de Colaboradores que indiciam violação dos deveres laborais, previstos na Lei Geral do Trabalho (LGT), no Código de Conduta e no Regulamento de Capital Humano do Banco, bem como nos demais Normativos do Banco;

- Conduzir investigações preliminares, caso seja necessário, para um melhor apuramento dos factos, garantindo o cumprimento dos prazos legais e observando os procedimentos previstos nos normativos internos do Banco;
- Decidir a instauração de processos disciplinares contra os Colaboradores infractores, em cumprimento das formalidades e prazos legais;
- Decidir sobre a suspensão preventiva do Colaborador visado nos processos disciplinares, quando a infracção for considerada grave;
- Nomear o instrutor do processo disciplinar;
- Apreciar os relatórios finais dos processos disciplinares, avaliar as provas, decidir e aplicar medidas disciplinares aos Colaboradores infractores, devendo restringir as suas decisões às medidas disciplinares previstas nas alíneas a), b) e d) do artigo 87.º da LGT, designadamente as seguintes: Admoestação oral, Admoestação registada, Redução temporária de salário;
- Submeter à decisão da CECA os processos cuja proposta de medida disciplinar a ser aplicada seja Despedimento Disciplinar;
- Caso o Colaborador visado esteja afecto a uma direcção representada por um membro do Comité, ou se o próprio visado for um membro efectivo do Comité, a decisão sobre a abertura/instauração do processo disciplinar, os passos subsequentes e a aplicação da medida disciplinar deverão ser decididos pela CECA.

Organograma dos Órgãos Sociais e Auditor Externo

O Organograma dos Órgãos Sociais e Auditor Externo tem a seguinte composição:



Organograma

Distribuição de Pelouros

O organograma do Banco assenta numa estrutura funcional, a qual permite uma clara divisão das áreas e funções de cada Direcção, sob a responsabilidade de cada um dos Administradores Executivos. O Gabinete do Conselho de Administração e o Gabinete do Secretário da Sociedade reportam directamente à Presidente do Conselho de Administração.

Por sua vez, a Direcção de Auditoria e Inspeção possui reporte hierárquico à Presidente do Conselho de Administração e reporte funcional ao Conselho de Administração, por intermédio da Comissão de Auditoria e Controlo Interno (CACI).



Maria do Carmo Bernardo
Presidente do Conselho de Administração

- Gabinete do Secretário da Sociedade
- Gabinete do Conselho de Administração
- Direcção de Auditoria e Inspeção



Luís Roberto Gonçalves
Presidente da Comissão Executiva

- Direcção de Capital Humano
- Academia BFA
- Direcção de Comunicação, Marca e Relação com Investidores
- Gabinete de Sustentabilidade
- Gabinete EASE*



Paulo Freitas Alves
Administrador Executivo

- Direcção de Canais e Alianças
- Direcção de Inovação
- Direcção de Operações de Tesouraria
- Direcção de Operações**
- Direcção de Sistemas de Informação



José Alves Nascimento
Administrador Executivo

- Direcção de Grandes Empresas
- Direcção de Médias Empresas
- Direcção de Oil & Gas e Institucionais
- Direcção de *Private Banking*
- Direcção de Centros de Investimento
- Direcção de Agronegócio

* A extinguir-se no início do II Semestre de 2026

** Fusão das direcções de operações: Direcção de Operações de Processamento e Controlo (DOPC), Direcção de Operações com Estrangeiro (DOE) e Direcção de Meios de Pagamento (DMP – operação)



Paulo Valódia Silva
Administrador Executivo

- Direcção de Agentes Bancários e Gestão Remota de Clientes
- Direcção de Particulares e Negócios Norte
- Direcção de Particulares e Negócios Sul
- Direcção de Instalações e Património
- Direcção de Aprovisionamento e Contratação



Elizabeth dos Santos Tristão
Administradora Executiva

- Direcção de Gestão de Risco
- Direcção de *Compliance*
- Direcção Jurídica
- Gabinete de Segurança de Informação



Nelson Roderia Monteiro
Administrador Executivo

- Direcção de Contabilidade e Planeamento
- Direcção Financeira e Internacional
- Direcção de *Marketing*
- Direcção de Gestão de Protocolos



João Gonçalo de Jesus
Administrador Executivo

- Direcção de Acompanhamento e Recuperação de Crédito
- Direcção de Risco de Crédito de Particulares
- Direcção de Risco de Crédito de Empresas, Institucionais e Projectos
- Direcção de Gestão de Crédito

Membros dos Órgãos de Gestão



Maria do Carmo Bernardo

**Presidente do
Conselho de Administração**

Nacionalidade: angolana

Data de Nascimento: 18 de Agosto de 1968

Maria do Carmo Bernardo é licenciada em Economia pela Faculdade de Economia de Zagreb, Croácia, com especialidade em Comércio Internacional. Possui um MBA pela UNIMES de Santos, Brasil. Concluiu ainda o *Advance Management Program* da Kellogg Chicago, EUA.

Trabalhou como Administradora Executiva do Banco de Comércio e Indústria de 2006 até 2019. De seguida exerceu o mesmo cargo no Banco de Crédito do Sul, onde permaneceu até 2022. Foi ainda Presidente do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento de Angola.

É desde 2023 que exerce o cargo de Presidente do Conselho de Administração no Banco de Fomento Angola, com responsabilidades directas nas Direcções de Auditoria Interna, Gabinete do Conselho de Administração e Gabinete do Secretário da Sociedade.

Valter Rui Barros

**Vice-Presidente do Conselho de Administração
(Independente)**

Nacionalidade: angolana

Data de Nascimento: 19 de Setembro de 1963

Valter Rui Barros é Licenciado em Matemática Aplicada – Ramo Ciências dos Computadores, pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, e Mestre em Engenharia Electrotécnica e de Computadores – Telecomunicações, pela Faculdade de Engenharia da mesma Universidade. Frequentou ainda o Programa de Alta Direcção de Empresas da AESE – Escola de Direcção de Negócios.

Desenvolveu a sua carreira em funções de direcção e administração nos sectores financeiro e empresarial. Foi Director de Informática do Banco Comercial Angolano, entre 1998 e 2003, e do Banco Caixa Totta de Angola, entre 2003 e 2006, e Administrador Executivo do Banco de Desenvolvimento de Angola, entre 2006 e 2016. Posteriormente, presidiu ao Conselho de Administração do Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE), entre 2018 e 2019, foi Presidente do Conselho de Administração da RECREDIT – Gestão de Activos, S.A., entre 2019 e 2026. Actualmente, é Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Comercial Português (Millennium bcp) e vogal da Comissão de Auditoria, desde 2018.

Desde 2026, exerce o cargo de Vice-Presidente (Independente) do Conselho de Administração do Banco de Fomento Angola, S.A. Preside à Comissão de Auditoria e Controlo Interno e à Comissão de Informática e Inovação, sendo ainda Vogal da Comissão de Governo, Nomeações, Avaliação e Remunerações.





Yuri Gualdino Dias

**Administrador Não-Executivo
(Independente)**

Nacionalidade: angolana

Data de Nascimento: 31 de Maio de 1980

Licenciado em Gestão, na especialidade de Gestão Financeira, pela Universidade Católica de Angola. Possui Pós-graduações em Gestão de Empresas e em Gestão de Risco e de Capital, ambas pela Universidade Católica de Lisboa, complementadas por formação especializada nas áreas da liderança, instrumentos financeiros, continuidade de negócio, governação corporativa, prevenção do branqueamento de capitais, combate ao financiamento do terrorismo, ética, fraude e corrupção.

Desenvolveu a sua carreira no sector bancário, tendo integrado o Banco Sol em 2006, onde exerceu funções de Analista de Crédito, Subdirector da Direcção de Crédito, Director da Direcção de Risco e, entre 2020 e 2024, Administrador Executivo, com responsabilidades nas áreas de controlo de risco e gestão de crédito. Foi ainda Vogal do Conselho Fiscal da Associação Angolana de Bancos (ABANC), entre 2022 e 2024.

Desde 2026, exerce o cargo de Administrador Não Executivo Independente do Banco de Fomento Angola, S.A. É Vogal da Comissão de Auditoria e Controlo Interno, da Comissão de Informática e Inovação e da Comissão de Sustentabilidade.



Inês Natália Baptista

**Administradora Não-Executiva
(Independente)**

Nacionalidade: angolana

Data de Nascimento: 24 de Dezembro de 1961

Inês Natália Baptista é Licenciada em Economia pela Universidade Agostinho Neto. Complementou a sua formação com diversos programas de especialização nas áreas das finanças corporativas, gestão financeira, contabilidade empresarial, liderança, auditoria, fiscalidade, planeamento e controlo de gestão, frequentados em Angola, Portugal, Brasil e África do Sul, reflectindo uma aposta contínua na actualização de conhecimentos.

Desenvolveu a sua carreira de 2009 a 2021, exercendo as funções de chefe de departamento e directora nacional tendo desempenhado cargos de supervisão, controlo e fiscalização em áreas ligadas, ao planeamento, estatística, projectos e finanças no sector petrolífero.

Em 2013, exerceu o cargo de Vogal do Conselho Fiscal da Sonangol Shipping (SONASHIPPING) tendo posteriormente integrado o Conselho Fiscal da Sonangol Comercialização Internacional (SONACI), até 2022. Desde 2026, exerce o cargo de Administradora Não Executiva Independente do Banco de Fomento Angola, S.A. É Vogal da Comissão de Auditoria e Controlo Interno, da Comissão de Risco, da Comissão de Informática e Inovação e da Comissão de Sustentabilidade.





Divaldo Kienda Palhares

Administrador Não-Executivo

Nacionalidade: angolana

Data de Nascimento: 27 de Julho de 1978

Divaldo Kienda Palhares é licenciado em Economia, na especialidade de Gestão de Empresas, pela Universidade Agostinho Neto. Possui um Mestrado Executivo em Gestão e Liderança pela Universidade Católica Portuguesa e concluiu o *Advanced Management Program* da Harvard Business School.

Desenvolveu a sua carreira nas áreas financeira e de gestão, assumindo funções de responsabilidade no Grupo Sonangol. Exerceu os cargos de Chefe de Departamento de Contabilidade da Sonagás, Director Financeiro da Sonagás e Director Financeiro da Sonangol Pesquisa e Produção. Em 2017, assumiu as funções de Director Financeiro da Sonangol E.P., responsável pelas políticas contabilísticas e financeiras, pela gestão dos investimentos financeiros e pela garantia da solvabilidade e do equilíbrio financeiro do Grupo. Exerceu ainda funções em órgãos de fiscalização e auditoria de diversas empresas do sector energético.

É Administrador Não Executivo do Banco de Fomento Angola, S.A. desde 2020, cargo para o qual foi reconduzido em 2026. É igualmente Vogal da Comissão de Auditoria e Controlo Interno e da Comissão de Sustentabilidade.

Jacinto Manuel Veloso

Administrador Não-Executivo

Nacionalidade: angolana

Data de Nascimento: 3 de Julho de 1978

Jacinto Veloso é licenciado em Gestão de Empresas pela Universidade Lusíada de Angola.

Desenvolveu a sua carreira nas áreas financeira e de gestão na Sonangol E.P., onde assumiu diversas funções de elevada responsabilidade, destacando-se os cargos de Chefe da Secção de Contabilidade de Custos, Chefe da Secção de Orçamento, Investimentos e Suprimentos, Chefe do Departamento de Contabilidade e Director de Finanças. Desde 2015, desempenha as funções de *Managing Director* da Esperaza Holding B.V., em Amesterdão.

É Administrador Não-Executivo do Banco de Fomento Angola, S.A. desde 2020. É igualmente Presidente da Comissão de Sustentabilidade e Vogal da Comissão de Risco e da Comissão de Governo, Nomeações, Avaliação e Remunerações.



Maria Amélia Duarte

Administradora Não-Executiva

Nacionalidade: angolana

Data de Nascimento: 7 de Dezembro de 1956

Maria Amélia Duarte é licenciada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto. Completou a sua formação nas áreas de crédito, gestão bancária e liderança.

Desenvolveu a sua carreira no sector Bancário e segurador durante mais de 30 anos, com um percurso de relevo no Banco Nacional de Angola (BNA). Banco de Poupança e Crédito (BPC) e Mundial Seguros (AMUSE) onde, desempenhou funções de relevo nas Direcções de Agências, Crédito, Circulação Monetária e Crédito ao Investimento, Comercial, Corporate e grandes empresas. Exerceu ainda funções como Administradora Financeira da Mundial Seguros.

Desde 2023, é Administradora Não Executiva do Banco de Fomento Angola, S.A.





José António Cerqueira

Administrador Não-Executivo

Nacionalidade: angolana

Data de Nascimento: 14 de Janeiro de 1972

José António Cerqueira é licenciado em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade Gregório Semedo. Complementou a sua formação com diversas certificações e programas de especialização nas áreas de *compliance*, governo societário, controlo interno, gestão de risco, mercado de capitais, prevenção do branqueamento de capitais, combate ao financiamento do terrorismo e liderança.

Desenvolveu a sua carreira no Banco de Fomento Angola, onde exerceu, entre 2012 e 2025, o cargo de Director da Direcção de *Compliance* – *Compliance Officer*. Ao longo do seu percurso, assumiu igualmente funções como *Compliance Officer* da BFA Gestão de Activos e da BFA Capital Markets, coordenou o Grupo Técnico de *Compliance* e AML da Associação Angolana de Bancos (ABANC), desde 2016, e liderou o projecto de formação em *Compliance* e AML/CFT desenvolvido em parceria entre a ABANC e a FSV (EUA), destinado aos *Compliance Officers* do sector bancário angolano.

É Administrador Não Executivo do Banco de Fomento Angola, S.A. desde 2025, sendo actualmente Vogal da Comissão de Auditoria e Controlo Interno, da Comissão de Risco, da Comissão de Informática e Inovação e da Comissão de Sustentabilidade.





Luís Roberto Gonçalves

Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração

Nacionalidade: angolana

Data de Nascimento: 6 de Junho de 1972

Licenciado em Contabilidade Superior de Gestão pela Universidade Lusíada de Angola, conta com uma Pós-graduação em Economia Monetária e Financeira pela Universidade de Évora, Portugal. No seu percurso destacam-se formações em diversas áreas, com destaque para o *International Directors Programme* do Insead e o *Value Investing Program* da Columbia Business School.

Iniciou a sua actividade bancária em 1996 no antigo BFE (hoje BFA), desempenhou funções de relevo no Banco durante vários anos. Em 2016, teve como missão criar a BFA Gestão de Activos, tendo sido Presidente da sua Comissão Executiva.

Entre 2017 e 2020, foi Administrador Executivo do Banco de Crédito do Sul e, no final do mês de Janeiro de 2020, foi designado como membro do Conselho de Administração do BFA.

Desde Julho de 2020 desempenha a função de Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração do BFA. Até finais de Dezembro de 2024, desempenhou funções de Presidente do Conselho de Administração da BFA Gestão de Activos e da BFA Capital Markets.



Paulo Freitas Alves

Administrador Executivo

Nacionalidade: angolana

Data de Nascimento: 24 de Novembro de 1978

Licenciado em Linguística/Inglês pelo Instituto Superior de Ciências da Educação do Lubango e com um Mestrado em Gestão de Empresas pela Universidade Aberta de Lisboa.

Paulo Freitas Alves conta com um histórico de mais de 25 anos na área da banca, dos quais 20 anos no BFA, onde exerceu funções de relevo na Banca de Particulares e Negócios, na Direcção de Transformação e na Banca de Empresa. Desempenhou também, noutra Instituição Financeira, funções de Balconista, Técnico de Crédito, Responsável de Balcão, Subgerente e Gerente. Em 2005, foi convidado a integrar a equipa BFA com a função de gerente, desempenhando, até 2017, várias funções na Direcção de Particulares e Negócios – Gerente, Director de Área, Director-Adjunto e Director Comercial. Foi desafiado, de seguida, para integrar a equipa de Transformação como *Lead* de uma das frentes de trabalho e, em 2019, volta a fazer parte da equipa comercial, na Banca de Empresas – Segmento de grandes Empresas.

No mandato de 2020 a 2023, foi Administrador Executivo, tendo tido como Pelouros as Direcções de Empresas, de Sistemas de Informação, de Organização e Qualidade e de Gestão de Projectos e Iniciativas Estratégicas. No mandato de 2023 a 2025, foi Administrador Executivo, tendo tido como Pelouros a Direcção de Sistemas de Informação, Organização e Qualidade e as Direcções de Operações.

Actualmente, tem responsabilidades directas sobre os pelouros da Direcção de Canais e Alianças, Direcção de Inovação, Direcção de Operações de Tesouraria, Direcção de Operações e Direcção de Sistemas de Informação.





José Alves Nascimento

Administrador Executivo

Nacionalidade: angolana

Data de Nascimento: 22 de Maio de 1970

Licenciado em Gestão e Controlo de Empresas pela University of Salford, em Manchester, no Reino Unido e Mestre em Gestão de Investimentos pela London City University, em Londres, no Reino Unido.

José Alves do Nascimento foi Administrador Executivo e CFO do Banco Económico S.A., entre Janeiro de 2019 e Novembro de 2022. Passou pelo Banco de Poupança e Promoção Habitacional – BPPH, onde exerceu a função de Representante dos Accionistas, e pelo Banco de Promoção e Desenvolvimento –BPD, onde foi vogal da Comissão Executiva. Desempenhou ainda funções como Consultor Financeiro na QSL – Bases Logísticas e Instalações Petrolíferas durante cinco anos.

Desde 2023, exerce o cargo de Administrador Executivo no Banco de Fomento Angola, S.A., com responsabilidades directas nos pelouros Direcção de Grandes Empresas; Direcção de Médias Empresas; Direcção de Empresas *Oil & Gas* e Institucional; Direcção de Private Banking; Direcção de Centros de Investimento e Direcção de Agronegócio.

Integra a Comissão Executiva, participando na definição da estratégia do Banco, na supervisão da execução do Plano de Negócios e na articulação com os órgãos de fiscalização e entidades reguladoras.



Paulo Valódia Silva

Administrador Executivo

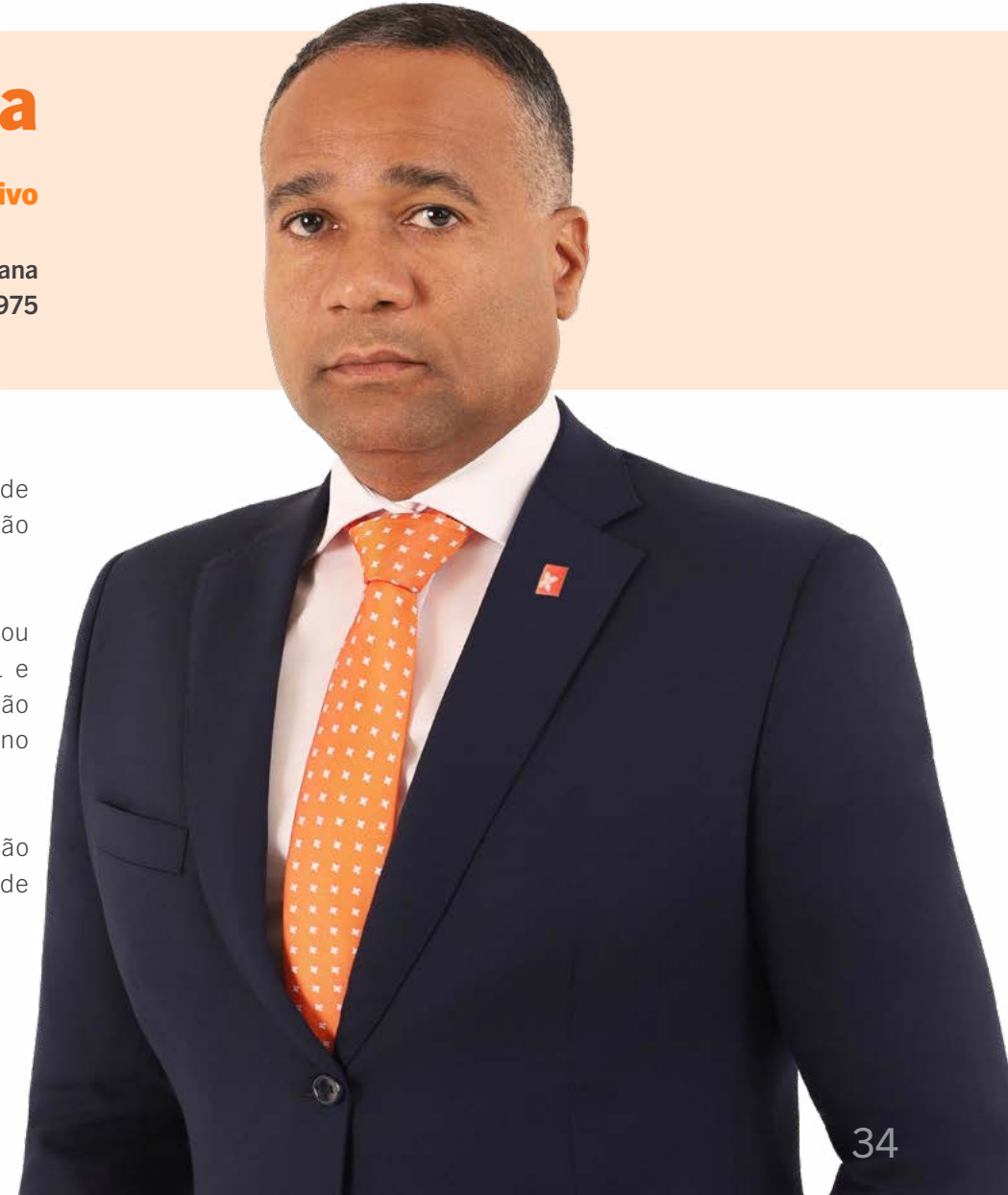
Nacionalidade: angolana

Data de Nascimento: 19 de Abril de 1975

Licenciado em Gestão Financeira pela Faculdade AIEC – Universidade de Brasília, no Brasil, Paulo Valódia de Carvalho Moreira da Silva possui uma pós-graduação em Business Management – ISCTE, Portugal, e uma pós-graduação em Marketing pela UCA – University for the Creative Arts, em Inglaterra.

Com mais de 23 anos de experiência no sector da Banca, iniciada em 2003 na área Comercial do BFA, desempenhou funções de Assistente Comercial, Técnico de Crédito, Gestor de Contas, Subgerente e Gerente. Entre 2011 e 2018, exerceu a função de Director Comercial no BFA, tendo passado ainda pela Direcção de Transformação (Plano Estratégico). Em 2019, assumiu a liderança da Direcção de Particulares e Negócios Norte e, no ano seguinte, exerceu a função de Director da Direcção de Grandes Empresas.

Desde 2023, exerce o cargo de Administrador Executivo no Banco de Fomento Angola, participando na definição da estratégia do Banco, na supervisão da execução do Plano de Negócios e na articulação com os órgãos de fiscalização e entidades reguladoras.





Elizabeth dos Santos Tristão

Administradora Executiva

Nacionalidade: angolana

Data de Nascimento: 24 de Abril de 1980

Licenciada em Direito pela Universidade Católica de Angola, Elizabeth Henriques dos Santos Tristão possui uma Pós-graduação em Direito Bancário pela Universidade Agostinho Neto, um *Executive Master* (MBA) em Gestão Bancária pela Católica Business School Alliance e é Advogada-inscrita na Ordem dos Advogados de Angola, cédula n.º 637.

Conta com um histórico de 23 anos de experiência no sistema financeiro, tendo exercido várias funções, desde técnica a funções de responsabilidade.

Em 2013, assumiu funções de Directora Nacional do Ministério do Urbanismo e Habitação e, em 2016, retornou ao BFA, onde exerceu funções de responsabilidade na Direcção Jurídica, de Assessora do Presidente do Conselho de Administração e de Presidente da Mesa da Assembleia Geral do BFA Gestão de Activos – SGOIC, S.A., desde 2025.



Nelson Roderia Monteiro

Administrador Executivo

Nacionalidade: angolana

Data de Nascimento: 30 de Março 1991

Frequentou o *Advanced Management Program* e o Programa Avançado de Estratégia e Liderança, ministrados pela Kellogg University em parceria com a Católica Business School. É detentor de uma Pós-Graduação em Gestão de Empresas pela Católica Business School e de uma Licenciatura em Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa. Ao longo da sua carreira complementou a sua formação com diversas certificações profissionais nas áreas de estratégia, liderança, mercados financeiros, gestão e controlo interno.

Iniciou o seu percurso profissional em 2013, no Banco Keve, na área de Mercados Financeiros. Em 2019, integrou o Banco BIR como Director de Mercados Financeiros, regressando ao Banco Keve em 2022 para assumir a liderança da mesma Direcção. Em 2024, foi nomeado Administrador Executivo do Banco Keve, tendo, posteriormente, transitado para o Banco de Fomento Angola, S.A. (BFA) onde exerce atualmente as funções de Administrador Executivo.

Enquanto membros da Comissão Executiva, definimos e acompanhamos a execução da estratégia do Banco, promovendo uma gestão sólida e sustentável, orientada para a criação de valor, o desenvolvimento e bem-estar das pessoas e o rigoroso cumprimento das exigências regulatórias.





João Gonçalo de Jesus

Administrador Executivo

Nacionalidade: portuguesa

Data de Nascimento: 18 de Setembro de 1987

João Gonçalo de Jesus é licenciado em Economia pela Universidade ISEG – Lisbon School of Economics & Management. Desde então, certificou-se em diversas áreas conexas, tendo concluído programas como o *Advanced Management Program* da Universidade Católica/Northwestern University (2024) e o *Corporate Governance: The Leadership of Boards Program*, pela Nova SBE Executive Education (2023).

De 2018 a 2022, foi director de Contabilidade e Planeamento do Banco Económico. Ainda em 2022, transitou para o cargo de Assessor do Conselho de Administração do Banco de Comércio e Indústria, com a responsabilidade directa de assessorar o Conselho de Administração do Banco em diversos assuntos financeiros, com particular enfoque nas temáticas financeiras e regulamentares (incluindo a implementação do Plano de Recuperação e Reestruturação).

A Nossa Estratégia



VISÃO

**Ser o
Banco n.º 1**

de todos os angolanos e contribuir para
o desenvolvimento sustentável do País.



COMPROMISSO

Clientes

Garantir satisfação e qualidade
nos nossos serviços.

Angola

Contribuir para o desenvolvimento
da economia nacional.

Colaboradores

Apostar no crescimento pessoal
e profissional.

Accionistas

Criar valor



MISSÃO

**Desenvolver
soluções,
produtos
e serviços
financeiros**

que promovam um relacionamento
duradouro com os Clientes e criem valor
para os Accionistas.



VALORES

Inovação
permanente

Proximidade
com o Cliente

Transparência
com o Mercado

Ser o Banco n.º 1 para trabalhar

Mais simples, mais ágil e mais orientado para o Cliente



OBJECTIVO

Diferenciar o Banco

Tornando-o mais sustentável e centrado na experiência do Cliente e do Colaborador.



COMPROMISSO

6

Eixos estratégicos

9

Objectivos estratégicos

20

Iniciativas estratégicas

2,5

Anos de implementação



PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

- Melhoria da eficiência e produtividade no desempenho das pessoas
- Aumento da eficiência dos processos
- Digitalização/optimização do modelo de serviço
- Optimização da infra-estrutura tecnológica e gestão de dados
- Crescimento do negócio
- Sustentabilidade



PROPOSTA DE VALOR

Melhorar a nossa capacidade de servir os Clientes

bem como atrair, desenvolver, reter e valorizar os nossos talentos.



Plano Estratégico 2024-2026

O Plano Estratégico 2024-2026, intitulado +EASE, do acrónimo Empatia, Agilidade, Simplicidade e Eficiência, pretende, por um lado, melhorar a experiência do Cliente, através do aumento da capilaridade e agilidade dos serviços prestados e de alterações ao modelo de negócio e, por outro, fortalecer a imagem do Banco como o melhor lugar para trabalhar.

Assim, o primeiro semestre de 2026 fica marcado pela transição de um conjunto de iniciativas para a esfera operacional (*Run the Bank*), com o objetivo de otimizar a alocação das equipas de transformação e reforçar a integração das mudanças no negócio. Esta evolução resulta da consolidação das capacidades implementadas, cujo âmbito passou a ser assegurado pelas áreas operacionais, em alinhamento com a implementação do novo modelo organizacional e respectivas funções.

O Plano Estratégico +EASE entrou na sua fase final de execução, caracterizada pela incorporação de um conjunto de iniciativas estratégicas na actividade corrente do Banco, consolidando a sustentabilidade das conquistas alcançadas.

Objectivos Estratégicos e Conquistas

O programa +EASE, suportado pela colaboração transversal das várias áreas do Banco, constitui um pilar fundamental para alcançar os nove objectivos estratégicos, a concretizar até ao final de 2026, nomeadamente:

- Aumento da satisfação dos Colaboradores;
- Aumento da produtividade por Colaborador;
- Aumento da percentagem de processos críticos que cumprem SLA (*Service Level Agreement*);
- Aumento do NPS (*Net Promoter Score*) dos Clientes Particulares de elevado valor e Empresas;
- Aumento da percentagem dos Clientes utilizadores dos canais auto-serviço;
- Redução das operações realizadas nos balcões;
- Aumento do produto Bancário/Clientes *Affluent*, *Private* e Empresas;
- Aumento dos produtos contratados nos canais alternativos;
- Implementação das iniciativas com impacto nos Stakeholders externos, no âmbito da Sustentabilidade.

Até ao período de referência do presente relatório, o BFA conseguiu materializar as seguintes conquistas, nos seis eixos estratégicos definidos:

1 AUMENTO DA EFICIÊNCIA E PRODUTIVIDADE DAS PESSOAS • Novo modelo organizacional e qualificador profissional; • Novo modelo de avaliação de desempenho e compensação; • Evolução do modelo de gestão de carreiras e mobilidade; • Gestão da mudança com acções de comunicação e respectivos <i>workshops</i> de engajamento.	2 AUMENTO DA EFICIÊNCIA DOS PROCESSOS • Implementação dos processos de abertura/actualização de conta, adesão aos canais remotos e atribuição de cartão de débito (+Cliente); • Arranque da jornada de implementação ERP (<i>Enterprise Resource Planning</i>); • Arranque do programa de automação <i>Backoffice</i> (robotização); • Criação do Centro de Efectividade e Inovação (CEI).	3 DIGITALIZAÇÃO E OPTIMIZAÇÃO DO MODELO DE SERVIÇO • Crescimento da rede de agentes Bancários e respectiva estratégia de evolução; • Proposta de optimização da carga operativa e janela comercial DPN (Direcção de Particulares e Negócios); • Expansão da rede de ATM e implementação de MDA (máquinas de depósito).
4 OPTIMIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E GESTÃO DE DADOS • Melhoria da postura de segurança e redução da superfície de ataque; • Adopção das melhores práticas de governo e qualidade de dados; • Harmonização dos conceitos de negócio e da abordagem para gestão da qualidade de dados.	5 CRESCIMENTO DO NEGÓCIO • Implementação de novas coreografias e sistemáticas comerciais (segmentos de alto valor); • Melhoria da gestão das interacções com o Cliente com alargamento da utilização do CRM (sistema de gestão de relacionamento com o Cliente).	6 SUSTENTABILIDADE • Plano de acções no âmbito da DEI (diversidade, equidade e igualdade do género); • Adopção de critérios ESG (ambiental, social e governança) na selecção de fornecedores; • Adopção de métricas ESG (ambiental, social e governança) no RAS (declaração de apetite ao risco); • Operacionalização do Gabinete de Sustentabilidade; • Publicação do relatório de Sustentabilidade 2024.

Governança Corporativa

Além dos resultados alcançados em cada eixo estratégico, registou-se uma evolução significativa na adopção das ferramentas e metodologias de gestão de projectos previstas no modelo de governação do +EASE, assente em funções de acompanhamento e execução. Esta evolução contribuiu para um maior alinhamento entre as equipas, reforçando a previsibilidade, a disciplina de execução e a eficiência na implementação das iniciativas.

A monitorização dos resultados é realizada trimestralmente pelo Conselho de Administração, com reporte assegurado pelo Gabinete do Conselho de Administração, no âmbito das suas funções de *Project Management Office* (PMO) Estratégico.

A coordenação global do plano é suportada por um cronograma integrado de execução e liderada pelo Gabinete EASE, estrutura criada especificamente para assegurar as funções de *Project Management Office* (PMO) Operacional do Programa.

Ao entrarmos no último semestre de implementação do +EASE, renovamos a ambição de continuar a transformar o BFA num Banco cada vez mais simples, mais ágil, mais próximo dos Clientes e um melhor lugar para trabalhar.



Sustentabilidade

Desenvolvimento de Competências em Sustentabilidade e ESG

No primeiro semestre de 2026, o Banco de Fomento Angola (BFA), através do Gabinete de Sustentabilidade, iniciou um programa de capacitação em Sustentabilidade, ESG e Finanças Sustentáveis, dirigido a Primeiros Responsáveis, órgãos de gestão e colaboradores. A iniciativa teve como objectivo reforçar competências internas e promover a integração dos princípios ambientais, sociais e de governação na actividade do Banco.

Neste âmbito, foi realizada a formação de Sustentabilidade para os primeiros responsáveis, com um total de **775 horas de formação** e **31 participantes**, dos quais **16 mulheres e 15 homens**. A acção incidiu sobre liderança sustentável, gestão estratégica dos riscos ESG e integração da sustentabilidade na governação do Banco.

No âmbito do **Programa de Sustentabilidade**, foram ainda realizadas outras quatro acções de formação, que totalizaram **1 043 horas de formação** e contaram com a participação de **698 Colaboradores**. As acções abordaram temas como os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os fundamentos de Sustentabilidade e ESG, o papel do sistema financeiro no desenvolvimento sustentável e os referenciais Agenda 2030, Agenda 2063 e Governança ESG. Estas iniciativas contribuíram para reforçar a cultura de sustentabilidade no BFA e consolidar competências internas alinhadas com as melhores práticas de finanças sustentáveis.

Carta de Compromisso para o Financiamento Sustentável da ABANC

No primeiro semestre de 2026, o BFA reforçou o seu compromisso com a sustentabilidade através da adesão à **Carta de Compromisso do Sector Bancário Angolano para o Financiamento Sustentável**, promovida pela Associação Angolana de Bancos (ABANC) e assinada em **25 de Junho de 2026**.

Esta adesão constitui um marco no fortalecimento da estratégia ESG do Banco, ao promover a integração de critérios ambientais, sociais e de governação nos processos de gestão, negócio, crédito e risco. A iniciativa contribui igualmente para o financiamento de projectos com impacto positivo, para uma maior transparência e para o alinhamento do BFA com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforçando o seu papel na criação de valor sustentável e no desenvolvimento económico, social e ambiental de Angola.





Responsabilidade Social – Fundação BFA

A Fundação BFA iniciou oficialmente a sua actividade em Janeiro de 2026, dando continuidade às iniciativas de responsabilidade social do Banco e com o propósito de ampliar e reforçar o seu impacto através de uma actuação estruturada e sustentável, alinhada com a sua missão institucional, e assente em cinco pilares de intervenção.

Os nossos Pilares

Saúde

- Aumentar a esperança de vida à nascença;
- Melhorar as condições de saúde das crianças mais desfavorecidas;
- Reduzir a mortalidade infantil.

Educação

- Transformar mentalidades;
- Melhorar o nível educacional de crianças e jovens de extractos sociais + desfavorecidos;
- Atribuição de Bolsas de estudo internas e realização de Estágios e formação profissional;
- Projectos de investigação.

Inclusão Social e Financeira

- Promover a qualificação e inserção no tecido social e financeiro de crianças e jovens através da educação e desporto;
- Prevenção de comportamentos de risco, qualificação profissional de suporte básico de vida;
- Inclusão social das mulheres angolanas «mães solteiras».

Cultura

- Apoiar projectos nos domínios da preservação do património arquitectónico, histórico e cultural, artes e letras.

Preservação do Meio Ambiente

- Desenvolver um conjunto de práticas que visam proteger a natureza das acções que causam danos ao meio ambiente, como a poluição, a degradação das florestas, a extinção de animais e o aquecimento global, garantindo a saúde do nosso planeta e o bem-estar das futuras gerações.

O primeiro semestre de 2026 foi, sobretudo, um período de estruturação, organização e consolidação institucional da Fundação BFA. Esta fase foi marcada pela implementação dos principais instrumentos de gestão, pela definição de processos internos e pela criação das condições necessárias ao início pleno da actividade da Fundação, estabelecendo bases sólidas para a prossecução da sua missão de forma eficiente, transparente e sustentável.

No âmbito da sua actuação, a Fundação BFA realizou diversas visitas de acompanhamento e reuniões institucionais com parceiros estratégicos nas áreas da educação, saúde, ambiente e desenvolvimento comunitário. Estas acções permitiram acompanhar, no terreno, a execução dos projectos apoiados, identificar as necessidades, verificar a conformidade das intervenções e reforçar o alinhamento das iniciativas com os objectivos estratégicos da Fundação.

Em linha com o seu compromisso com a promoção da economia circular e da sustentabilidade ambiental, a Fundação BFA concretizou 10 acções de doação de equipamentos informáticos, possibilitando a entrega de 192 computadores, provenientes do processo de renovação tecnológica do Banco, a entidades do sector social localizadas nos municípios do Cazenga, Viana, Maianga, Kikolo, Calumbo e Fubú. Esta iniciativa teve como objectivo prolongar a vida útil dos equipamentos, reduzir o desperdício, promover o acesso à tecnologia, apoiar processos de formação e contribuir para o reforço da inclusão digital.

No primeiro semestre de 2026, a Fundação BFA consolidou a sua estrutura organizacional, reforçou o acompanhamento dos projectos apoiados e promoveu a inclusão digital e a sustentabilidade.

192

Computadores entregues em seis municípios



Reafirmando o seu compromisso com a protecção da criança, o apoio às famílias em situação de maior vulnerabilidade e a resposta a emergências humanitárias, a Fundação BFA celebrou dois acordos de parceria que visam mitigar os impactos das inundações na província de Benguela. Um com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), no valor de 28,5 milhões de kwanzas, destinado ao reforço da protecção das crianças e do apoio às famílias vulneráveis, e outro com a Organização Mundial da Saúde (OMS), no valor de 30,1 milhões de kwanzas, para apoiar a resposta ao surto de cólera.

O período em análise ficou igualmente assinalado pelo lançamento e abertura das candidaturas da 8.ª edição do Programa BFA Solidário, pela primeira vez promovida sob a égide da Fundação BFA. Com um prémio global de 360 milhões de kwanzas, o programa contempla três categorias: Saúde, Educação e Inclusão Social e Financeira, e reafirma o compromisso da Fundação com o financiamento de projectos de elevado impacto social, capazes de gerar mudanças positivas e sustentáveis nas comunidades.

O Programa BFA Solidário contempla as categorias Saúde, Educação e Inclusão Social e Financeira, reafirmando o compromisso da Fundação no apoio a projectos de elevado impacto social, capazes de gerar mudanças positivas e sustentáveis nas comunidades.

360 Mkz

Prémio global do Programa BFA Solidário



Capital Humano

O capital humano continua a assumir um papel central na concretização das ambições definidas no Plano Estratégico, constituindo um dos principais motores da evolução do BFA.

O eixo da Eficiência e Produtividade das Pessoas traduz a convicção de que a excelência operacional nasce do talento, do compromisso e da capacidade de adaptação dos Colaboradores. Mais do que otimizar processos, esta visão procura fortalecer uma cultura organizacional dinâmica, orientada para resultados, inovação contínua e criação de valor duradouro.

Durante o primeiro semestre de 2026, o Banco reforçou a aposta numa gestão verdadeiramente centrada nas pessoas, promovendo iniciativas que valorizam o mérito, estimulam o envolvimento colectivo e potenciam o desenvolvimento profissional. Esta trajectória reflecte o compromisso do BFA em criar um ambiente onde cada Colaborador se reconhece como protagonista da mudança, contribuindo activamente para a consolidação da Instituição como uma referência de excelência no sector financeiro nacional.

Quadro efectivo¹ do BFA

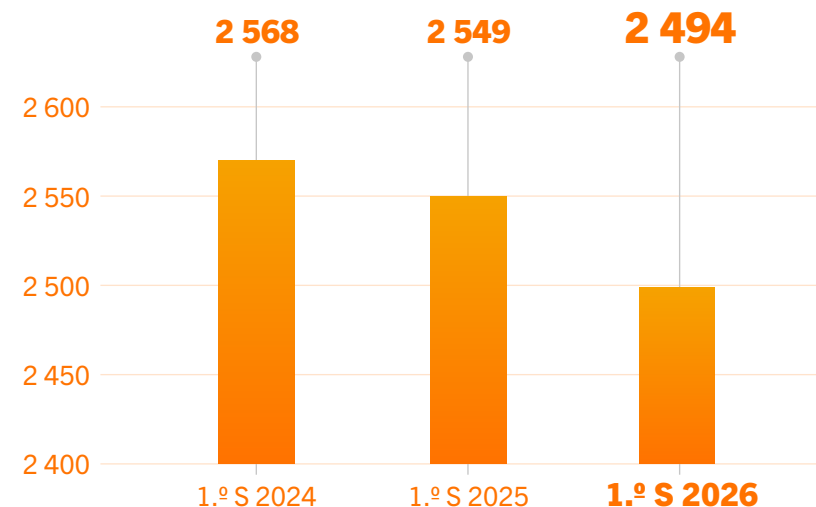
Até ao final do primeiro semestre de 2026, o quadro efectivo do BFA registava um total de 2 494 Colaboradores, o que representa uma

redução de 55 Colaboradores face ao mesmo período de 2025. Esta variação, correspondente a uma diminuição moderada do efectivo global, reflecte uma gestão equilibrada dos recursos humanos e a manutenção de níveis consistentes de capacidade operacional.

A evolução observada ao longo do período evidencia a estabilidade da estrutura organizacional do Banco, sustentada por uma política de gestão de talento focada na eficiência, na retenção de competências críticas e no alinhamento dos recursos com as necessidades estratégicas da Instituição. Apesar da ligeira redução do efectivo, o BFA continua a assegurar a continuidade das suas operações, preservando a qualidade dos serviços prestados e reforçando o compromisso com o desenvolvimento e valorização dos seus Colaboradores.

Quadro efectivo do BFA

N.º de Colaboradores



Colaboradores por género

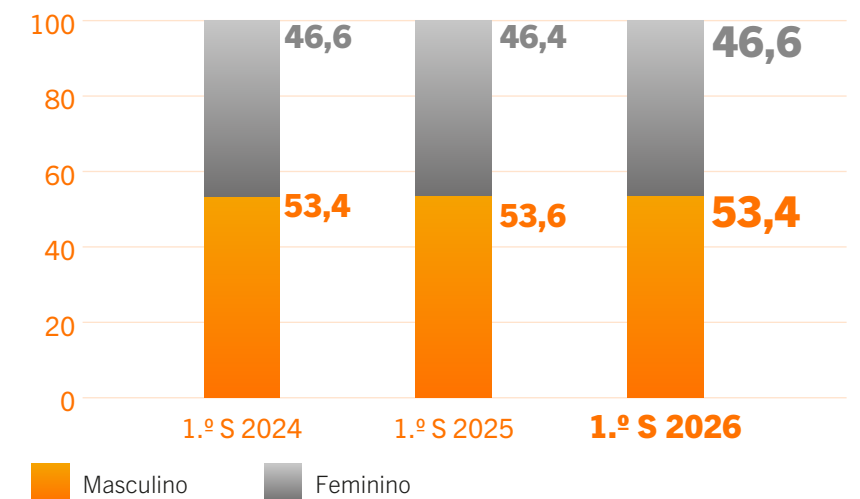
Até ao final do primeiro semestre de 2026, a distribuição por género no quadro efectivo do BFA manteve-se equilibrada, com os homens a representarem 53,4% e as mulheres 46,6% do total de Colaboradores.

Em comparação com o mesmo período de 2025, quando os homens constituíam 53,6% e as mulheres 46,4%, observa-se uma variação residual, evidenciando a estabilidade da representatividade de género ao longo dos últimos anos.

Este indicador confirma o compromisso contínuo do Banco com os princípios de equidade, inclusão e diversidade, valores fundamentais da sua cultura organizacional.

Colaboradores por género

%



¹ Efectivo sem os Órgãos Sociais

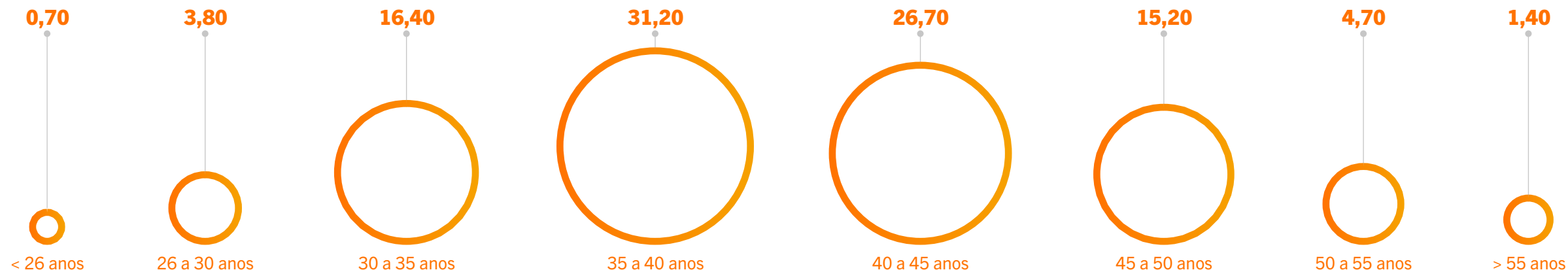
Estrutura etária

A estrutura etária dos Colaboradores do Banco é marcada por uma predominância de profissionais em plena maturidade profissional, com maior representatividade nas faixas etárias entre os 30 e os 45 anos. Esta distribuição reflecte uma força de trabalho maioritariamente composta por Colaboradores em plena fase de desenvolvimento e consolidação das suas competências profissionais, contribuindo para o equilíbrio entre experiência, dinamismo e capacidade de adaptação. Apresenta-se, de seguida, uma análise mais detalhada da distribuição etária observada:

Uma equipa em plena maturidade profissional, preparada para responder aos desafios com experiência, dinamismo e capacidade de adaptação.

Estrutura etária

%



Média de idades

No primeiro semestre de 2026, a média de idades atingiu os 41 anos, o que reflecte uma evolução face ao mesmo período de 2025, que se situava nos 40 anos. Embora discreto, este crescimento evidencia uma transformação gradual no perfil etário dos Colaboradores.

Grau académico

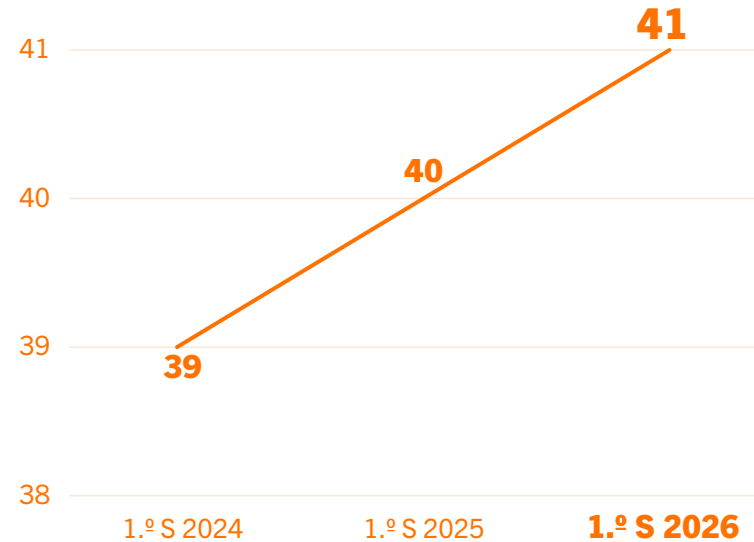
Ensino Superior (Licenciatura ou grau acima) – 42,26% Representa quase metade do quadro efectivo, evidenciando o compromisso do Banco com a atracção de profissionais altamente qualificados, preparados para responder aos desafios estratégicos e operacionais do sector financeiro.

Outros (Ensino Médio e Especializações Técnicas) – 57,74% Corresponde à maioria dos Colaboradores, com formação orientada para a execução técnica, operação e funções essenciais que garantem o funcionamento diário da Instituição. Estes perfis são fundamentais para a estabilidade, eficiência e produtividade interna.

Anos de efectividade

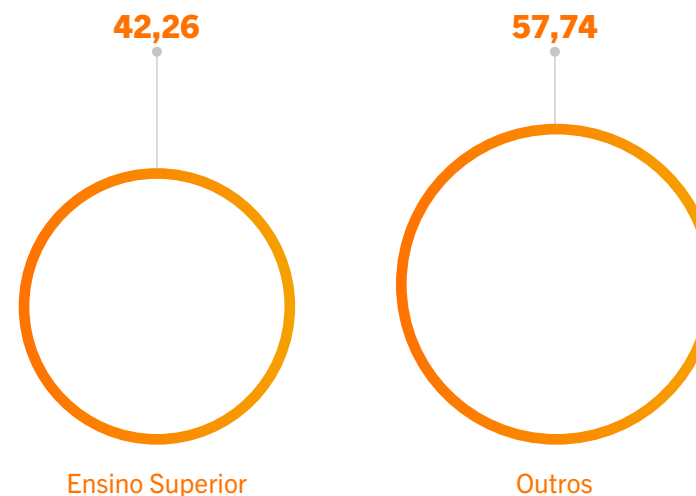
No final do primeiro semestre de 2026, o BFA manteve uma média de 13 anos de efectividade no seu quadro de Colaboradores, em linha com o registado no ano transacto. Este indicador reflecte uma estrutura organizacional estável, caracterizada por uma elevada retenção interna e por uma forte identificação dos profissionais com os valores institucionais do Banco. A longevidade média observada evidencia o impacto das políticas de valorização, desenvolvimento e fidelização de talento.

Média de idades

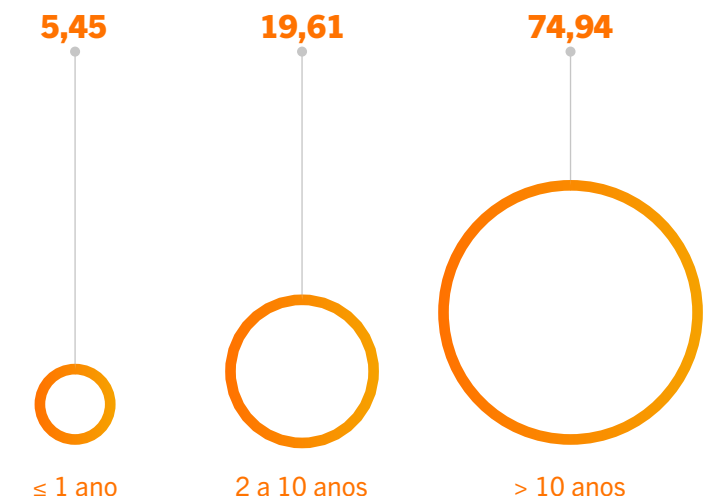


Com uma média de idades de 41 anos e de 13 anos de efectividade, o BFA evidencia uma equipa estável, experiente e qualificada.

Grau académico %



Efectividade %



Remuneração e incentivos

A estrutura remuneratória do Banco mantém-se assente em duas componentes: remuneração fixa e remuneração variável, ambas alinhadas com os princípios de valorização, justiça interna e competitividade no mercado.

A componente fixa representa a base salarial atribuída a cada Colaborador, definida com clareza e transparência, segundo o enquadramento da função e o posicionamento na estrutura de carreira, promovendo a valorização dos Colaboradores e o alinhamento com os objectivos estratégicos do Banco.

O BFA atribui um conjunto diversificado de subsídios e benefícios focados no bem-estar e que reflecte a proposta de valor para os Colaboradores.

Com vista a destacar e reconhecer a importância das funções estratégicas para a continuidade do negócio e garantir a atracção e retenção de talentos, o Banco implementou novos subsídios: subsídio de área, transporte e isenção de horário.

A remuneração variável é atribuída sob a forma de prémio de desempenho, como instrumento de reconhecimento, alinhamento estratégico e promoção da meritocracia.

Com a evolução para um modelo remuneratório mais equilibrado, transparente e alinhado com a estratégia, o BFA reforça o seu compromisso com o bem-estar e o reconhecimento dos seus profissionais.

Estrutura organizacional e de funções

No âmbito do Plano Estratégico 2024-2026, o Banco desenvolveu e implementou um novo Modelo Organizacional e de Funções. Esta evolução tem como principal objectivo a reorganização das Direcções e dos seus respectivos níveis hierárquicos, de forma a tornar o Banco mais ágil, com processos mais simples e uma maior proximidade ao Cliente.

Os segmentos da rede comercial mantêm a estrutura hierárquica, de forma a dar resposta à dispersão geográfica e ao volume de negócio.

O segmento de serviços centrais foi objecto de uma reorganização, no âmbito da qual os níveis hierárquicos estão a ser reduzidos de quatro para dois, permitindo uma decisão mais célere, uma maior clareza na organização das equipas e um adequado reconhecimento do talento.

Simultaneamente, para acompanhar esta transformação, foram criadas categorias profissionais e revistas as respectivas funções, de forma a facilitar a adequação a esta nova realidade e à gestão dos modelos de capital humano, no que respeita à remuneração, às carreiras e à avaliação de desempenho.

Atracção e fidelização de talento

A estratégia de atracção e fidelização de talento manteve-se alinhada com o processo de transformação e reestruturação organizacional em curso no Banco, privilegiando a identificação e captação de perfis críticos para o negócio e capazes de responder aos desafios da modernização, digitalização e evolução das competências organizacionais.

Neste contexto, o recrutamento assumiu uma abordagem cada vez mais direccionada e criteriosa, orientada para a contratação de profissionais com elevado potencial técnico e alinhamento com a cultura e os objectivos estratégicos da Instituição, contribuindo para a constituição de equipas mais qualificadas, ágeis e preparadas para os desafios futuros.

O trabalho desenvolvido na gestão do talento e na consolidação das práticas de Recursos Humanos mereceu igualmente o reconhecimento externo, tendo o Banco sido convidado a participar na Gala de Premiação *Elite Employer*, um momento que distingue organizações pelas suas boas práticas na gestão de pessoas e reforça o posicionamento do BFA como uma referência na atracção, desenvolvimento e valorização do capital humano.

Mobilidade interna

A mobilidade interna é, para o BFA, um instrumento estratégico de gestão de talento, permitindo responder às necessidades de transformação organizacional, potenciar o desenvolvimento dos Colaboradores e promover uma utilização mais eficiente das competências existentes no Banco.

No contexto da reestruturação organizacional em curso, a mobilidade interna continuou a desempenhar um papel relevante na adequação dos recursos às prioridades do negócio, conciliando as aspirações de desenvolvimento profissional dos Colaboradores com as necessidades operacionais das diferentes Direcções.

Durante o primeiro semestre de 2026, foram concretizados 26 movimentos de mobilidade interna, dos quais 12 na Área Comercial e 14 nos Serviços Centrais, contribuindo para o reforço da capacidade das equipas e para a retenção do talento interno.

Programas de capital humano e impacto na comunidade

Realizado de dois em dois anos, o Programa de *Trainees* tem como objectivo atrair, desenvolver e integrar jovens talentos, proporcionando-lhes um estágio remunerado com a duração de 12 meses e promovendo a aquisição de competências técnicas e comportamentais essenciais ao exercício da actividade bancária.

A 3.ª edição do Programa foi excepcionalmente prorrogada por mais cinco meses, tendo concluído em Dezembro de 2025 com o propósito de reforçar os mecanismos de acompanhamento e avaliação do desempenho dos participantes, permitindo uma apreciação mais robusta do seu potencial para a integração na estrutura do Banco.

O Programa contou com **23 trainees**, dos quais **18 foram integrados nos quadros do Banco**, representando uma taxa de integração de aproximadamente **78%**. Os Colaboradores foram distribuídos por diversas Direcções estratégicas, nomeadamente a Academia, Direcção de Informática, Direcção de Risco, Marketing e Contabilidade.

Os resultados alcançados reflectem o compromisso do Banco com a valorização do talento jovem, reforçando a sua aposta na formação, desenvolvimento e retenção de profissionais que contribuirão para a sustentabilidade e crescimento da Organização.

A 3.ª edição do Programa de *Trainees* registou uma taxa de integração de cerca de 78%, reflectindo o compromisso do BFA com a atracção, desenvolvimento e retenção de jovens talentos.



Prémios

Menção Honrosa — Maior Transacção de OPV

No âmbito do Fórum BODIVA 2026 – Mercado de Capitais 4.0, subordinado ao tema “O Futuro do Financiamento em Angola”, o Banco de Fomento Angola foi distinguido com uma **Menção Honrosa pela realização da Maior Transacção de Oferta Pública de Venda (OPV)**. Esta distinção reconhece o contributo do Banco para o desenvolvimento do mercado de capitais angolano e a sua participação em operações relevantes de financiamento e dinamização do mercado.



Prémio Melhor Parceiro Toyota 2025

O BFA foi distinguido pela CFAO com o prémio **Melhor Parceiro Toyota 2025**, em reconhecimento da parceria estabelecida entre as duas instituições. Esta distinção evidencia o trabalho desenvolvido pelo Banco no apoio às soluções de financiamento associadas à marca Toyota e reforça a relevância da colaboração entre ambas as entidades.



Marca de Maior Referência de Angolanidade no Sector da Banca

Na Gala Oficial da Escolha do Consumidor Angola, o BFA foi distinguido como **Marca de Maior Referência de Angolanidade no Sector da Banca**. Este reconhecimento reflecte a percepção dos consumidores relativamente ao posicionamento do Banco no mercado angolano e à sua proximidade com os Clientes e com a economia nacional.





04

Enquadramento Económico

Enquadramento Económico

Economia Internacional

Após demonstrar resiliência face ao aumento das barreiras comerciais e a um ambiente de elevada incerteza, a actividade económica mundial enfrenta agora novos desafios decorrentes do agravamento das tensões geopolíticas no Médio Oriente. Paralelamente, a persistência de políticas comerciais mais restritivas, particularmente por parte dos Estados Unidos, e a volatilidade dos preços do petróleo continuam a condicionar as perspectivas de crescimento mundial.

De acordo com as projecções do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicadas na edição de Abril de 2026 do *World Economic Outlook* (WEO), a economia mundial deverá crescer 3,1% em 2026, após uma expansão de 3,4%, em 2025, reflectindo uma moderação da actividade económica global. O FMI salienta que os riscos de deterioração continuam a predominar nas perspectivas económicas, associados ao eventual prolongamento ou agravamento do conflito no Médio Oriente, ao aumento da fragmentação geopolítica, ao agravamento das tensões comerciais e aos riscos para a estabilidade financeira.

Nas economias avançadas, o crescimento deverá situar-se em 1,8%, face aos 1,9% registados em 2025, enquanto as economias emergentes e em desenvolvimento deverão crescer 3,9%, representando uma desaceleração de cerca de 0,5 pontos percentuais (p.p.) relativamente ao ano anterior.

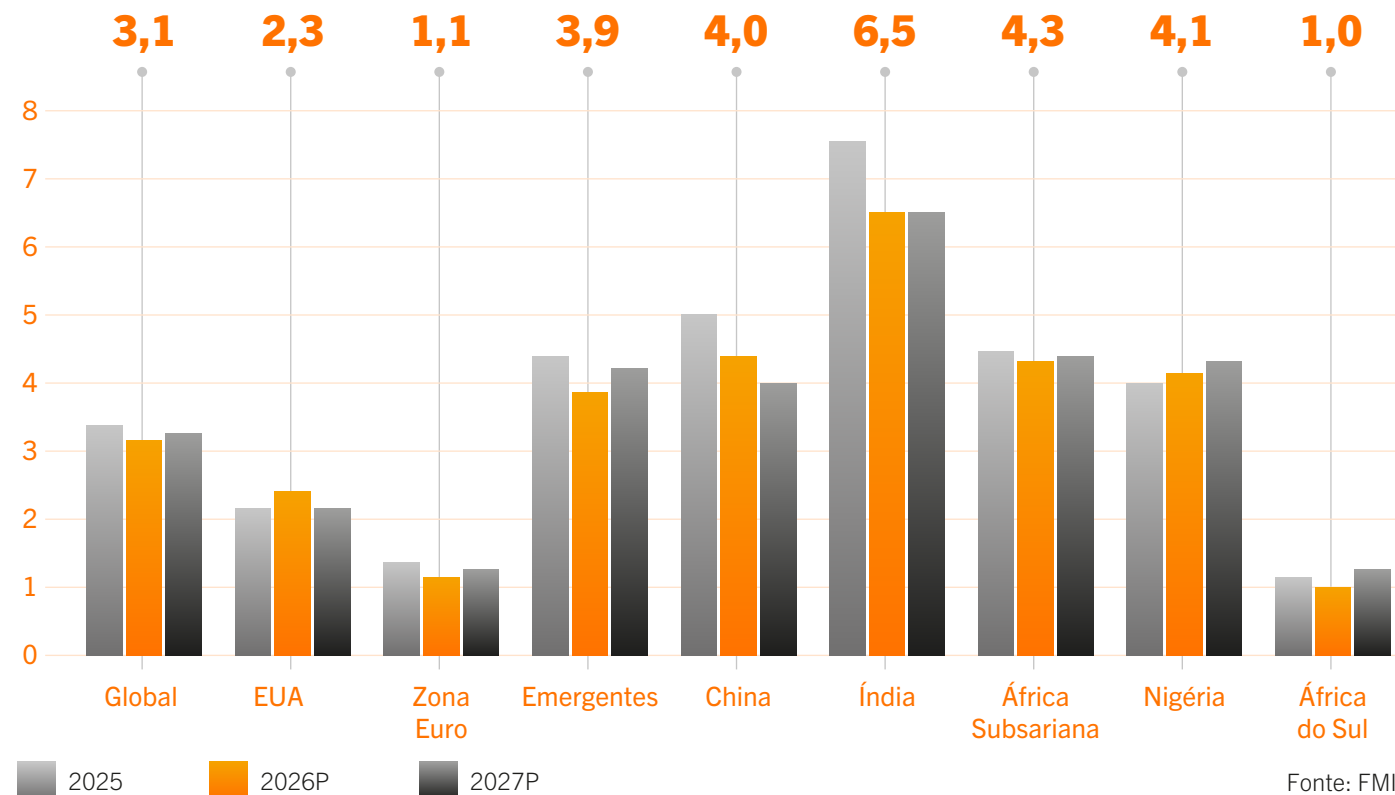
De acordo com o FMI, a inflação mundial deverá registar um ligeiro aumento em 2026, antes de retomar a trajectória descendente em 2027.

Esse movimento será acompanhado por uma desaceleração do crescimento económico, mais acentuada nas economias emergentes e em desenvolvimento, onde as pressões inflacionistas tendem a ser mais persistentes. Nas economias avançadas, a inflação já está em níveis elevados. Nos Estados Unidos, após ter permanecido entre 2,4% e 2,7% durante grande parte de 2025, acelerou em Maio para cerca de 4,2%, com projecções que apontam para novos aumentos. Na Zona Euro, a inflação que, em 2025, se manteve próxima da meta (média de 2,1%), ascendeu para 3,2% em 2026, reflectindo sobretudo o choque energético associado ao conflito no Médio Oriente. Embora existam sinais de um acordo mais duradouro relativamente ao conflito, a incerteza permanece elevada e as projecções continuam a apontar para uma inflação acima da meta nos próximos dois anos. Neste contexto, o Banco Central Europeu (BCE) estima uma inflação média de 3,0% em 2026, 2,3% em 2027 e o regresso ao objectivo de 2,0% apenas em 2028. Por sua vez, a Reserva Federal prevê uma inflação de 3,6% em 2026, 2,3% em 2027 e a convergência para 2,0% em 2028. Simultaneamente, ambos os bancos centrais reconhecem que a inflação subjacente apenas deverá convergir integralmente para a meta em 2028, reforçando a expectativa de manutenção de taxas de juro em níveis restritivos durante um período mais prolongado. Perante os choques nos mercados energéticos e a persistente volatilidade das matérias-primas, estas dinâmicas têm conduzido à revisão das perspectivas de política monetária, reforçando as expectativas de manutenção de condições monetárias restritivas e de um eventual adiamento do processo de flexibilização anteriormente antecipado.

De acordo com as projecções do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicadas na edição de Abril de 2026 do *World Economic Outlook* (WEO), a economia mundial deverá crescer 3,1% em 2026.

Crescimento económico mundial

Variação homóloga em %



4,3%

Crescimento da África Subsariana em 2026

2025

Economias Avançadas

- Crescimento económico de 1,9%
- Tensões Geopolíticas
- Inflação
- Tarifas Aduaneiras

Economias Emergentes

- Crescimento de 4,4%
- África Subsariana cresceu 4,5%
- China cresceu para 5,0%

Economia mundial: crescimento de 3,4%

1.º S 2026

Economias Avançadas

- Crescimento económico de 1,8%
- Guerra no Médio Oriente
- Inflação

Economias Emergentes

- Crescimento de 3,9%
- África Subsariana poderá crescer 4,3%
- Economias asiáticas deverão crescer 4,9%

Economia mundial: crescimento de 3,1%

Fonte: FMI

Mercados Financeiros

Os mercados financeiros internacionais mantiveram uma evolução globalmente favorável desde o início do ano, apesar de episódios de volatilidade associados às tensões geopolíticas no Médio Oriente, em particular ao conflito envolvendo o Irão e aos receios sobre a circulação de petróleo através do Estreito de Ormuz.

Nos Estados Unidos, a Reserva Federal manteve as taxas de juro inalteradas durante a primeira metade do ano, apesar da pressão para proceder a cortes. Assim, a taxa dos Fundos Federais permaneceu no intervalo entre 3,50% e 3,75% desde o último trimestre de 2025. Já na Zona Euro, o BCE decidiu, na última reunião de Junho, aumentar as taxas de juro em 25 pontos base (p.b.), em resposta à aceleração da inflação. Com esta decisão, as taxas aplicáveis à facilidade permanente de depósitos, às operações principais de refinanciamento e à facilidade permanente de cedência de liquidez passaram para 2,25%, 2,40% e 2,65%, respectivamente.

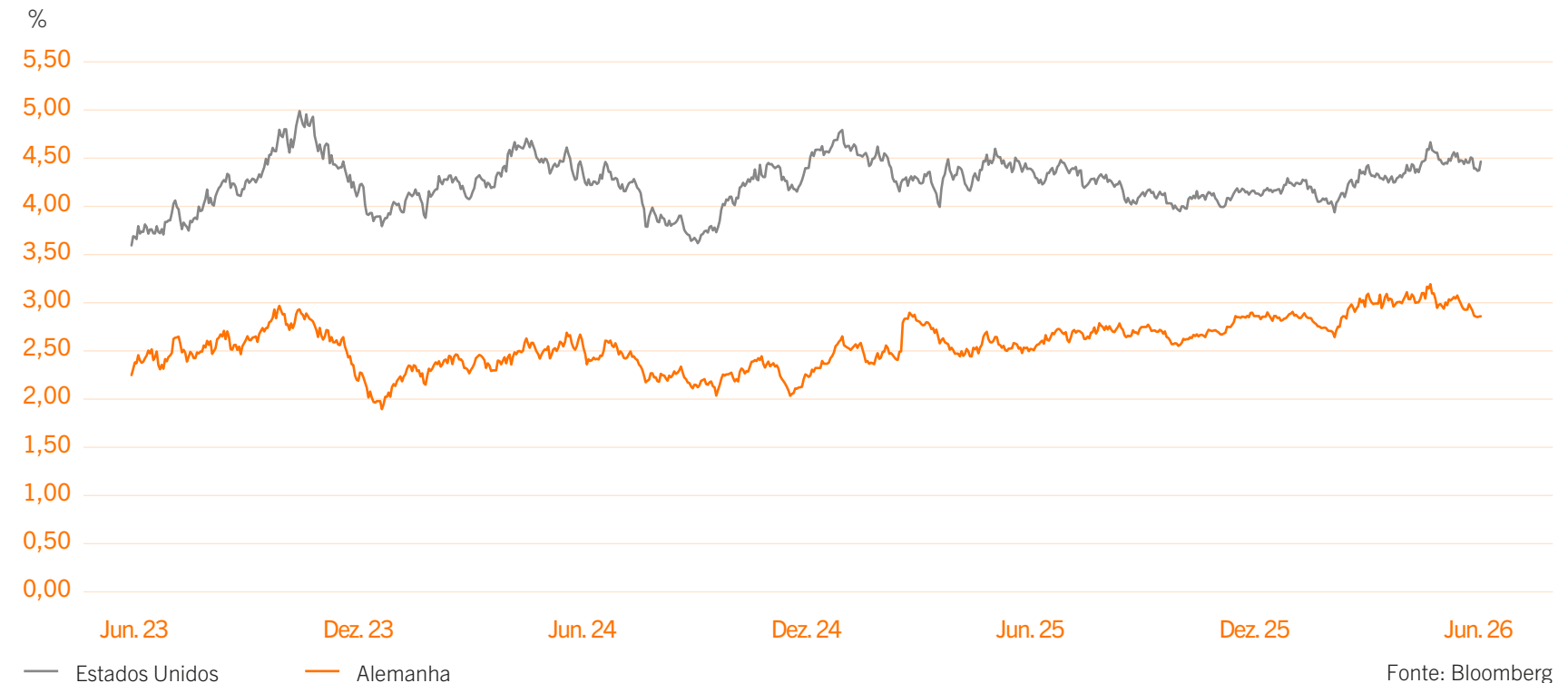
A divergência entre as políticas monetárias da Reserva Federal e do BCE tem influenciado directamente o comportamento das *yields* globais. Desde o início do ano, a *yield* do Treasury norte-americano a 10 anos aumentou 716 p.b. para 4,5%, em linha com um ambiente de taxas de juro mais elevadas. Em contraste, a dívida pública alemã para o mesmo prazo registou um aumento mais ligeiro, para 2,9% (+14 p.b. YTD).

O índice do Dólar (DXY) mantém-se em níveis historicamente elevados, apesar da correcção recente. Desde Janeiro, acumula uma valorização de 2,9%, sustentada pela procura da moeda norte-americana como activo de “refúgio” num contexto de incerteza geopolítica. O Euro, por sua vez, desvalorizou 2,8% para 1,14 por Dólar, reflectindo divergência das taxas de juro e a menor atractividade relativa dos activos denominados em Euros.

Nos mercados accionistas, o desempenho tem sido positivo. O S&P 500 valorizou 9,6% YTD, mantendo uma tendência ascendente apesar da incerteza geopolítica. Na Europa, o Euro Stoxx 50 registou ganhos de 9,3% YTD, enquanto o MSCI *Emerging Markets* avançou de forma mais intensa, com 22,7% YTD.

No mercado monetário, a SOFR, que havia caído por um longo período, voltou a subir acompanhando as expectativas de aumento das taxas pela Reserva Federal. Desde o início do ano, registou uma quebra acumulada de 49 p.b., fixando-se em 3,7%. Já a Euribor a 12 meses encontra-se agora em 2,7%, o que perfaz um aumento de 21 p.b.

Yield da dívida soberana a 10 anos



Economia angolana

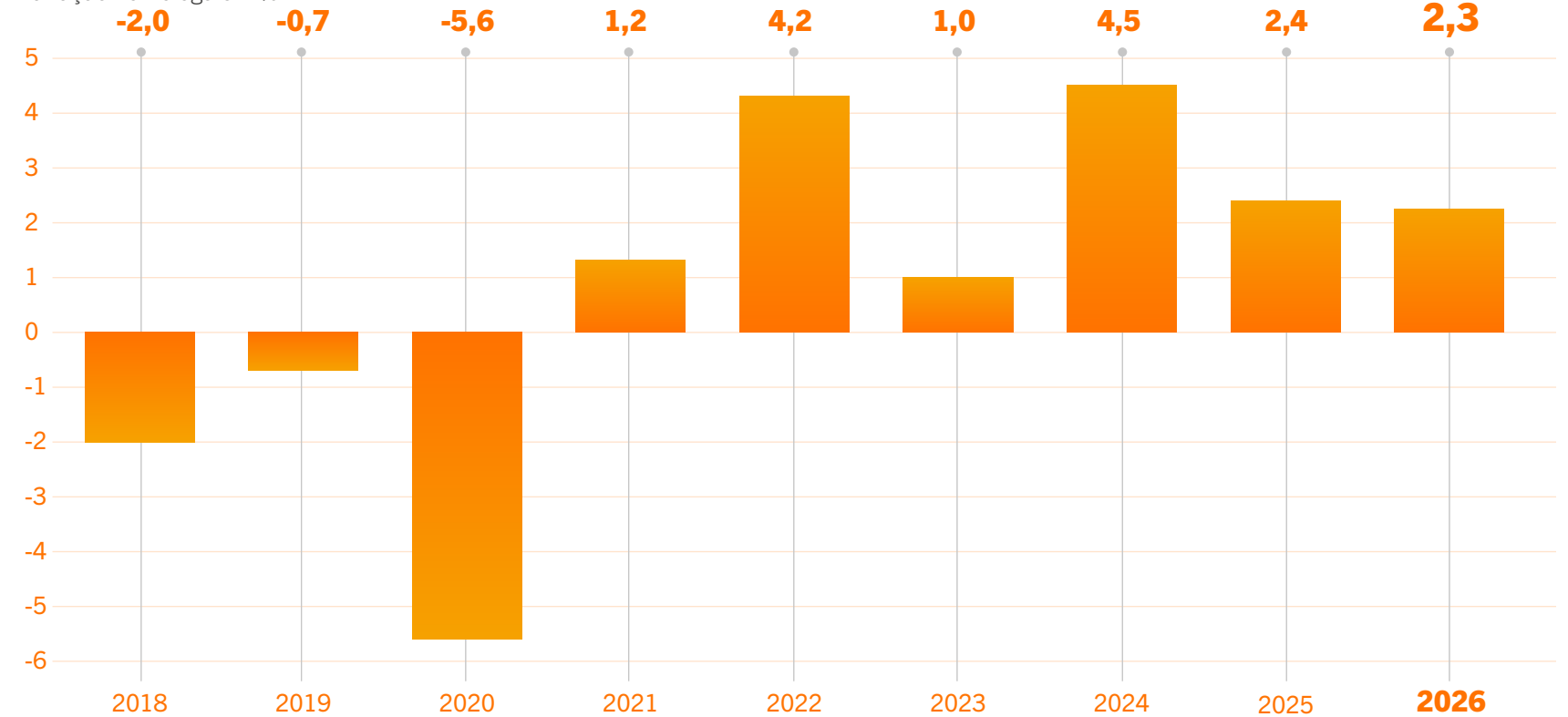
A economia angolana cresceu 3,5% YoY, em 2025 (menos 1,7 p.p. face ao crescimento registado no ano anterior). Este desempenho positivo foi impulsionado sobretudo pelo sector não petrolífero, que registou um crescimento de 4,3%. Em contrapartida, o sector petrolífero contraiu 2,9% YoY, evidenciando uma inversão significativa face ao crescimento de 2,4% observado em 2024.

O FMI reviu em alta a previsão de crescimento da economia angolana para 2026, estimando agora uma expansão de 2,3%, acima dos 2,1% anteriormente projectados. Esta revisão reflecte a melhoria das perspectivas macroeconómicas, sustentada pela desaceleração da inflação, pela recuperação dos preços do petróleo e por condições de financiamento externo mais favoráveis. Para 2027, o FMI antecipa uma ligeira aceleração do crescimento para 2,6%, ainda abaixo da média prevista para a África Subsariana (4,4%).

O Governo mantém igualmente uma perspetiva optimista, prevendo um crescimento económico de 4,7%, em 2026. Esta projecção assenta num crescimento de 4,7% da economia não petrolífera e de 1,1% no sector do petróleo e gás. As autoridades angolanas revelam também optimismo quanto à evolução da inflação, estimando uma taxa média de 13,7% em 2026.

Crescimento económico

Variação homóloga em %



Fonte: FMI

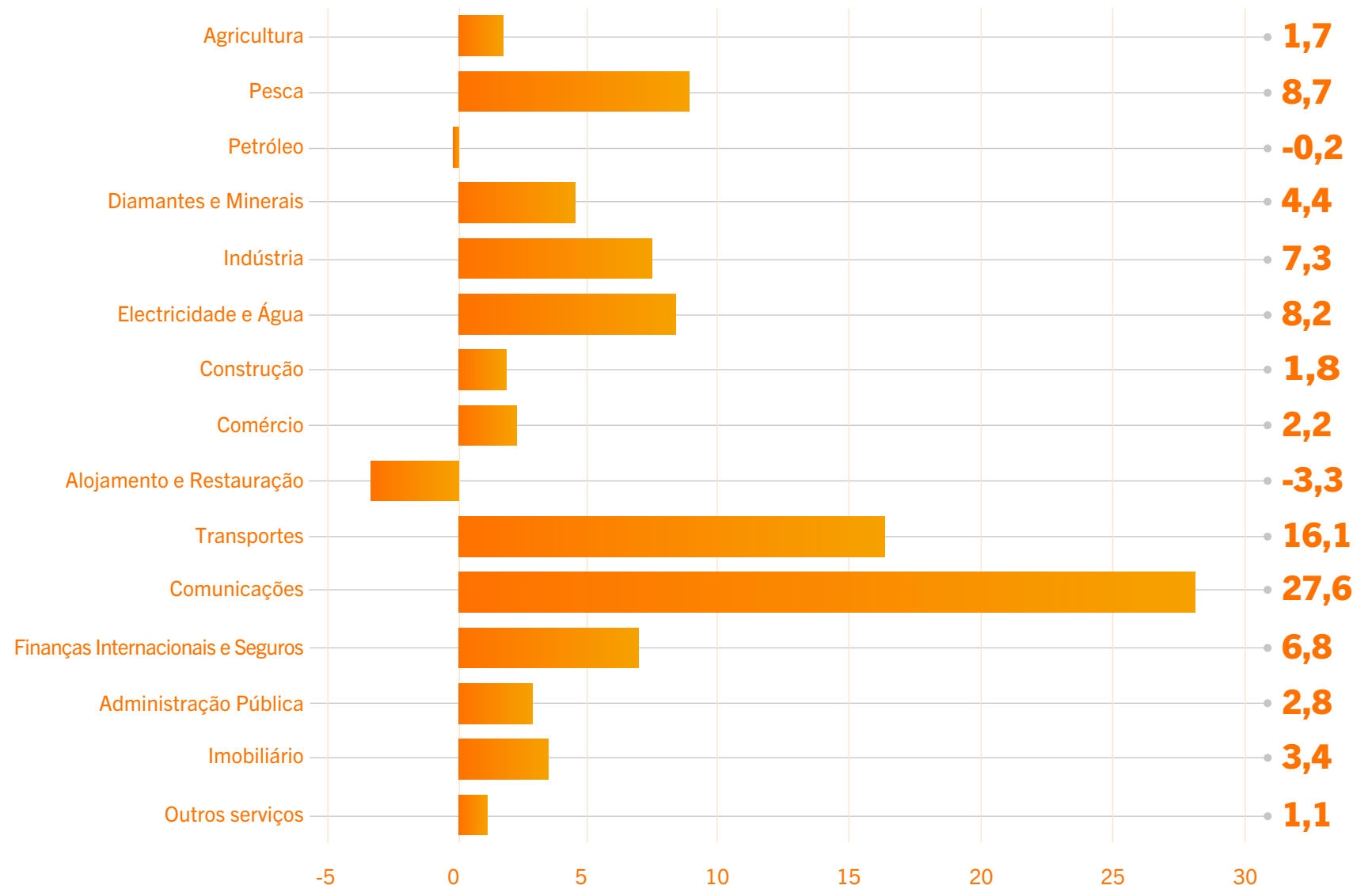
De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), no primeiro trimestre de 2026 a economia angolana cresceu 5,3% em relação ao mesmo trimestre de 2025. A economia não petrolífera acelerou 0,6 p.p. para 5,9% no trimestre, enquanto a petrolífera contraiu apenas 0,2%, a menor queda desde o início de 2025. O crescimento tem sido resiliente em quase todos os sectores, com destaque para Comunicações (+27,6% YoY), Transportes (+16,1% YoY) e Pescas (+8,7% YoY), que em conjunto contribuíram com cerca de 2,7 p.p. para a taxa de crescimento do PIB.

Nos primeiros cinco meses do ano, a produção petrolífera fixou-se em média nos 1,05 milhões de barris por dia, registando uma queda de 0,2% YoY. No mesmo período, a produção de gás contraiu 2,3% YoY, situando-se em 2,6 milhões de pés cúbicos. Apesar da contracção na produção, as receitas de exportação cresceram cerca de 8,7% YoY, impulsionadas pela valorização dos preços do petróleo nos mercados internacionais, sobretudo em Abril e Maio, num contexto marcado pelo agravamento das tensões geopolíticas no Médio Oriente e pelas perturbações na navegação através do Estreito de Ormuz. Como resultado, o preço médio de exportação do petróleo situou-se em USD 81,5 por barril, acima dos USD 73,4 registados no período homólogo.

As reservas internacionais líquidas mantêm-se estáveis, avaliadas em USD 14,9 mil milhões (mM), garantindo uma cobertura de cerca de sete meses de importações. Em termos fiscais, a dívida pública angolana totalizou USD 72,0 mM no primeiro trimestre de 2026, um aumento de USD 0,6 mM face ao trimestre anterior. O crescimento foi impulsionado pela dívida governamental externa, que passou de USD 45,2 mM no segundo trimestre de 2025 para USD 49,8 mM no primeiro trimestre de 2026, reflectindo as recentes emissões de Eurobonds. A dívida externa total situou-se em USD 52,4 mM, enquanto a dívida interna atingiu USD 19,6 mM (aproximadamente AOA 17,7 biliões).

Contribuições sectoriais para o crescimento do PIB no 1.º Trimestre de 2026

Variação homóloga em %



Fonte: INE

Inflação e Taxas de Juro

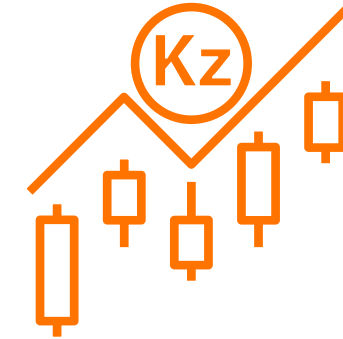
A inflação tem vindo a desacelerar de forma persistente desde meados de 2024, apesar da ocorrência de alguns factores de risco, tanto internos como externos. Do lado interno, destacam-se as pressões decorrentes da remoção parcial dos subsídios aos combustíveis; do lado externo, a aceleração dos preços nos mercados internacionais. Em Junho, em particular, a inflação mensal desacelerou para 0,5%, conduzindo a taxa homóloga para 10,1%, um nível próximo dos mínimos observados no segundo trimestre de 2023.

Relativamente ao mercado cambial, o Kwanza tem estado estável desde o início do terceiro trimestre de 2024, mantendo-se em torno dos AOA 912,0 por Dólar. Face ao Euro, as variações também têm sido moderadas, registando-se uma depreciação acumulada de 0,33% desde o início do ano. No final de Junho, a taxa de câmbio situou-se em AOA 1 040,9 por Euro.

No que diz respeito à condução da política monetária, o Comité de Política Monetária (CPM) realizou, até ao momento, três reuniões, mantendo

uma postura acomodatória. Neste contexto, o Banco Nacional de Angola (BNA) tem ajustado os seus instrumentos em linha com a trajectória de desaceleração da inflação. Na reunião mais recente, foi decidido reduzir a taxa básica de juro de 17,5% para 17,0%, bem como as taxas das facilidades permanentes de cedência e absorção de liquidez para 18,0% e 16,0%, respectivamente. Os restantes instrumentos permaneceram inalterados.

Apesar de estar a flexibilizar gradualmente a política monetária, o BNA reconhece que persistem riscos associados à actual conjuntura internacional. Embora a valorização do petróleo tenha contribuído para reforçar as receitas externas, o contexto geopolítico tem também pressionado as cadeias de abastecimento e elevado os preços de diversas *commodities*, em particular dos alimentos. Estes factores podem gerar potenciais efeitos de transbordamento sobre a economia angolana, razão pela qual permanecem sob monitorização pela autoridade monetária.

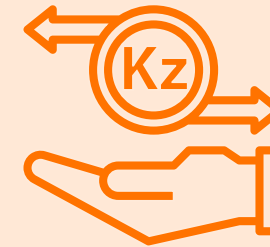
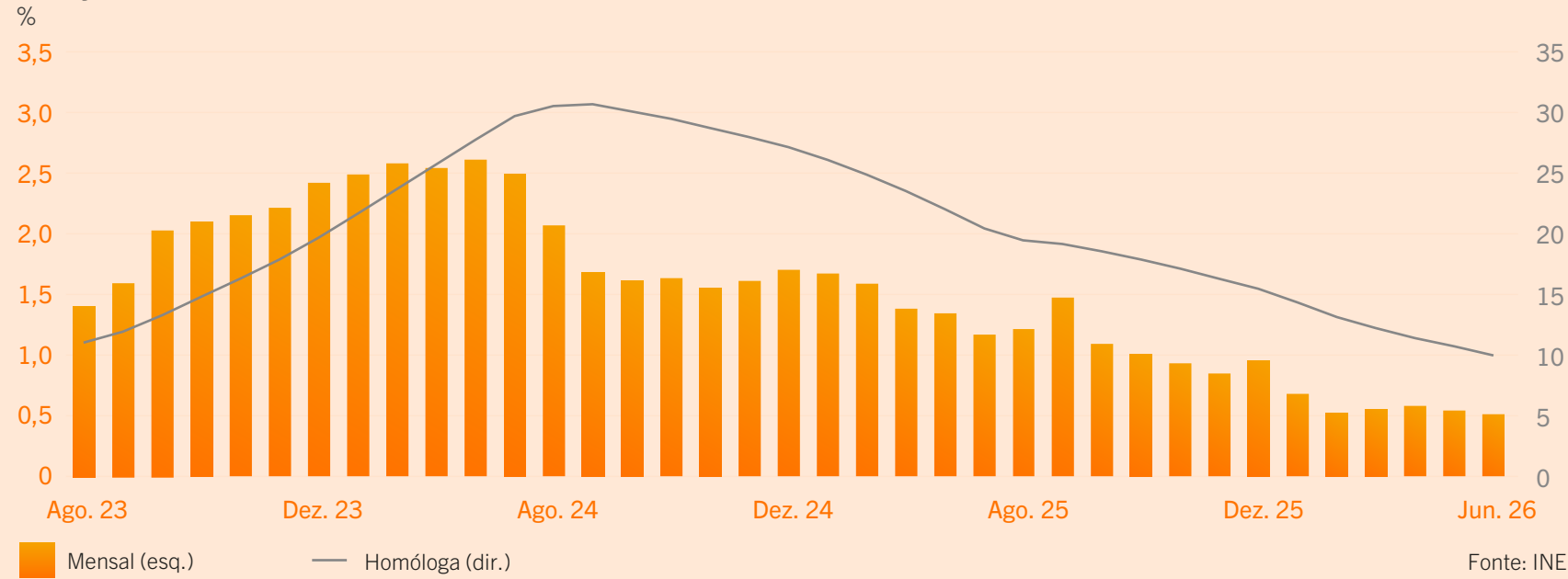


A inflação tem vindo a desacelerar de forma persistente desde meados de 2024, apesar da ocorrência de alguns factores de risco, tanto internos como externos.

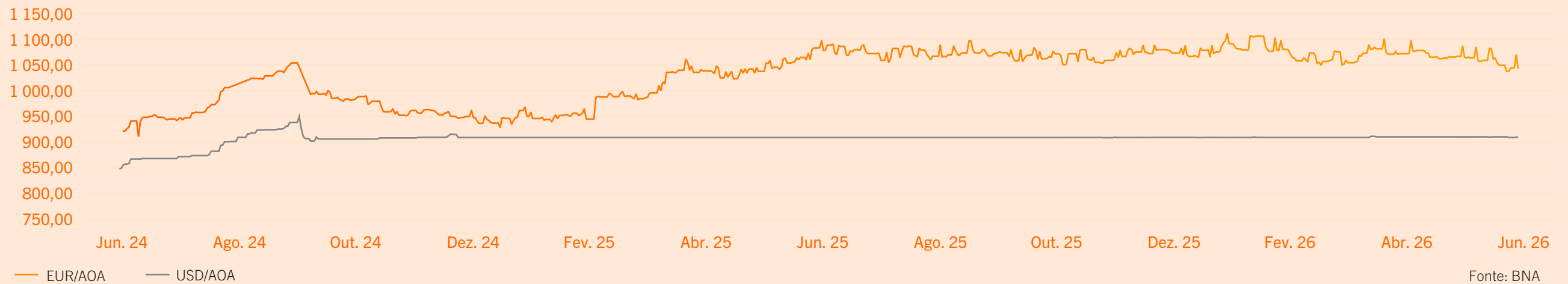
10,1%

Taxa de inflação homóloga registada em Junho de 2026

Inflação nacional



Taxa de câmbio



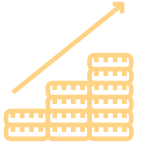


05

Gestão de Risco



Gestão de Risco

1.º S 2026 em Revista 	RÁCIO FPR 39,7%	FUNDOS PRÓPRIOS NÍVEL 1 718 mMKz 	RÁCIO DE ALAVANCAGEM 29,2%
	RÁCIO DE LIQUIDEZ 785% 	RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO 27,6%	RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO MN 33,1%
	RÁCIO NPL 6,7%	COBERTURA DO NPL 123%	GAP CAMBIAL (% FPR) 0,97% 

A Cultura de Risco como Pilar Estratégico

Integrando risco, desempenho e sustentabilidade na gestão do Banco

No primeiro semestre de 2026, o Banco manteve uma posição prudencial sólida, evidenciada por um Rácio dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR) de 39,7% e um Rácio de Liquidez de 785%, ambos significativamente acima dos limites regulamentares. Estes indicadores reflectem uma elevada capacidade de absorção de perdas e uma posição de liquidez confortável, permitindo ao Banco enfrentar eventuais choques adversos e suportar o crescimento da actividade. Comparativamente ao Sistema Financeiro Angolano, o Banco continua a apresentar níveis robustos de capitalização e liquidez, mantendo margens de segurança confortáveis face aos requisitos prudenciais.

Os principais canais, acções e ferramentas de disseminação da cultura de risco continuam a ser:

- Exercícios de auto-avaliação do perfil de risco em que, na avaliação dos riscos materialmente relevantes, são lançados questionários para todas as direcções do BFA para que estas possam avaliar, nas suas actividades, quais os riscos a que expõem o Banco;
- Os comités, onde são reportados os riscos e onde participam também áreas de negócio e de suporte, sendo este mais um canal para fomentar a cultura de gestão dos riscos;
- Os *workshops* que são realizados com todas as direcções do BFA e que permitem a disseminação das práticas de gestão dos riscos;
- A *intranet* para divulgação das práticas de gestão do risco, através da publicação de políticas e regulamentos de gestão dos riscos.



Modelo de Gestão dos Riscos

A Gestão dos Riscos é um dos pilares fundamentais do BFA

A gestão eficaz do risco tem permitido ao Banco enfrentar adequadamente as mudanças do ambiente económico, social e regulatório no qual desenvolve a sua actividade, sendo uma das funções-chave para que o BFA continue a ser um Banco sólido, seguro e sustentável, que garante uma gestão de acordo com os interesses de todos os *Stakeholders*. O Banco procura alinhar os seus procedimentos internos com as melhores práticas internacionais em matéria de gestão global dos riscos e, para tal, considera as orientações do Comité de Basileia para a Supervisão Bancária (BCBS) e as do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), de forma a garantir o cumprimento global dos requisitos prudenciais estabelecidos pelos reguladores e supervisores.

Governança dos Riscos

As três Linhas de Defesa enquanto Modelo Organizacional

A organização do sistema de gestão do risco do Banco segue uma estrutura assente no princípio da segregação de funções, o que assegura a completa separação entre as responsabilidades de originação (ou tomada) dos riscos e as responsabilidades dedicadas à sua gestão e controlo.

1.ª Linha de Defesa Unidades de Negócio e de Suporte	Identifica e gere os riscos que resultam das suas actividades e são inerentes à estratégia de negócio do Banco, assegurando o seu reporte regular. Desenvolve controlos sobre os riscos originados no exercício contínuo da actividade do Banco.
2.ª Linha de Defesa Gestão de Risco, Compliance e Cibersegurança	As funções de Gestão do Risco, <i>Compliance</i> e Segurança da Informação, enquanto componentes da segunda linha de defesa: • Identificam, avaliam e monitorizam os principais riscos do Banco, incluindo riscos de <i>Compliance</i>, tecnológicos e de Cibersegurança. • Asseguram a eficácia do sistema de controlo interno e o cumprimento dos requisitos legais, regulamentares e normativos. • Promovem a articulação e a partilha de informação entre as funções de controlo interno, garantindo uma abordagem integrada à gestão dos riscos. • Apoiam os órgãos de gestão através da emissão de análises, pareceres e recomendações independentes.
3.ª Linha de Defesa Auditoria Interna	Com base numa avaliação independente e objectiva, assegura a revisão e o desafio das actividades desenvolvidas pela primeira e segunda linhas de defesa, através da avaliação da adequação e eficácia do sistema de controlo interno e do sistema de gestão do risco do Banco. O Auditor Externo e as Autoridades de Supervisão complementam o modelo de controlo do Banco, através da realização de análises independentes e da fiscalização do cumprimento dos requisitos regulamentares e das práticas de gestão de risco.

Órgãos de Governação da Gestão do Risco no BFA

Os órgãos envolvidos no sistema de gestão do risco do Grupo, e as suas respectivas funções, são os seguintes:

Gestão Estratégica dos Riscos	Conselho de Administração - Definir e aprovar a estratégia e as políticas de gestão de risco; - Assegurar a existência de uma função de carácter efectivo, permanente e independente das funções de negócio ou operacionais do Banco; - Dotar a função de recursos materiais, humanos e financeiros adequados à execução da missão que lhe está confiada.			
	Comissão de Risco - Rever periodicamente as estratégias e políticas definidas para a gestão e controlo dos riscos a que o Banco está ou possa vir a estar exposto; - Avaliar o âmbito e a natureza das actividades desenvolvidas pela função e apreciar a efectividade dos processos e dos procedimentos que suportam a implementação da estratégia e políticas de gestão de risco; - Verificar se a função dispõe de recursos materiais e humanos suficientes e adequados à execução das suas responsabilidades; - Apreciar os documentos de suporte às actividades da função e o seu estado de execução, designadamente: (i) o plano de gestão de risco; (ii) o plano de formação; e (iii) o orçamento; - Analisar os resultados das actividades da função e as informações sobre o risco por ela prestadas e, em função dessa análise, emitir recomendações ao Conselho de Administração com vista à correcção das insuficiências detectadas ou à implementação de melhorias.			
Gestão Operacional dos Riscos	Comissão Executiva do Conselho de Administração - Implementar as estratégias e as políticas de gestão de risco aprovadas pelo Conselho de Administração; - Assegurar a qualidade e a documentação das decisões tomadas, em particular nas situações em que a função tenha expressado uma opinião negativa; - Prestar informação atempada e regular ao Conselho de Administração e ao órgão de fiscalização do Banco, para avaliação e acompanhamento (i) da situação financeira, (ii) da exposição ao risco do Banco, e (iii) decisões relevantes por si tomadas; - Analisar e decidir sobre as informações e recomendações apresentadas pela Função de Gestão de Risco.			
	Comité de Segurança de Informação	Comité de Custos e Produtividade	Comité de Activos e Passivos (ALCO)	Comité de Governo e Qualidade de Dados
Comissão Independente	Comité de Produtos e Serviços	Comité de Negócio	Comité Financeiro	Comité de Risco e Controlo Interno (CRCI)
	Conselho Fiscal			

Processos de Gestão Estratégica dos Riscos

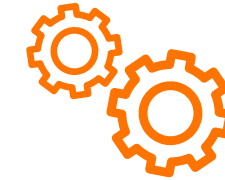
Os processos de gestão estratégica dos riscos agregam os elementos que permitem compreender o perfil dos riscos do Banco e estabelecer a apetência e limites dos mesmos. Inclui o acompanhamento desses riscos e, para tal, a utilização de cenários normais e adversos, que contribuem igualmente para avaliar a adequação do capital e da liquidez do Banco e apoiar no planeamento.

Auto-avaliação do Perfil de Risco	Identificação das categorias de risco a que o Banco se encontra exposto de forma material. Os seus resultados informam as abordagens de gestão e controlo dos riscos, onde todas as categorias de risco materiais são avaliadas ou quantificadas, quanto ao seu impacto no capital económico ou liquidez, e a sua gestão suportada por políticas específicas. A FGR é responsável pela dinamização e condução geral do processo, o qual deve possibilitar a participação dos órgãos de administração e de todos os Colaboradores do Banco.
Quadro de Apetência pelo Risco	O Quadro de Apetência pelo Risco (<i>Risk Appetite Framework</i> – RAF) constitui um elemento central do sistema de gestão do risco do Banco, no qual são definidos: • Declaração de Apetência pelo Risco do Banco (<i>Risk Appetite Statement</i>); • Modelo de Governo; • Sistema de Limites que o suporta e os mecanismos de acompanhamento e resposta à quebra das tolerâncias definidas; • Modelo de Integração da Apetência pelo Risco nas práticas de gestão do Banco. A Direcção de Gestão do Risco (DGR) é responsável por documentar os elementos descritos no número anterior, bem como os procedimentos que lhe dão suporte em normativo interno (Normativo de Governação do RAF/RAS).

Programa Interno de testes	Definição e simulação de cenários-limite plausíveis a que o Banco está (ou possa estar) exposto, que tem como objectivos: • Identificar novos riscos ou riscos emergentes; • Avaliar ou reavaliar a exposição aos riscos materiais; • Suportar a avaliação da adequação do capital económico e da posição de liquidez. Compete ao Conselho de Administração, sob proposta da DGR, definir objectivos e limites para os resultados dos testes de esforço, consistentes com a apetência pelo risco. A DGR deve propor os planos de mitigação/remediação de eventuais condições de risco evidenciadas nos resultados dos testes.
ICAAP & ILAAP	O acompanhamento e controlo dos limites de apetência ao risco, bem como a avaliação da adequação do capital económico e da posição de liquidez, são da responsabilidade da DGR. Os Bancos Comerciais elaboraram, em primeiro lugar, o ICAAP e o ILAAP para avaliação pelo supervisor, que levará a requisitos adicionais de capital e liquidez, a serem definidos mediante a avaliação do Banco Nacional de Angola.
Plano Estratégico e Orçamental	O Plano Estratégico e Orçamental define a visão de longo prazo do Banco e a sua tradução financeira anual, estabelecendo os objectivos de crescimento, rentabilidade e sustentabilidade do negócio, em alinhamento com o apetite ao risco e os mecanismos de controlo interno. As projecções financeiras e estratégicas servem igualmente de base aos exercícios de resiliência e ao Plano de Recuperação, assegurando a capacidade do Banco para enfrentar cenários adversos e manter o cumprimento dos requisitos regulamentares.
Plano de Recuperação	O Plano de Recuperação é um instrumento preventivo que define as medidas e mecanismos a adoptar pelo Banco em situações de stress financeiro ou de crise, assegurando uma resposta atempada e eficaz para preservar a sua solvabilidade, liquidez e continuidade operacional. Integrado no quadro de gestão de risco e articulado com o ICAAP e o ILAAP, permite avaliar a resiliência do Banco através de cenários adversos e identificar acções de recuperação que garantam o cumprimento dos requisitos prudenciais e regulamentares.

Processos de Gestão Operacional dos Riscos

Os processos de gestão operacional dos riscos são informados pelos resultados da auto-avaliação do perfil de risco: todas as categorias de risco materiais são suportadas por abordagens específicas e documentadas (políticas de gestão do risco), as quais estabelecem a forma como cada um dos riscos do Banco é regularmente identificado, quantificado, controlado e reportado.



Identificação Identificação dos riscos actuais e potenciais a que o BFA está sujeito. Esta fase tem como principais actividades: • Reunir informação fiável e tempestiva das diversas áreas; • Definir a estratégia para identificação de riscos; • Definir e rever indicadores e limites de risco; • Incorporar recomendações dos relatórios de risco.	Monitorização e definição de limites e mecanismos de controlo. Esta fase tem como principais actividades: • Monitorizar indicadores de risco; • Monitorizar os limites definidos no plano de contingência de risco; • Garantir a actualização e adequabilidade dos indicadores e limites aos diferentes ciclos económicos; • Desenvolver mecanismos de controlo e alertas de risco; • Efectuar <i>stress testing</i> com base na definição de cenários de risco; • Monitorizar a adequação do Sistema de Gestão de Riscos.
Avaliação e Quantificação Avaliação de toda a informação recolhida para posterior submissão a mecanismos de avaliação qualitativos ou quantitativos, consistentes e auditáveis. Esta fase tem como principais actividades: • Reunir dados fiáveis e tempestivos das diversas áreas; • Definir pressupostos e desenvolver modelos de mensuração do risco; • Calcular e analisar o impacto dos riscos identificados; • Validar e garantir a actualização e adequabilidade dos modelos de mensuração de risco, sujeitá-los a auditorias periódicas e implementar as respectivas recomendações de melhoria, caso existam.	Comunicação do reporte dos resultados e mecanismos utilizados, sempre que exista necessidade ou mediante uma periodicidade definida pelas entidades reguladoras ou internamente. Esta fase tem como principais actividades: • Elaborar relatórios com base na informação disponibilizada; • Elaborar recomendações para mitigação do risco; • Submeter os relatórios para análise do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Conselho de Administração; • Elaborar o plano de acção e responsabilidades para mitigação do risco; • Promover a divulgação dos relatórios, de forma estruturada, às áreas do Banco; • Monitorizar a implementação das actividades definidas no plano de acção.

Perfil de Risco

A capacidade de assumir risco e a definição de limites de tolerância, orientam os comportamentos, acções e decisões estratégicas no BFA

A apetência pelo risco expressa-se através de limites de métricas quantitativas e indicadores qualitativos, que medem a exposição ou perfil de risco do Banco, por tipo de risco. Este *framework* visa cumprir com a estratégia de maximizar o valor para o Cliente e para os restantes *Stakeholders*, protegendo a solidez da Organização através de uma gestão racional e sólida dos riscos. No primeiro semestre de 2026, o BFA reforçou a abordagem em matéria de identificação e avaliação da materialidade das categorias de risco.

Para a definição e gestão da apetência pelo risco, o Conselho de Administração divulga as linhas orientadoras de actuação, ou declarações qualitativas, que demonstram a posição e as expectativas do Órgão de Administração em relação aos riscos relevantes que podem afectar a actividade e que definem a estratégia do BFA.

Catálogo de Riscos/Riscos Materialmente Relevantes

A auto-avaliação do perfil do risco é realizada, pelo menos, uma vez por ano e permite a hierarquização dos riscos e a definição das categorias materiais. Consideram-se categorias materiais, aquelas que, de acordo com uma avaliação ou opinião institucional, contêm características que podem influenciar negativamente os resultados e a posição de capital ou liquidez, de forma suficientemente relevante para exigir abordagens de gestão e controlo especializadas. Desta forma, as categorias de risco que sejam consideradas materiais passam a estar sujeitas a deveres de diligência reforçados e, em última instância, à quantificação de reservas em matéria de capital e liquidez. As restantes categorias de risco permanecem abrangidas pelo sistema global de gestão de riscos do Banco, sendo o respectivo acompanhamento realizado de forma proporcional à sua relevância.

Sistemas de limites, acompanhamento e controlo

Após a avaliação dos riscos materialmente relevantes, e com base nas declarações qualitativas, são definidas as métricas que melhor definem os riscos e o sistema de limites – limites de apetência pelo risco ou *statements* – os quais expressam, em termos quantitativos e qualitativos, a exposição máxima ao risco que o Banco está disposto a assumir.

O cumprimento dos limites de apetite de risco é objecto de acompanhamento contínuo. A função de gestão do risco nas actividades de controlo deve informar, no mínimo mensalmente, o Conselho de Administração e a sua comissão especializada em riscos acerca da adequação do perfil de risco à apetência autorizada.

Em maior detalhe, e numa periodicidade trimestral, os excessos e incumprimentos da declaração de apetência pelo risco são reportados a estes órgãos. A apresentação destes reportes é acompanhada de informação sobre as causas que os provocaram, uma estimativa do tempo em que deverão persistir, bem como uma proposta de acções correctivas sobre os excessos para análise pelo órgão de administração. Conforme já mencionado, o BFA está focado em manter um perfil de risco médio-baixo, estando os limites de tolerância alinhados com este perfil.

Risco de Crédito	Risco de Taxa de Juro	Risco Operacional	Risco de Concentração	Risco de Compliance	Risco de Sistemas de Informação
Risco Soberano	Risco de Cibersegurança	Risco de Taxa de Câmbio	Risco de Imobiliário	Risco de Reputação	

Risco de Crédito

O Risco de Crédito consiste no risco de perda devido ao incumprimento dos Clientes, no que respeita às suas obrigações contratuais. Adicionalmente, este tipo de risco pode surgir quando ocorre concentração apenas numa contraparte, indústria, produto, geografia ou maturidade.

Governo do Sistema de Gestão do Risco de Crédito

O Conselho de Administração (CA) do BFA assume a responsabilidade última e global pelo sistema de gestão de risco de crédito, de forma a definir, supervisionar e assegurar a aplicação de um quadro de gestão de risco que garanta a gestão efectiva e prudente da exposição a este risco nas suas diferentes vertentes e relativamente aos diferentes produtos, serviços e actividades do Banco. Compete ao CA, de igual forma, a definição da estratégia global de assunção do risco, incluindo os objectivos mensuráveis relativamente ao risco que se pretende assumir, a rentabilidade que se deseja alcançar, bem como a formalização e a aprovação da apetência pelo risco de crédito do Banco.

No âmbito da delegação de poderes dada pelo Conselho de Administração e com o objectivo de assegurar a independência no processo de gestão do risco de crédito e aumentar o nível de especialização e conhecimento, a Comissão Executiva do Conselho de Administração (CECA) criou o Conselho de Crédito, com poderes de decisão de crédito.

O Conselho de Administração delegou também à Comissão de Riscos poderes de definição e monitorização dos limites definidos no âmbito desta Política.

O Conselho de Administração assume a responsabilidade pelo sistema de gestão do risco de crédito.

Processos de Gestão do Risco de Crédito

A política de gestão do risco de crédito do BFA visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre risco e rentabilidade, assim como a avaliação contínua do perfil de risco definido. A implementação de processos de gestão do risco de crédito tem como objectivo garantir que o Banco otimiza a sua rentabilidade ajustada ao risco, salvaguardando que o risco assumido não ultrapassa os níveis de tolerância definidos de acordo com o perfil de risco do Banco.

Em concreto, o ciclo de gestão do risco de crédito permite conhecer e controlar o perfil de risco de crédito do Banco, independentemente da etapa da vida em que a operação se encontre: (i) concessão, (ii) acompanhamento ou (iii) recuperação de crédito.

Concessão de Crédito	Acompanhamento de Crédito	Recuperação de Crédito
Segmentação de Clientes	Modelo de acompanhamento de Clientes	Modelo de recuperação de crédito
Grupos Económicos de Risco	Monitorização da carteira de crédito	Reporte
Análise e Decisão	Sistema de limites de risco de crédito	
Instrumentos de mitigação do risco de crédito	Imparidade de crédito	
Modelos <i>rating</i> e <i>scoring</i>	Testes de Esforço	
Reporte	Concentração de Crédito	
	Reporte	

Cada uma destas fases está definida nos normativos internos do BFA, permitindo uma correcta gestão do risco.



Apoio às Famílias e às Empresas intensifica-se em 2026

No primeiro semestre de 2026, o crédito bruto a Clientes registou um incremento de 10,13% face a 2025, totalizando 957,05 mil milhões de kwanzas, comparativamente a 869 mil milhões de kwanzas em Dezembro de 2025. Em paralelo ao crescimento do crédito bruto a Clientes, verifica-se igualmente o crescimento do crédito à economia em torno de 14%, o que representa 63% do total do crédito bruto em carteira.

Ao nível da distribuição do crédito por tipologia de Cliente, é possível observar que cerca de 82% do crédito é concedido a empresas, enquanto os restantes 18% correspondem a crédito a particulares.

Qualidade do crédito em carteira

No primeiro semestre de 2026, a Instituição manteve o foco no reforço da qualidade da carteira de crédito, através do acompanhamento permanente das exposições em risco e do fortalecimento dos mecanismos de identificação precoce de sinais de deterioração do crédito.

Neste âmbito, foi realizada uma auto-avaliação abrangente da capacidade interna de identificação e gestão das exposições não produtivas, contemplando a análise dos processos, normativos, recursos humanos e recursos técnicos associados a esta matéria, bem como a avaliação detalhada da evolução da carteira de Exposições Não Produtivas.

O crédito bruto encontra-se segregado entre os estágios de imparidade, conforme gráfico que se apresenta em seguida.

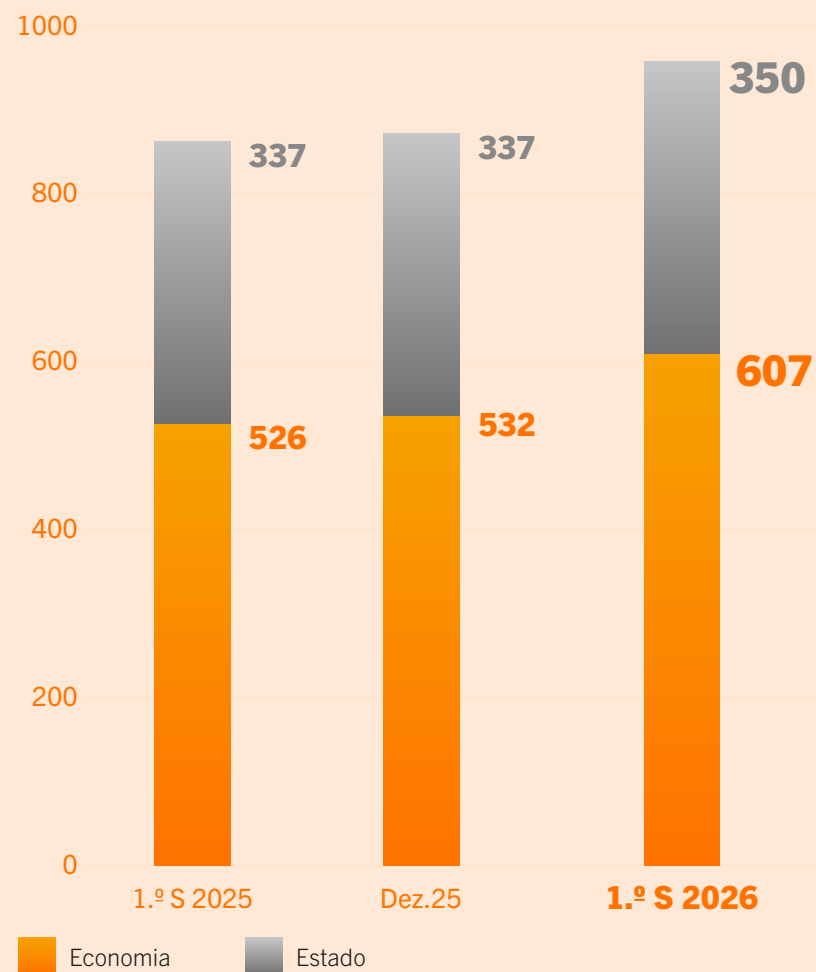
Em Junho de 2026, foram registados níveis de cobertura adequados tanto ao nível do crédito malparado (crédito vencido a mais de 90 dias) como ao nível do crédito não produtivo (NPL). Observou-se um aumento da cobertura do Crédito Não Produtivo, justificado pelo reforço das perdas por imparidade no semestre. A cobertura do NPL por imparidade aumentou para 123,05%, face aos 104,1% registados em Dezembro de 2025. Por sua vez, a cobertura do Crédito Malparado apresentou um aumento, de 485,9% para 541,29%, evidenciando uma melhoria significativa da capacidade de cobertura do risco associado ao crédito malparado.

Durante o semestre, observou-se uma ligeira degradação da qualidade da carteira de crédito, reflectida no aumento do rácio de Crédito Não Produtivo (Estágio 3), que passou de 6,5%, em Dezembro de 2025, para 6,7%, em Junho de 2026, no entanto colmatado pelo aumento da cobertura das perdas.

No primeiro semestre de 2026, a Instituição manteve o foco no reforço da qualidade da carteira de crédito, através do acompanhamento permanente das exposições em risco e do fortalecimento dos mecanismos de identificação precoce de sinais de deterioração do crédito.

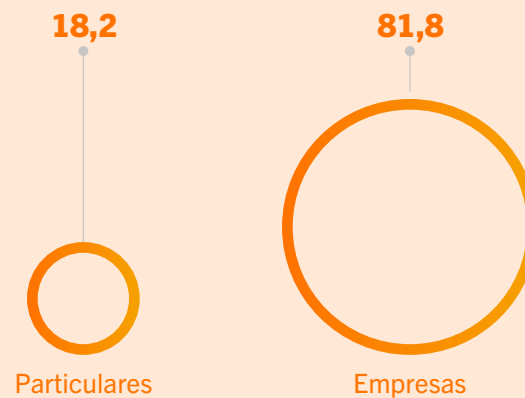
Crédito bruto a Clientes

mil milhões de kwanzas



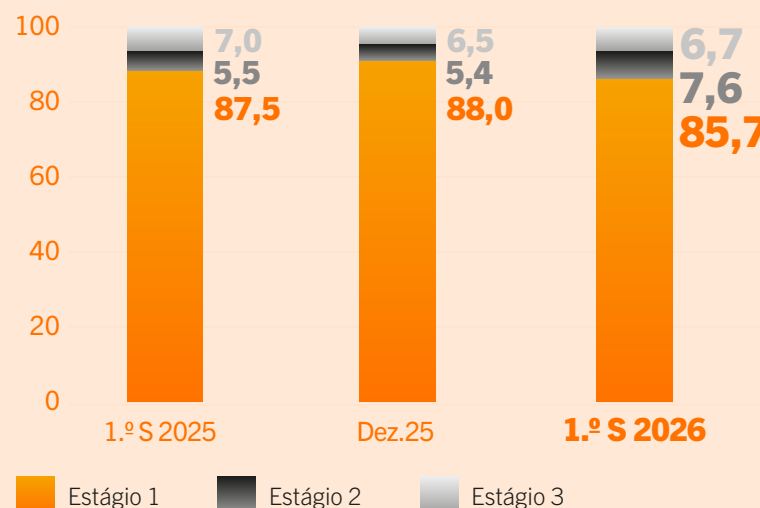
Distribuição do crédito bruto por tipologia de Cliente

%



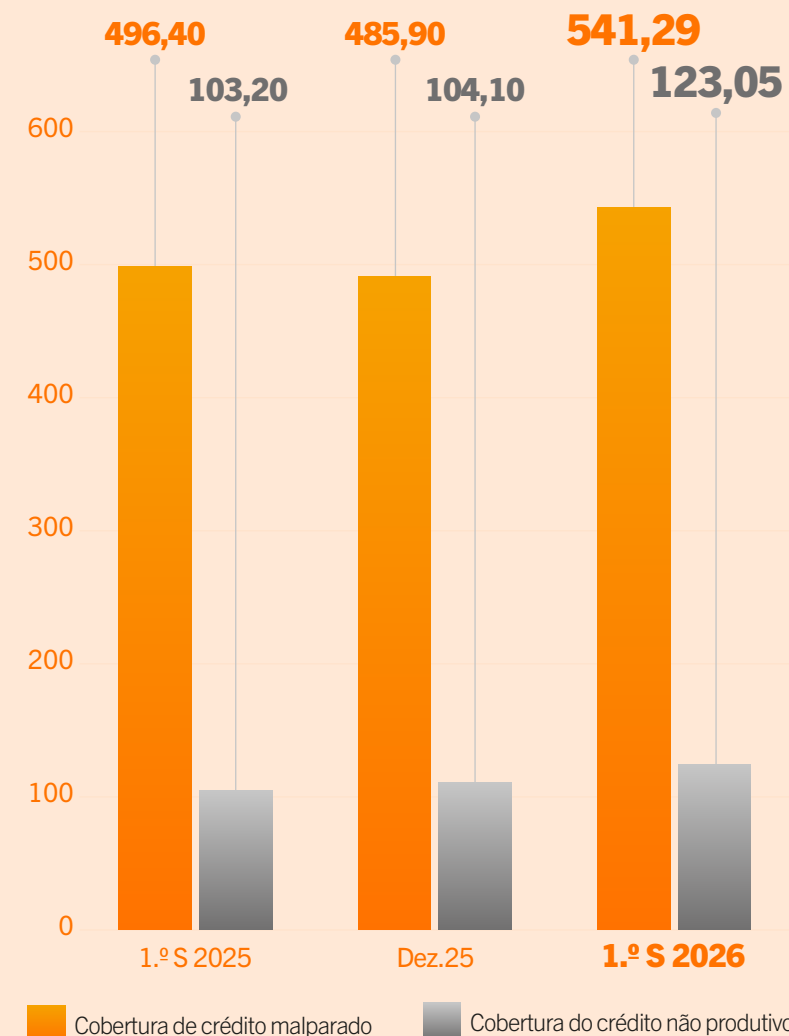
Distribuição do crédito bruto por estágio de imparidade

%



Cobertura do crédito malparado e do crédito não produtivo por imparidade

%



Risco de Balanço

São considerados riscos de balanço aqueles que resultam de desfazamentos entre o activo, o passivo e os elementos extrapatrimoniais da carteira bancária. Esses riscos incluem o risco de liquidez, o risco de taxa de juro e o risco de taxa de câmbio.

Governo do Sistema de Gestão do Risco de Balanço

O Modelo de Governo estabelecido para a gestão dos Riscos de Balanço tem em consideração os seguintes princípios estruturantes: (i) o Conselho de Administração é globalmente responsável por manter e supervisionar uma governação adequada dos riscos de balanço; (ii) o Banco adopta uma estrutura organizacional consistente com o princípio do modelo das três Linhas de Defesa.

A gestão do risco de liquidez é efectuada, na primeira linha de defesa, pela Direcção Financeira e Internacional (DFI) e, na segunda linha de defesa, pela Direcção de Gestão do Risco – Área de Riscos de Balanço (DGR-ARB).

O cumprimento do limite estabelecido em moeda nacional de *gap* diário de liquidez é assegurado pela Direcção Financeira e Internacional (DFI). Este limite consiste na diferença entre as entradas e as saídas de fundos em moeda nacional verificadas num dia, tendo em conta o cumprimento das Reservas Obrigatórias.

A Direcção de Gestão de Riscos – Área dos Riscos de Balanço é responsável pela implementação das metodologias, processos e actividades de monitorização e controlo dos riscos de balanço. Além disso, tem a seu cargo a avaliação dos principais indicadores do risco de liquidez, a realização de testes de esforço e a concretização do processo de avaliação da adequação da liquidez interna (ILAAP).

Processo de Gestão dos Riscos de Balanço

A implementação de processos de gestão dos riscos de balanço tem como objectivo garantir que o Banco otimiza a sua estrutura de balanço, salvaguardando que o risco assumido não ultrapassa os níveis de tolerância definidos de acordo com o perfil de risco.

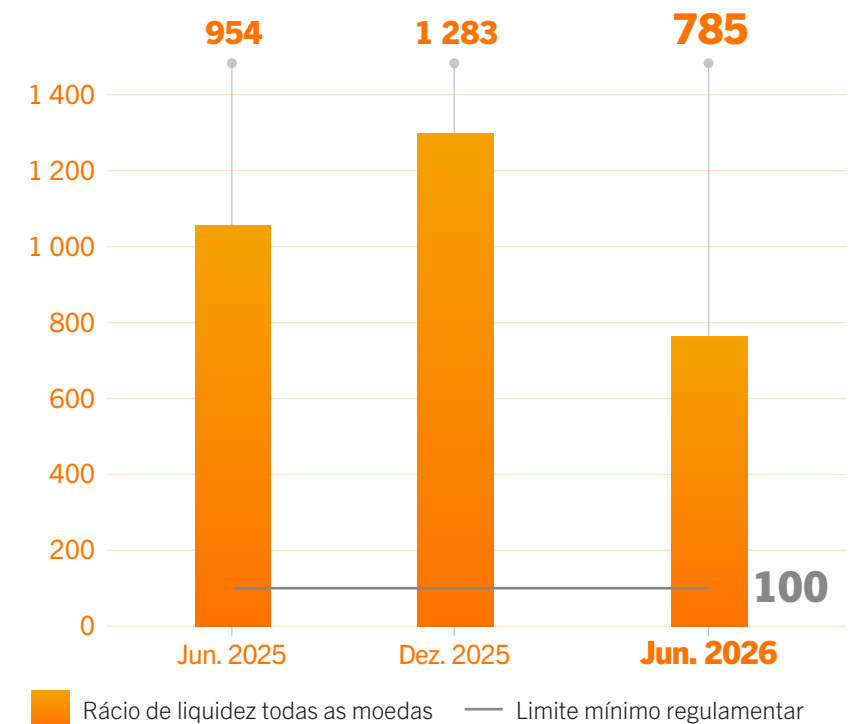
A gestão financeira dos riscos de balanço no BFA é suportada por um conjunto de documentação distribuída a diversos órgãos de gestão:

- Informação diária com o resumo da informação referente aos mercados doméstico e internacional, assim como dos principais movimentos e operações verificados no dia;
- Reporte diário da posição cambial regulamentar, enviado para os Administradores dos pelouros financeiro e de risco, com indicação do *gap* acumulado por moeda estrangeira;
- Monitorização dos *Early Warning Indicators* (EWI) para monitorização da situação de liquidez do Banco – durante o primeiro semestre de 2026 não foram identificadas quebras nos indicadores de alerta precoce, que levassem à activação do plano de contingência de liquidez;
- Relatório acerca da evolução mensal da volatilidade dos recursos e acompanhamento diário da evolução dos activos líquidos e limites de contrapartes;
- Reporte da Gestão Integrada dos Riscos, com a análise mensal dos principais indicadores e limites de risco para o risco de liquidez, efectuada pela Comissão de Riscos e pelo Conselho de Administração.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez mantém-se sob acompanhamento permanente, não tendo sido considerado materialmente relevante face aos sólidos níveis de liquidez do Banco, que se situam confortavelmente acima dos requisitos regulamentares e dos limites internos de apetite ao risco. Contudo, pela sua natureza crítica para a estabilidade financeira e continuidade da actividade, permanece como uma área de especial atenção da gestão.

Rácio de liquidez %



Reforço da Gestão da Liquidez face à Evolução do Enquadramento Regulamentar

Em 2026, a actualização do enquadramento regulamentar relativo às Reservas Obrigatórias (Instrutivo n.º 02/2026 e Directivas n.º 04/2026 e n.º 05/2026) reforçou a importância de uma gestão prudente da liquidez, exigindo um acompanhamento mais rigoroso dos activos líquidos e dos fluxos de caixa. Neste contexto, o Banco reforçou os seus mecanismos de monitorização e planeamento da liquidez, assegurando o cumprimento dos requisitos regulamentares e a manutenção de níveis confortáveis de liquidez e resiliência financeira.

Para melhor análise dos mesmos, apresentamos abaixo a evolução dos Activos Líquidos e dos Rácios de Liquidez referentes aos primeiros semestres de 2024, 2025 e 2026.

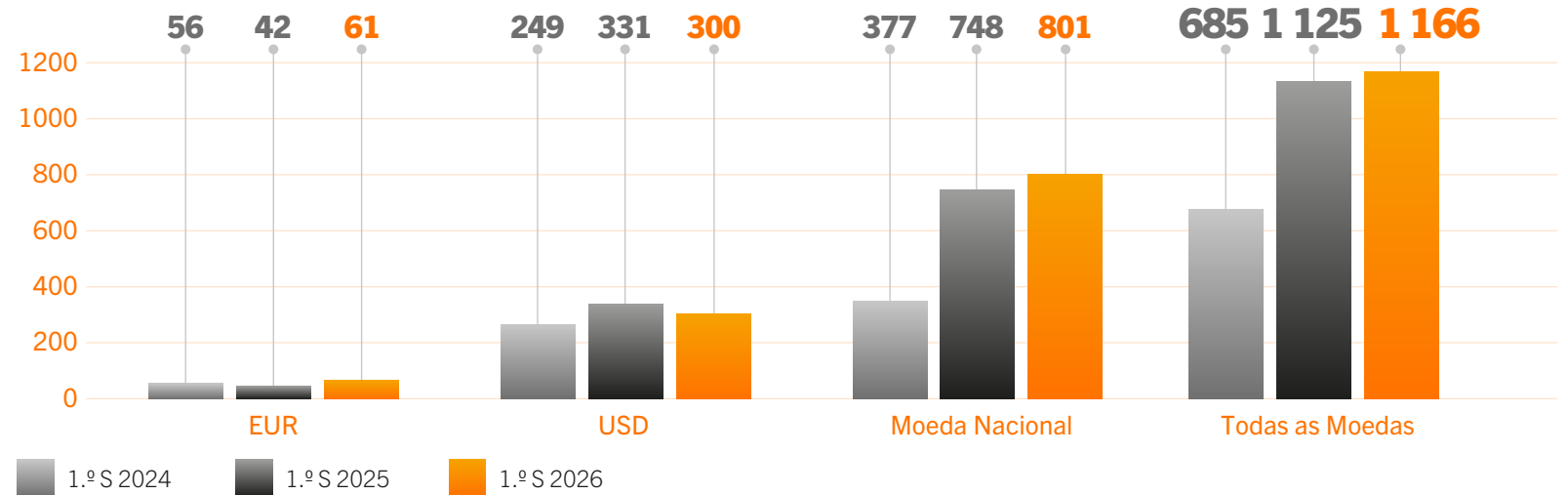
O BFA continua a cumprir todos os rácios regulamentares. No entanto, o desafio para manter uma estrutura de activos líquidos adequada é complexo, sendo permanentemente avaliadas as melhores alternativas de investimento pela Direcção Financeira Internacional, tanto em moeda nacional, como em moeda estrangeira.

Processo de Auto-Avaliação e Adequação da Liquidez Interna (ILAAP)

O processo de auto-avaliação da adequação de liquidez (ILAAP) caracteriza-se como um instrumento de avaliação fundamental de gestão do risco e de determinação interna das necessidades de liquidez. Neste processo, o Banco analisa um vasto conjunto de informação qualitativa e quantitativa, com o objectivo de definir um quadro de gestão do risco de liquidez em função do respectivo perfil e alinhado com as orientações definidas pelo regulador.

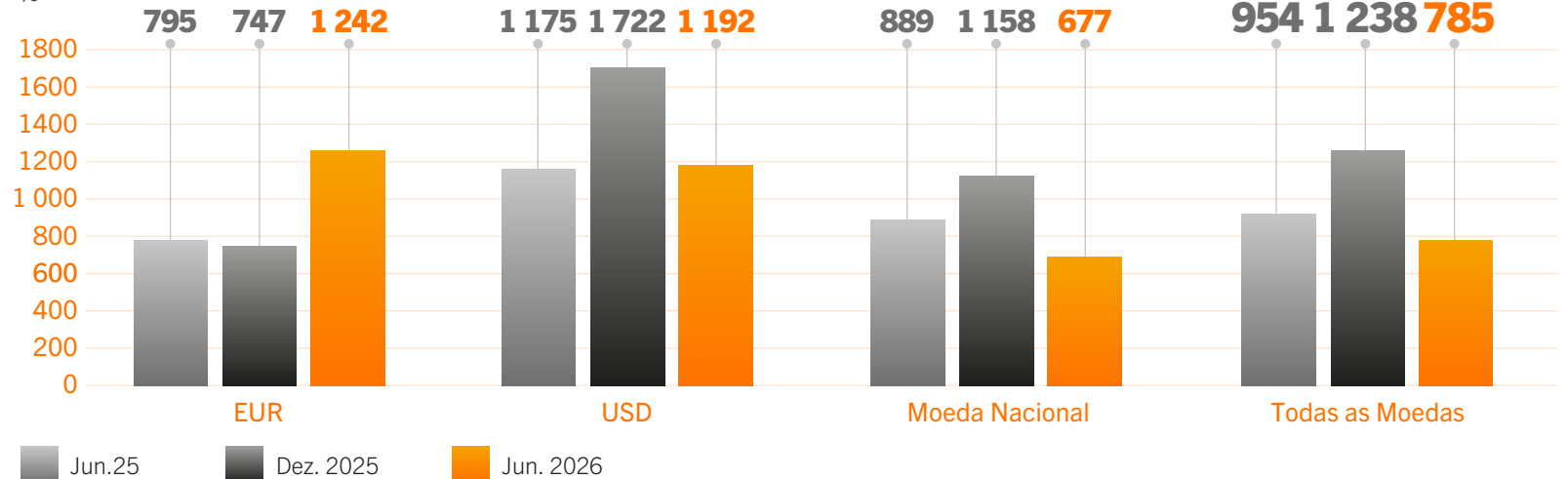
Evolução dos activos líquidos por moeda

mil milhões de kwanzas



Evolução dos rácios de liquidez

%



A metodologia adoptada no exercício do ILAAP considera as características específicas do Banco, incluindo o modelo de negócio, o Modelo de Governo, os controlos implementados e a sua monitorização, bem como a sua dimensão e complexidade. Além disso, considera as condicionantes dos mercados e as obrigações regulamentares definidas no contexto do mercado angolano.

Risco de Taxa de Câmbio

O risco cambial é um risco materialmente relevante e é proveniente de movimentos nas taxas de câmbio, que resulta das posições cambiais originadas pela existência de instrumentos financeiros denominados em diferentes moedas.

Incerteza na evolução da taxa de câmbio promove rigor na gestão da posição cambial

O BFA procura controlar o seu risco de forma activa e particularmente rigorosa e, para tal, mantém para cada moeda as suas posições activas e passivas dentro dos limites aprovados.

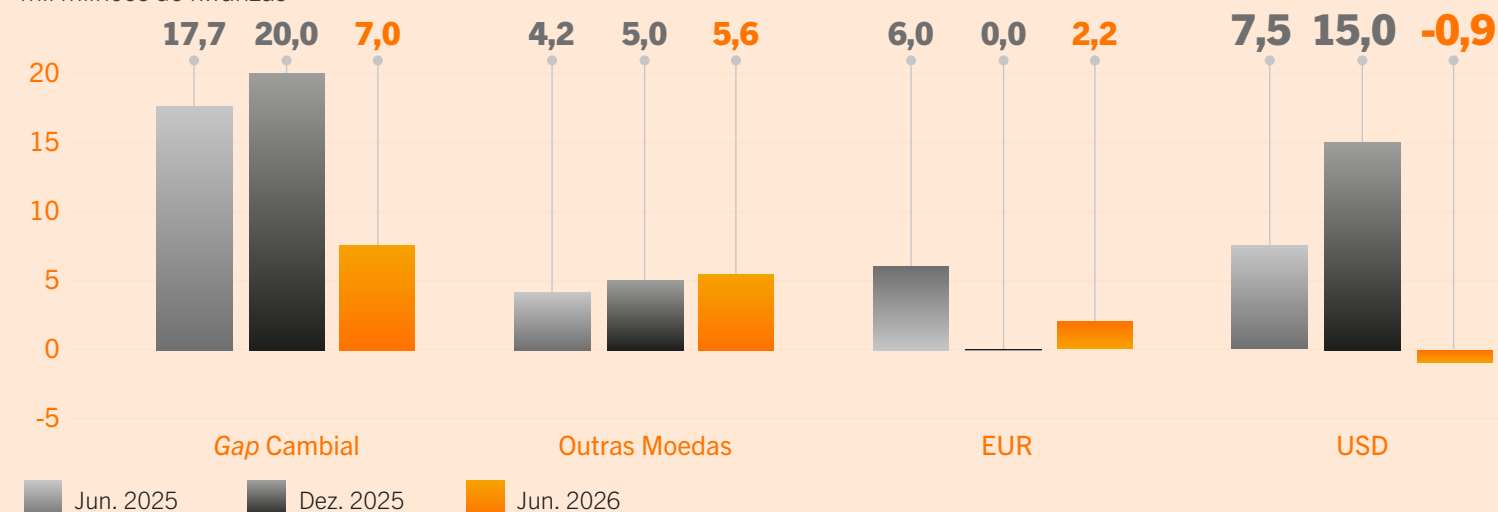
É da responsabilidade da Direcção Financeira e Internacional (DFI) e da Área de Riscos de Balanço (ARB), pertencente à Direcção de Gestão do Risco (DGR), a gestão do risco cambial. A DFI assegura ainda que o *gap* cambial não ultrapassa os limites definidos. Em paralelo, cabe à Direcção de Gestão do Risco:

- Implementar metodologias, processos e actividades de monitorização e controlo dos riscos de balanço;
- Avaliar os principais indicadores do risco cambial;
- Assegurar a elaboração de testes de esforço para o risco cambial.

A tendência de desvalorização da moeda nacional, verificada nos últimos dois anos, manteve-se durante o primeiro semestre de 2026, embora de forma mais controlada. Considerando a instabilidade na evolução da taxa de câmbio, o BFA tem gerido com rigor a evolução do *gap* cambial existente entre elementos sensíveis à taxa de câmbio. Abaixo apresentamos o *gap* cambial por moeda e em função dos fundos próprios regulamentares (valores em mil milhões de kwanzas).

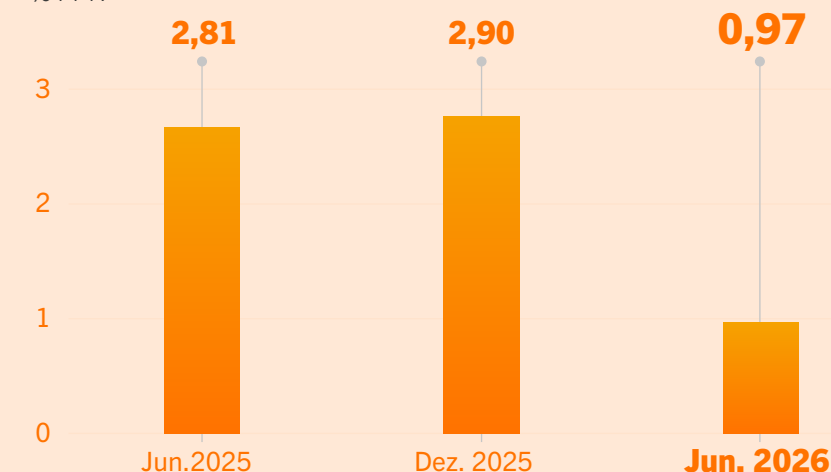
Gap cambial

mil milhões de kwanzas



Gap cambial

% FPR





À semelhança do ocorrido no ano anterior, o *gap* cambial manteve-se reduzido ao longo do semestre, levando a que, em vários meses, este estivesse isento do apuramento de requisitos de capital para cobertura do risco cambial. Ao longo do primeiro semestre de 2026, o BFA assumiu uma posição cambial longa, justificada pela contínua desvalorização da moeda nacional.

Em Junho de 2026, o *gap* cambial diminuiu substancialmente para 0,97%, face aos 2,90% registados em Dezembro de 2025, o que reflecte um contexto de maior pressão no mercado cambial, impactando a gestão de liquidez e a conversão de activos em moeda estrangeira. Como resposta, o BFA assumiu uma posição cambial longa, justificada pela contínua desvalorização da moeda nacional, permitindo mitigar riscos e preservar valor.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro é um risco materialmente relevante, proveniente de movimentos adversos nas taxas de juro, que resultam num desfasamento no montante e nas maturidades ou nos prazos de prefixação das taxas de juro, observados nos instrumentos financeiros com juros a receber e a pagar.

Estabilidade do Gap de Taxa de Juro no primeiro semestre de 2026

O risco de taxa de juro, ao nível do BFA, é apurado mediante a classificação de todas as rubricas do activo, do passivo e extrapatrimoniais, que pertençam à carteira bancária e que sejam sensíveis a oscilações das taxas de juro, por escalões de refixação da taxa de juro. A sua monitorização é efectuada numa base sistemática em função dos períodos de

repricing dos activos e dos passivos. A análise de sensibilidade do risco de taxa de juro tem como objectivo avaliar a exposição do Banco a este risco e inferir quanto à sua capacidade em absorver variações adversas nas taxas a que se encontra exposto.

As posições denominadas em moeda estrangeira e sujeitas ao risco de taxa de juro foram convertidas para kwanzas com base na taxa de câmbio oficial do BNA à data do reporte. Além disso, considerando o peso das posições em dólares (também sujeitas ao risco de taxa de juro) na carteira bancária, optou-se por realizar uma análise desagregada para essa moeda, seguindo os mesmos princípios e pressupostos aplicados à moeda local.

Risco Operacional

O risco operacional é identificado como um dos mais relevantes para o Banco, sendo definido como o risco de perdas resultantes da inadequação ou falha de processos internos, pessoas, sistemas, eventos externos ou da ocorrência de fraudes internas e externas.

O seu acompanhamento assenta na monitorização contínua da robustez dos processos, qualidade dos dados e da informação, eficiência operacional, adequação dos recursos humanos e exposição a eventos de fraude, assegurando a resiliência das operações e a continuidade da actividade do Banco.

Governo do Sistema de Gestão do Risco Operacional

O risco operacional é inerente a todos os produtos, actividades, processos e sistemas, em todas as áreas de negócio e de suporte. Por esse

motivo, todos os Colaboradores são responsáveis por gerir e controlar os riscos operacionais gerados no âmbito da sua actuação.

O principal objectivo em matéria de controlo e gestão do risco operacional consiste na identificação, avaliação, medição, monitorização, mitigação e reporte deste mesmo risco. A identificação e mitigação das fontes de risco constituem uma prioridade para o BFA, independentemente de as mesmas terem ou não originado perdas efectivas.

A responsabilidade pela gestão diária do risco operacional cabe à 1.ª Linha de Defesa, com destaque para as áreas de operações e os *process owners*. Além de gerir os processos sob a perspectiva da eficácia e eficiência operacional, essa linha tem a missão de capturar e caracterizar as perdas operacionais no contexto dos seus processos, monitorizar os respectivos *Key Risk Indicators* e identificar e implementar acções adequadas para mitigar as exposições ao risco operacional. Dessa forma, contribui para o fortalecimento dos mecanismos de controlo e para a melhoria do ambiente de controlo interno.

Como 2.ª linha de controlo, cabe à Direcção de Gestão de Riscos – Área do Risco Operacional (DGR- ARO) a monitorização e controlo do risco operacional. A DGR-ARO efectua a recolha dos eventos, promove a respectiva avaliação, classificação e definição de medidas (planos de acção) destinadas a eliminar ou mitigar os mais relevantes. Complementarmente, é garantida a monitorização global da exposição do BFA ao risco operacional, através do acompanhamento de indicadores e limites de risco.

Para efeitos de cálculo de requisitos de fundos próprios e em matéria de cobertura do risco operacional, o Banco considera o Método do Indicador Básico previsto no Instrutivo n.º 17/2016 do BNA.

Instrumentos de Identificação e Avaliação de Risco Operacional

No que respeita à identificação, medição e avaliação do risco operacional, foram definidos diversos instrumentos quantitativos e qualitativos que, em conjunto, permitem realizar um diagnóstico em matéria de risco operacional.

A análise quantitativa realiza-se fundamentalmente através de instrumentos que espelhem o potencial nível de perdas associadas a eventos de risco operacional, nomeadamente:

- Base de dados de eventos internos, cujo objectivo consiste no registo de eventos de risco operacional, com ou sem eventuais impactos contabilísticos. Adicionalmente, existem processos de conciliação contabilística que garantem a qualidade da informação incluída na base de dados;
- Mapeamento prévio de riscos e controlos, para uma avaliação do risco residual dos processos de negócio, que permite antecipar os potenciais riscos através da identificação e implementação de controlos que os mitiguem. Com uma determinada periodicidade, os processos são avaliados no que diz respeito ao seu nível de risco e à eficiência dos controlos implementados;
- Testes de esforço, com a definição de factores de risco e quantificação das magnitudes e sentido dos choques, bem como o seu impacto em determinados indicadores, nomeadamente: Activo, Passivo, Resultado Líquido, Fundos Próprios Regulamentares, Rácio de Fundos Próprios Regulamentares e Rácio de Liquidez.

Melhoria e adaptação contínua das ferramentas de gestão do risco operacional pautam o 1.º semestre

Em 2025, deu-se continuidade ao reforço da gestão do risco operacional através da expansão do mapeamento de riscos e controlos dos processos considerados críticos, do fortalecimento da monitorização dos eventos de risco operacional registados na Base de Dados de Eventos e do acompanhamento sistemático dos *Key Risk Indicators* (KRI), enquanto instrumentos fundamentais para a monitorização da exposição ao risco e apoio à tomada de decisão. Paralelamente, prosseguiram as iniciativas de sensibilização dos Colaboradores para a importância da gestão do risco operacional e da comunicação atempada de eventos de risco, bem como as acções de automatização de processos, com vista ao aumento da eficiência operacional e da qualidade da informação produzida.

No primeiro semestre de 2026, manteve-se o processo de consolidação da função de risco operacional, assegurando a continuidade do mapeamento de riscos e controlos dos processos críticos, da monitorização dos eventos de risco operacional e do acompanhamento dos KRI. Neste período, foi igualmente introduzido o processo de Auto-avaliação de Riscos e Controlos (*Risk and Control Self-Assessment* – RCSA), com o objectivo de reforçar a identificação, avaliação e mitigação dos riscos inerentes aos processos e avaliar a eficácia dos controlos implementados. Adicionalmente, encontra-se em curso um projecto de *assessment* à função de risco operacional, com o propósito de avaliar o seu nível de maturidade e identificar oportunidades de melhoria, promovendo o alinhamento das práticas e metodologias adoptadas com as melhores práticas internacionais de gestão do risco operacional.

No primeiro semestre de 2026, o BFA reforçou a gestão do risco operacional através da consolidação da função, da implementação do processo de Autoavaliação de Riscos e Controlos (RCSA) e da avaliação da maturidade da função, alinhando as suas práticas com as melhores referências internacionais.

Risco de Capital e Solvência

O risco de solvência surge da possibilidade da Instituição Financeira não possuir um nível de capital suficiente para lidar com perdas futuras inesperadas resultantes da sua actividade.

Governo do Sistema de Gestão do Risco de Capital

De forma a averiguar o nível de capital, o BFA procede ao cálculo do Rácio de Fundos Próprios Regulamentares e Requisitos de Fundos Próprios Regulamentares. Esta gestão é garantida pela Área do Risco Global da Direcção de Gestão de Risco, em estreito cumprimento com as disposições e requisitos regulamentares estipulados pelo Banco Nacional de Angola (BNA).

A Direcção de Gestão do Risco é ainda responsável pela realização do processo de avaliação da adequação do capital interno (ICAAP), dos testes de esforço conduzidos pelo Banco, com a regularidade imposta na legislação, e pelo Plano de Recuperação, que permite assegurar capital suficiente perante um cenário de crise sistémico ou idiossincrático.

O BFA define ainda a declaração de apetência pelo risco (*Risk Appetite Framework e Risk Appetite Statement*) para o risco de solvabilidade e incorpora, sempre que aplicável, as métricas, limites internos e níveis de tolerância adequados à estratégia do Banco.

Manutenção de níveis robustos de capital

No âmbito do projecto de equivalência de supervisão, durante o ano de 2021, foi publicado pelo Banco Nacional de Angola o Aviso n.º 8/2021, de 5 de Julho, que prevê as regras de apuramento dos fundos próprios regulamentares, fundos próprios de nível 1 (*Tier 1*) e os fundos próprios principais (CET1).

O Aviso n.º 08/2021 e os normativos complementares relativos aos requisitos de capital para os riscos de Pilar I mantiveram-se como o principal referencial prudencial aplicável ao sector bancário angolano durante o primeiro semestre de 2026. As disposições transitórias definidas pelo regulador, com vigência até 31 de Dezembro de 2026, continuam a mitigar o impacto das novas exigências regulamentares sobre os requisitos de capital e os limites prudenciais aos Grandes Riscos.

Neste contexto, e considerando as disposições transitórias ainda em vigor, as alterações regulamentares não produziram impactos materiais na adequação de capital do Banco durante o primeiro semestre de 2026. O BFA manteve níveis de capitalização significativamente acima dos requisitos regulamentares e internos, evidenciando uma robusta capacidade de absorção de perdas e uma posição prudencial sólida no contexto do Sistema Financeiro Angolano. O rácio global de fundos próprios regulamentares do BFA, em 2026, manter-se-á em 16,25%, tendo apresentado ao longo do semestre rácios muito próximos a 40%.

É de salientar que, a partir de 1 de Janeiro de 2026, foram reforçadas as disposições transitórias aplicáveis ao tratamento das exposições soberanas em moeda estrangeira para efeitos de apuramento dos limites prudenciais aos Grandes Riscos. Neste âmbito, a percentagem da exposição elegível para o cálculo do limite regulamentar passou de 75% em 2025 para 85% em 2026, evoluindo para 100% a partir de 1 de Janeiro de 2027. Consequentemente, estas exposições ficam progressivamente mais sujeitas ao limite prudencial de 25% dos Fundos Próprios Regulamentares, promovendo uma maior diversificação das carteiras de investimento e uma redução da concentração de risco.

Adicionalmente, no âmbito do regime transitório aplicável às Instituições Financeiras, a dedução regulamentar actualmente considerada para determinadas exposições foi reduzida de 80% para 50%, mantendo-se este tratamento até 31 de Dezembro de 2026. A partir de 1 de Janeiro de 2027, cessam as disposições transitórias, passando estas exposições a ser integralmente consideradas para efeitos prudenciais, em conformidade com o enquadramento regulamentar definitivo.

Pretende-se uma maior diversificação dos investimentos e redução da concentração de investimentos em moeda estrangeira em Administrações Centrais e Instituições Financeiras, permitindo um maior investimento na economia.

Não obstante o esforço que os bancos possam fazer, é importante reforçar que quase metade dos recursos de Clientes no Sistema Financeiro são em moeda estrangeira e as alternativas de investimento actuais são limitadas, pelo que será importante avaliar os impactos da regulamentação e as alternativas disponíveis de investimento.

Processo de Auto-avaliação e Adequação do Capital Interno (ICAAP)

Ainda ao nível do capital, o Banco realizou, em 2026, o processo de Auto-avaliação e Adequação do Capital Interno, com referência a Dezembro de 2025. Também este exercício reflecte a robustez do capital, considerando que a capacidade de tomar riscos é muito superior aos riscos a que o Banco está exposto. Este processo reflecte, por um lado, a robustez do capital e, por outro, um perfil de risco médio/baixo, o que faz com que o Banco permaneça como uma das entidades mais sólidas no sistema financeiro, preservando o capital dos Accionistas e assegurando um equilíbrio entre o retorno gerado e o risco assumido.

Risco de *Compliance*

A evolução do enquadramento legal e regulamentar, marcada por requisitos de supervisão mais exigentes e por padrões internacionais de conformidade cada vez mais elevados, continua a representar um factor determinante na gestão do risco de *compliance*. Esta conjuntura demanda particular atenção da Organização às matérias de prevenção do branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa (PBC/FT/PADM), num período ainda marcado pelas exigências associadas à inclusão de Angola na lista cinzenta do GAFI e pela implementação dos requisitos previstos no Aviso n.º 03/2026, relativo ao governo societário, sistema de controlo interno e cultura organizacional das instituições financeiras.

Neste contexto, o Banco tem reforçado o seu modelo de *compliance*, através do aperfeiçoamento dos processos, do fortalecimento dos mecanismos de controlo e da adopção de soluções tecnológicas alinhadas com as melhores práticas internacionais, assegurando uma resposta adequada à evolução das exigências regulamentares e à dimensão e complexidade da sua actividade. Destaca-se a implementação de uma nova plataforma de AML, concebida para reforçar a capacidade de monitorização, análise e gestão dos riscos de PBC/FT/PADM, entre outras medidas.

O BFA reforçou o modelo de *compliance* face às crescentes exigências regulamentares e de supervisão.

Função de *Compliance*

A Função de *Compliance*, com autonomia e independência funcional, desempenha um papel estratégico no sistema de controlo interno do Banco enquanto segunda linha de defesa, assegurando a identificação, avaliação, prevenção, monitorização e mitigação dos riscos de conformidade.

As Sociedades que integram o Grupo BFA dispõem de uma Função de *Compliance*, que assegura a aplicação consistente das normas legais e regulamentares aplicáveis aos sectores em que estas exercem as suas actividades.

Direcção de *Compliance*

A Direcção de *Compliance* é responsável pelo acompanhamento, avaliação e controlo dos riscos de conformidade, em alinhamento com as atribuições da Função de *Compliance* enquanto segunda linha de defesa do sistema de controlo interno. A sua actuação inclui a monitorização do cumprimento das obrigações legais, regulamentares e normativas aplicáveis, a identificação e avaliação dos riscos de conformidade, bem como a emissão de orientações e recomendações destinadas à prevenção e mitigação de situações de potencial incumprimento.

No âmbito das suas responsabilidades, a Direcção de *Compliance* apoia o Conselho de Administração na definição do apetite de risco e na adopção de medidas destinadas a mitigar a exposição a riscos de não conformidade e acompanha os potenciais impactos decorrentes de situações de não conformidade susceptíveis de afectar a actividade, os resultados ou o capital do Banco, assegurando mecanismos adequados de controlo, mitigação e reporte.

Programa de Prevenção BC/FT/PADM

O Programa de Prevenção de PBC/FT/PADM do Banco constitui um elemento central do seu sistema de controlo interno, com o objectivo de prevenir, identificar, avaliar e mitigar os riscos associados a práticas ilícitas, em alinhamento com o enquadramento regulamentar aplicável, as orientações das Entidades Supervisoras e as melhores práticas internacionais. O Programa assenta nos seguintes pilares fundamentais:



1.

Robustecimento dos sistemas e ferramentas de monitorização



2.

Remediação e qualidade dos dados de Clientes (foco em Clientes de alto risco)



3.

Monitorização, diligência e reporte



4.

Formação e sensibilização contínua

Principais Desenvolvimentos do 1.º semestre de 2026

Domínio	Principais acções
Ferramentas e Sistemas	O Banco reforçou os mecanismos de suporte à gestão do risco de <i>compliance</i> através da implementação de uma nova solução AML, alinhada com as melhores práticas internacionais, e da aquisição de uma solução para a gestão da legislação aplicável, promovendo maior robustez no acompanhamento e monitorização dos requisitos legais e regulamentares.
Risco & Monitorização	O Banco mantém mecanismos robustos de controlo e monitorização do risco de <i>compliance</i> , com particular enfoque nas matérias de PBC/FT/PADM, abrangendo a análise de novas relações de negócio, a manutenção da relação com Clientes e a monitorização das respectivas transacções. No período em análise, registou-se um aumento das diligências realizadas face ao período homólogo. No âmbito regulatório, foi assegurada a adequação contínua dos processos internos à evolução do enquadramento legal e regulamentar aplicável.
Capital Humano	A Direcção reforçou a sua estrutura organizacional através da integração de 11 novos recursos, contribuindo para o fortalecimento da Função de <i>Compliance</i> e para uma resposta mais eficaz aos desafios regulatórios e às necessidades da actividade.

Domínio	Principais acções
Diligência, Monitorização e Reporte	No âmbito das actividades de diligência, monitorização e reporte, foram realizadas as análises e avaliações de risco aplicáveis, incluindo o reporte de 91 Declarações de Operações Suspeitas (DOS) à UIF, bem como o acompanhamento das matérias relevantes de conformidade junto dos órgãos e áreas responsáveis.
Formação e Cultura	O Banco manteve o investimento na sensibilização e capacitação dos Colaboradores, promovendo uma cultura de ética, integridade e conformidade. Foram igualmente realizadas acções de formação específicas em matéria de <i>compliance</i> , com enfoque na prevenção e gestão de conflitos de interesses, partes relacionadas, corrupção e monitorização de transacções no âmbito da PBC/FT/PADM.
Regulação e Normativo	A Função de <i>Compliance</i> assegurou o acompanhamento da evolução do enquadramento regulatório aplicável, com a avaliação dos impactos decorrentes de novos requisitos e promoção da adequação dos processos internos às alterações normativas e às obrigações legais e regulamentares vigentes.
Cooperação com Autoridades	O Banco prosseguiu uma relação de cooperação e transparência com as entidades de supervisão e demais autoridades competentes, assegurando o cumprimento das obrigações regulamentares de reporte e o tratamento atempado das solicitações recebidas.

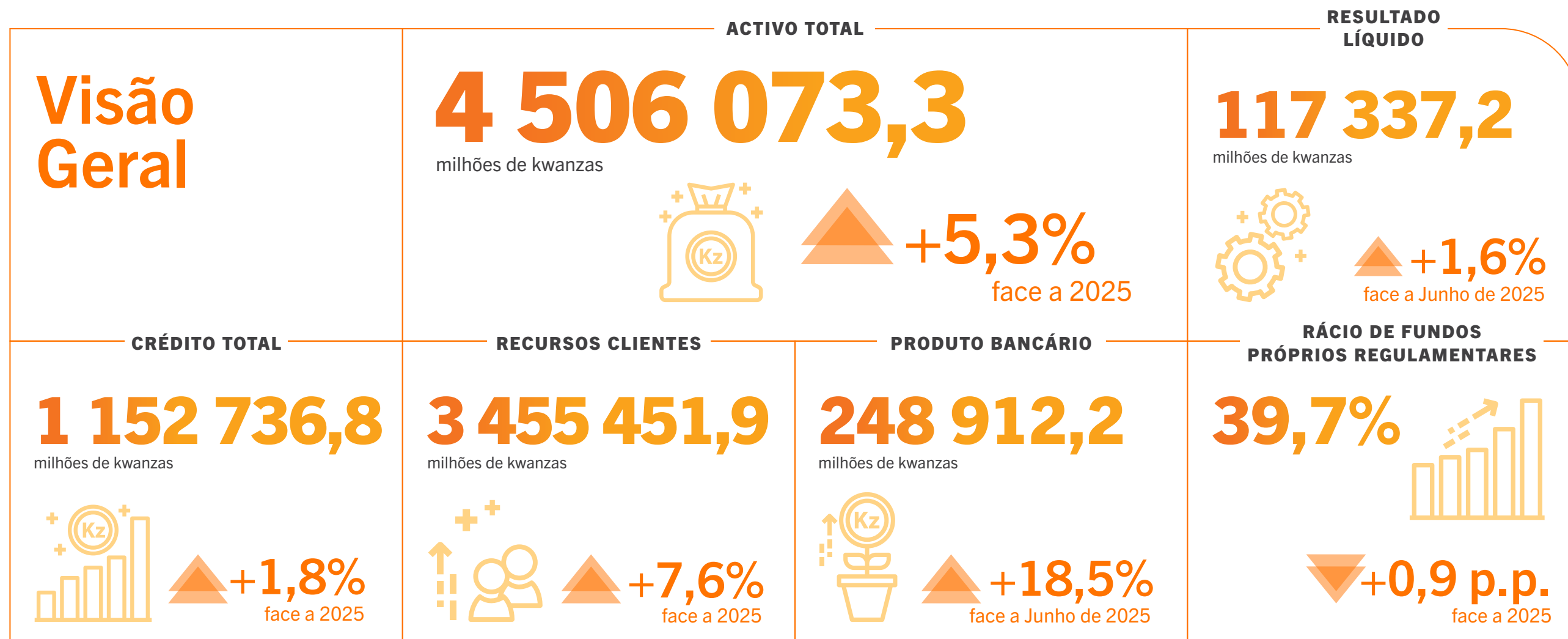




06

Análise Financeira

Análise Financeira



Solidez e Resiliência do Balanço

Balanço do BFA em Junho de 2026 e Dezembro de 2025

	Jun. 26	Dez.25	Δ% 26-25
milhões de kwanzas			
Activo líquido			
Caixa e disponibilidades	720 757,4	857 439,9	-15,9%
Aplicações totais	3 578 658,4	3 243 397,6	10,3%
Aplicações em bancos centrais e outras instituições de crédito	656 105,8	547 504,6	19,8%
Crédito a clientes	868 682,8	891 011,8	-2,5%
Aplicações em títulos	2 053 869,7	1 804 881,1	13,8%
Outros activos tangíveis e intangíveis líquidos de depreciações e amortizações	175 699,3	151 424,8	16,0%
Outros activos	30 958,2	26 139,0	18,4%
Total do activo	4 506 073,3	4 278 401,3	5,3%
Passivo			
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	146 326,8	137 190,8	6,7%
Recursos de clientes	3 455 451,9	3 210 711,5	7,6%
Outros passivos	81 925,1	84 834,0	-3,4%
Provisões para riscos e encargos	26 101,7	28 361,0	-8,0%
Total do passivo	3 709 805,5	3 461 097,4	7,2%
Capitais próprios e equiparados	796 267,8	817 304,0	-2,6%
Total do passivo e capital próprio	4 506 073,3	4 278 401,3	5,3%

No primeiro semestre de 2026, o BFA apresentou um aumento do activo líquido total de 5,3%. A evolução da estrutura do Activo assenta numa gestão prudente dos factores de risco e na optimização dos níveis de rendibilidade e liquidez dos activos.

Activo

Num contexto de gradual estabilização macroeconómica, marcado pela continuação do crescimento da actividade não petrolífera, pela desaceleração consistente da inflação e pela manutenção da estabilidade cambial, o Banco manteve uma trajectória de crescimento do seu Balanço, reflectindo a sua solidez financeira.

A 30 de Junho de 2026, o BFA apresentou um activo líquido total de 4 506 073,3 milhões de kwanzas, (+5,3% vs. Dez.25), suportado essencialmente pelo crescimento das seguintes rubricas: (i) Investimentos e activos financeiros em 13,8% (+248 988,6 Mkz vs. Dez.25), justificado, sobretudo, pela aquisição de títulos em moeda nacional; (ii) Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito em 19,8%

(+108 601,2 Mkz vs. Dez.25) e (iii) Activos tangíveis e intangíveis em 16,0% (+24 274,5 Mkz vs. Dez.25).

A carteira de Títulos representa a rubrica com maior peso na composição do Total do Activo com 45,6%, caracterizada, maioritariamente, por Obrigações e Bilhetes do Tesouro em moeda nacional e Outros Títulos de Dívida Publica – Eurobonds, seguindo-se a rubrica de Crédito a Clientes com um peso de 19,3%.

A evolução da estrutura do Activo assenta numa gestão prudente dos factores de risco e na optimização dos níveis de rendibilidade e liquidez dos activos.

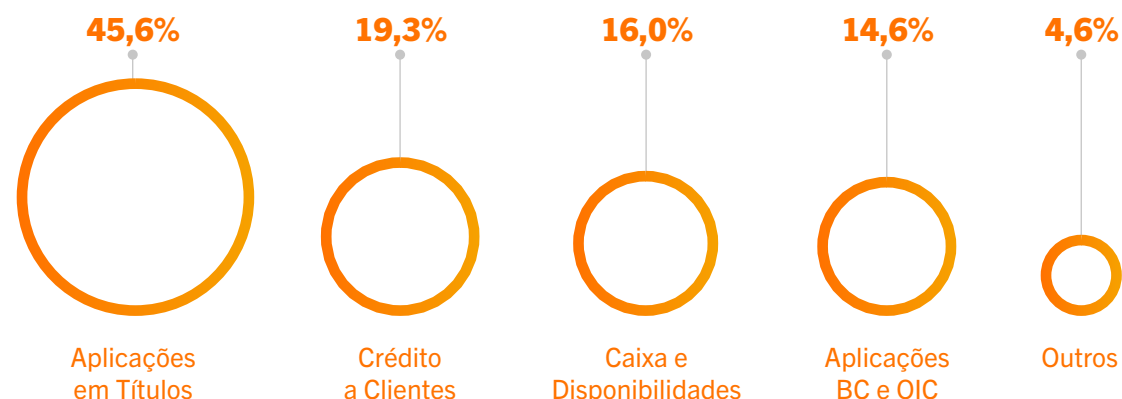
Caixa e Disponibilidades

A rubrica de Caixa e Disponibilidades fixou-se em 720 757,4 milhões de kwanzas, o que representa uma redução de 15,9% (-136 682,5 Mkz vs. Dez.25). Este decréscimo resulta, essencialmente, da redução das Disponibilidades no Banco Central em ME (-105 121,9 Mkz vs. Dez.25), cuja liquidez foi investida em Aplicações em Instituições de Crédito no estrangeiro.

Aplicações em Bancos Centrais e Outras Instituições de Crédito

No final de Junho de 2026, as Aplicações em Bancos Centrais e em Outras Instituições de Crédito ascenderam a 656 105,8 milhões de kwanzas, representando um crescimento de 19,8% (+108 601,2 Mkz vs. Dez.25). Esta evolução é explicada, sobretudo, pelo aumento das Aplicações no Estrangeiro, que totalizaram 353 448,5 milhões de kwanzas (+144 673,4 Mkz vs. Dez.25). Em sentido contrário, as Aplicações em Repos junto do BNA diminuíram 22,5% (-74 619,1 Mkz vs. Dez.25).

Composição do Activo em Junho de 2026



+5,3%

Aumento do
Activo Líquido Total

+10,3%

Aumento das
Aplicações Totais

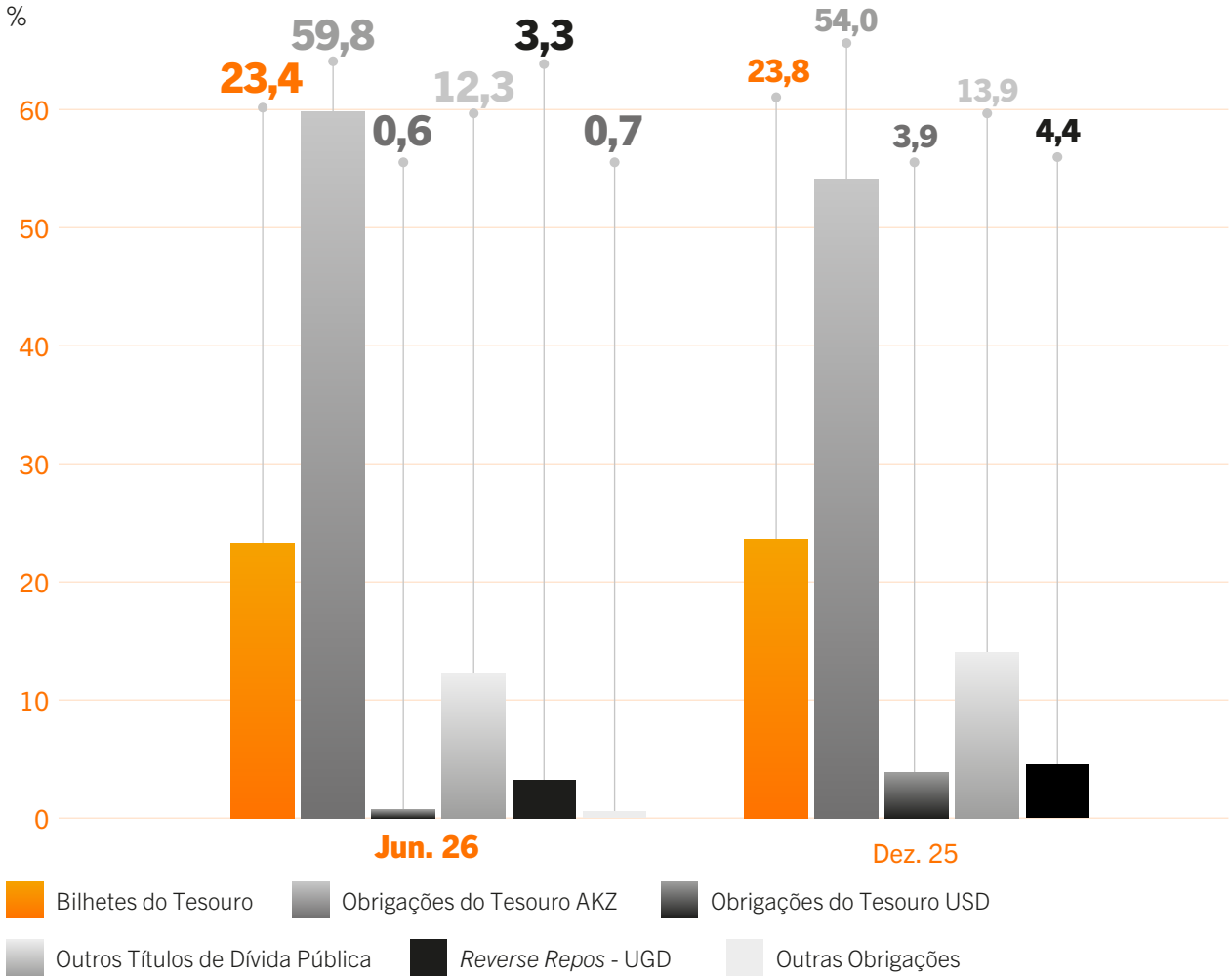
Aplicações em Títulos

	Jun.26	Dez.25	Δ% 26-25
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	51 053,6	97 910,9	-47,9%
Obrigações do tesouro KZ	37 102,8	85 325,6	-56,5%
Outros	13 950,8	12 585,4	10,8%
Investimentos ao custo amortizado	2 002 816,1	1 706 970,2	17,3%
Bilhetes do tesouro	480 490,8	429 466,9	11,9%
Obrigações do tesouro AKZ	1 198 776,8	895 643,7	33,8%
Obrigações do tesouro USD	13 012,5	70 586,2	-81,6%
Outras obrigações	13 475,3	-	100,0%
Outros títulos de dívida pública	252 601,0	250 379,6	0,9%
Reverse repos – UGD	67 099,5	79 687,6	-15,8%
Imparidades (IFRS9)	(22 639,8)	(18 793,9)	20,5%
Total	2 053 869,7	1 804 881,1	13,8%

A Carteira de Títulos fixou-se em 2 053 869,7 milhões de kwanzas em Junho de 2026, representando um aumento de 13,8% (+248 988,6 Mkz vs. Dez.25). Esta evolução foi sustentada pelo crescimento da carteira de Investimentos ao Custo Amortizado, que registou um aumento de 17,3% (+295 845,9 Mkz vs. Dez.25), com destaque para o acréscimo das Obrigações do Tesouro AKZ em 33,8% (+303 133,0 Mkz vs. Dez.25) e dos Bilhetes do Tesouro em 11,9% (+51 024,0 Mkz vs. Dez.25). Em sentido inverso, verificaram-se reduções nas Obrigações do Tesouro USD, de 81,6% (-57 573,7 Mkz vs. Dez.25), e nas operações de Reverse Repos, de 15,8% (-12 588,1 Mkz vs. Dez.25).

Por sua vez, a carteira de Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados registou uma diminuição de 47,9% (-46 857,3 Mkz vs. Dez.25), influenciada principalmente pela redução da posição em Obrigações do Tesouro AKZ, de 56,5% (-48 222,8 Mkz vs. Dez.25), decorrente de vendas.

Estrutura da Carteira de Títulos



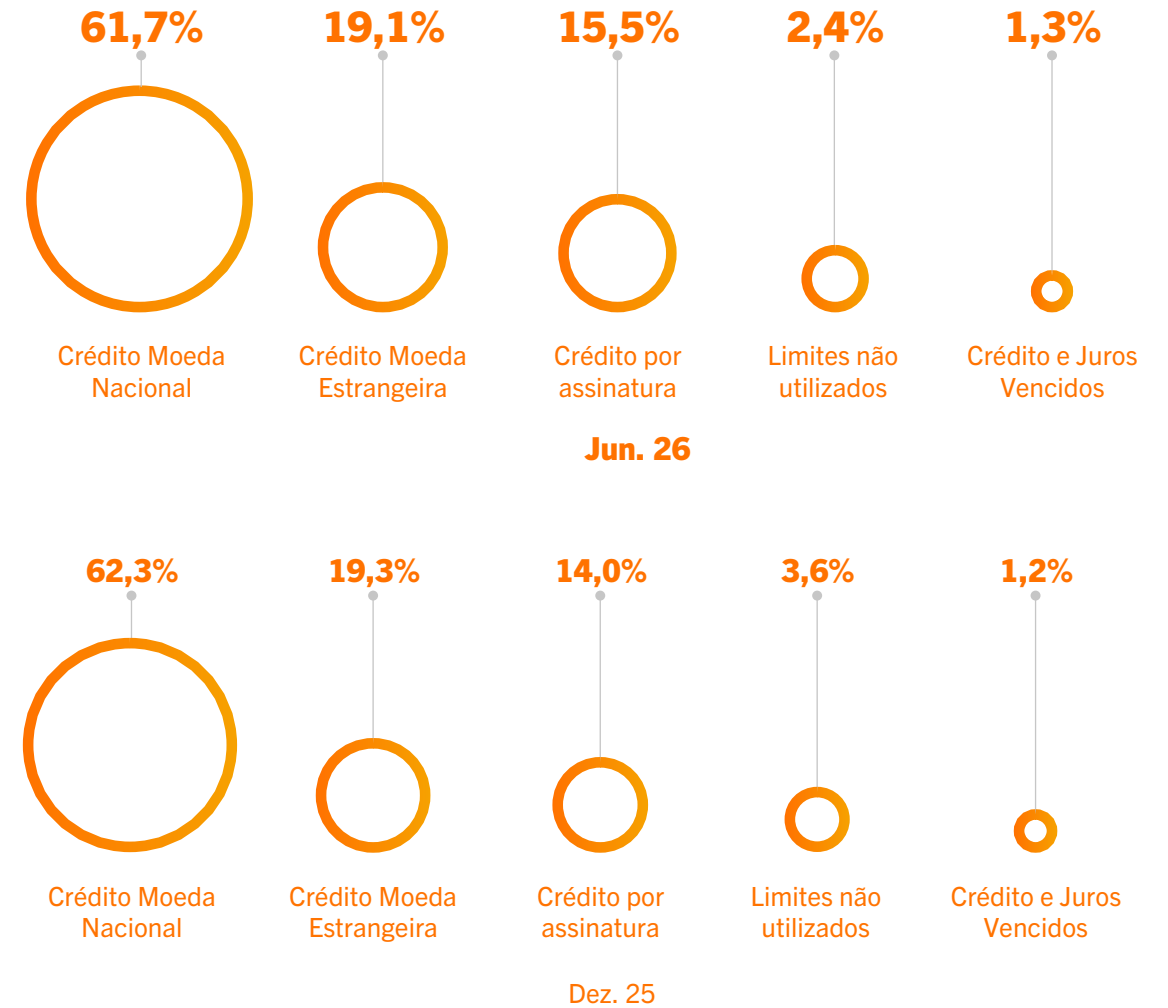
Crédito a Clientes

Montantes expressos em milhões de kwanzas

	Jun. 26	Dez. 25	Δ% 26-25
1. Crédito total	1 152 736,8	1 160 164,1	(0,6%)
1.1. Crédito a clientes	931 463,0	942 357,6	(1,2%)
Crédito moeda nacional	721 394,7	722 445,8	(0,1%)
Crédito moeda estrangeira	220 771,7	223 475,5	(1,2%)
Diferimento comissão crédito	(4 432,7)	(3 563,7)	24,4%
Taxa bonificada crédito a colaboradores	(6 270,8)	0,0	
1.2. Créditos e juros vencidos	15 304,7	13 961,8	9,6%
1.3. Créditos por assinatura	178 586,5	162 228,5	10,1%
1.4. Limites não utilizados	27 382,7	41 616,2	(34,2%)
2. Imparidades totais de crédito	78 346,1	65 545,2	19,5%
2.1. Imparidades específicas	78 084,8	65 307,6	19,6%
2.2. Para riscos gerais de crédito	261,3	237,6	10,0%
3. Crédito líquido de imparidades	868 682,8	891 011,8	(2,5%)
4. Qualidade do crédito			
Rácio de crédito vencido	1,6%	1,5%	0,1 p.p
Cobertura do crédito vencido por imparidade	514,4%	473,0%	41,4 p.p

O Crédito Total apresentou uma redução de 0,6% (-7 427,3 Mkz vs. Dez./25), totalizando 1 152 736,8 milhões de Kwanzas. Esta variação resulta essencialmente da redução do Crédito a Clientes em 1,2% (-10 894,6 Mkz vs. Dez./25) e da posição extrapatrimonial dos Limites Não Utilizados em 34,2% (-14 233,5 Mkz vs. Dez./25).

Estrutura da Carteira de Crédito



Passivo

O Passivo total registou um crescimento de 7,2% (+248 708,1 Mkz vs. Dez./25), totalizando 3 709 805,5 milhões de Kwanzas, justificado, principalmente, pelo aumento verificado nas rubricas de Recursos de Clientes, em 7,6% (+244 740,4 Mkz vs. Dez./25), e de Recursos de Bancos Centrais e de Outras Instituições de Crédito, em 6,7% (+9 136,0 Mkz vs. Dez./25).

Recursos de Clientes

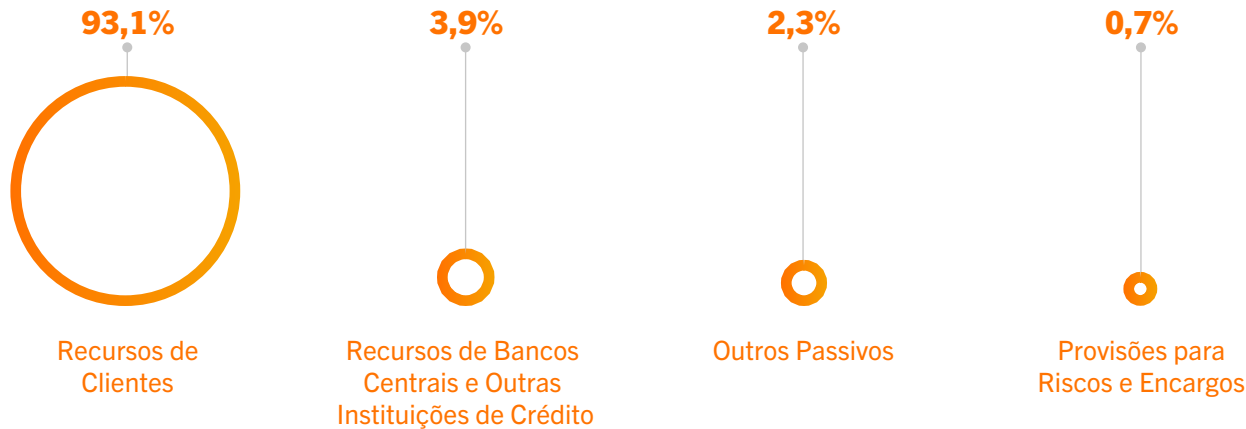
Montantes expressos em milhões de kwanzas

	Jun. 26	Dez. 25	Δ% 26-25
Depósitos à ordem	1 780 829,0	1 470 146,7	21,1%
Moeda nacional	1 411 032,6	1 091 569,5	29,3%
Moeda estrangeira	369 796,4	378 577,2	-2,3%
Depósitos a prazo	1 674 623,0	1 740 564,8	-3,8%
Moeda nacional	772 027,2	821 241,7	-6,0%
Moeda estrangeira	902 595,8	919 323,1	-1,8%
Total	3 455 451,9	3 210 711,5	7,6%

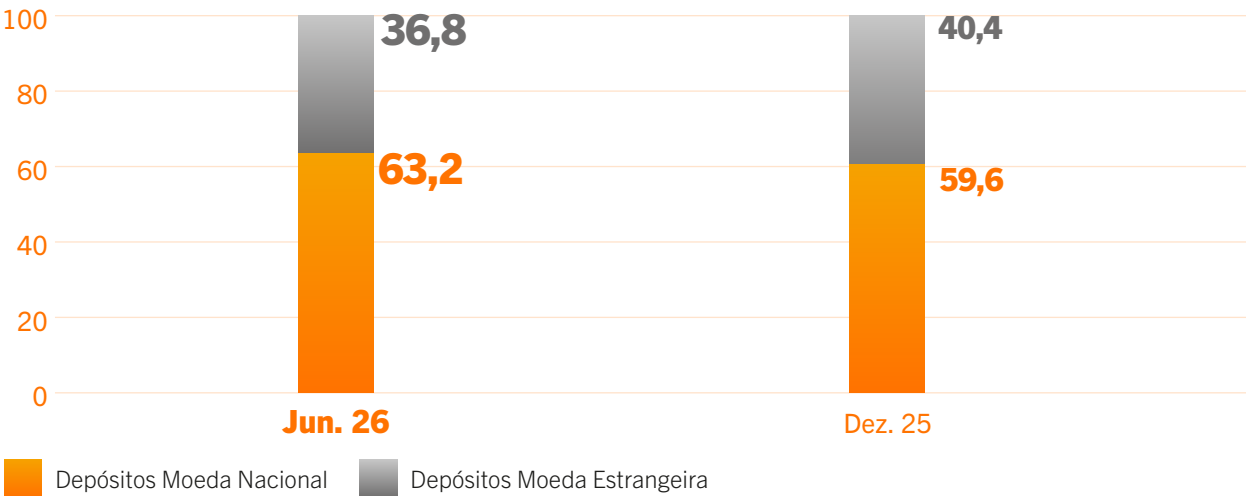
Os Recursos de Clientes fixaram-se em 3 455 451,9 milhões de Kwanzas, (+244 740,4 Mkz; +7,6% vs. Dez.25), impulsionado pelo crescimento dos Depósitos à Ordem (+21,1%), com destaque para os depósitos em Moeda Nacional (+29,3%), que atingiram 1 411 032,6 milhões de kwanzas. Em sentido contrário, os Depósitos a Prazo registaram uma redução de 3,8%, em Moeda Nacional (-6,0%) e em Moeda Estrangeira (-1,8%).

O reforço da base de depósitos continua a evidenciar a confiança dos clientes na instituição e constitui o principal suporte da estrutura de financiamento.

Composição do Passivo em Junho de 2026



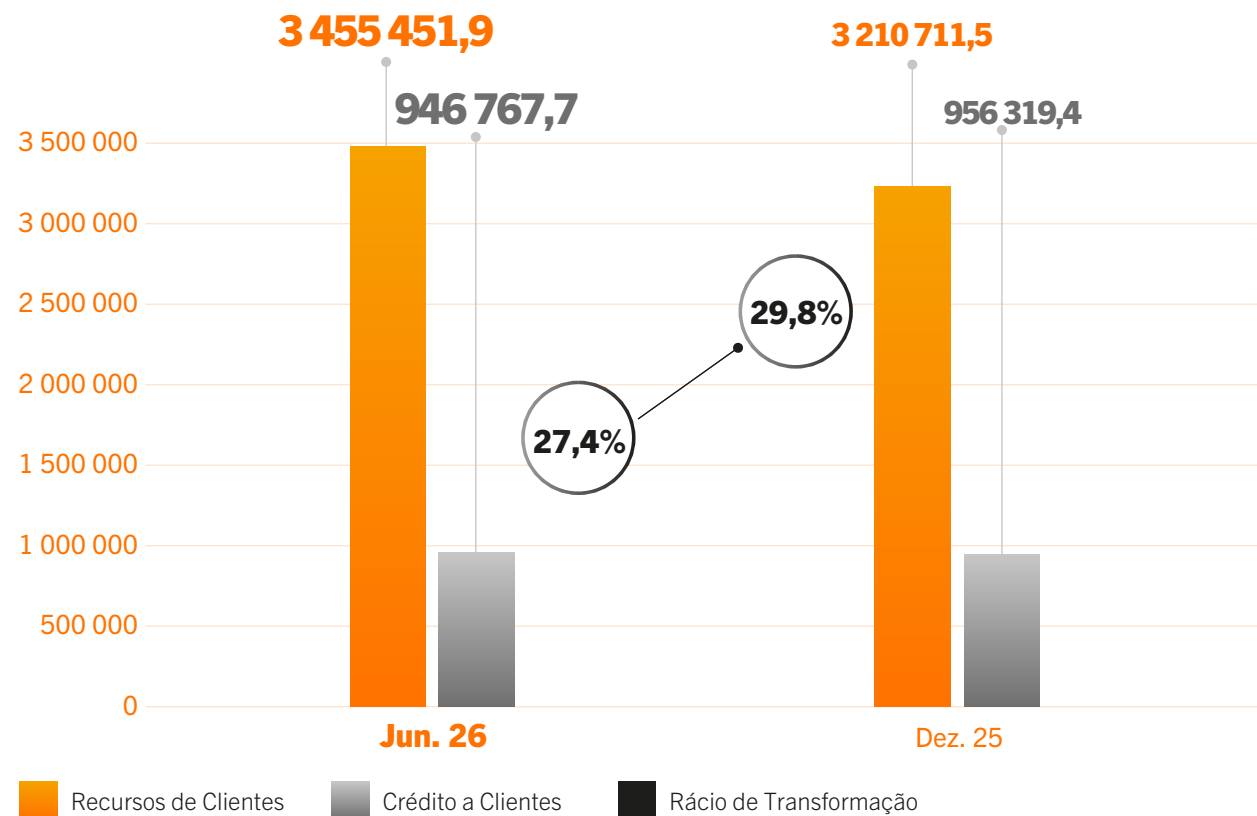
Composição dos Depósitos de Clientes por Moeda



O Rácio de Transformação Total em Junho de 2026 foi de 27,4% registando uma diminuição de 2,4 p.p. face a Dez./25, sendo que esta variação é explicada pelo crescimento dos Recursos de Clientes em 7,6%, superior ao crescimento da carteira de crédito.

Rácio de Transformação

mKz

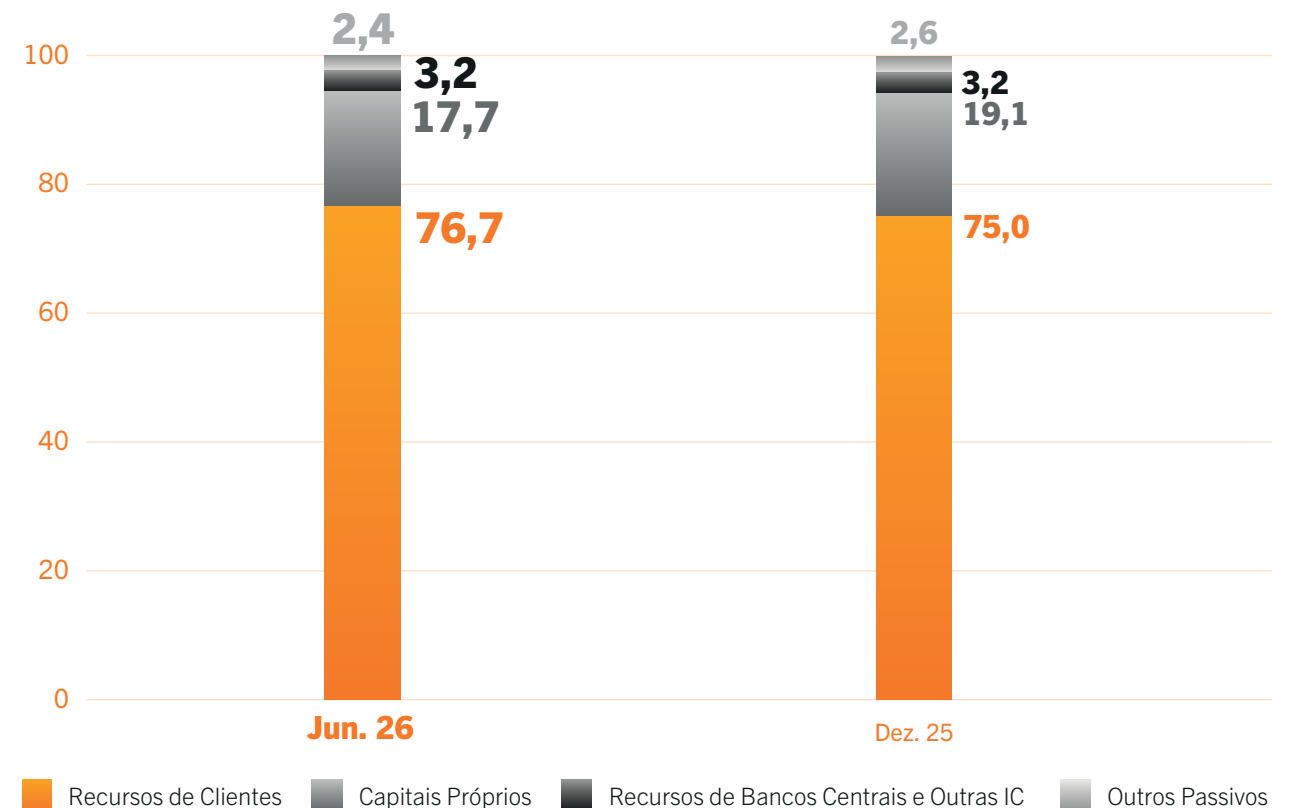


Estrutura de Financiamento

A estrutura de financiamento do Banco manteve-se estável entre Dezembro de 2025 e Junho de 2026, com os Recursos de Clientes a consolidarem a sua posição dominante como principal fonte de financiamento, representando 76,7% do total em Junho de 2026, face aos 75,0% registados em Dezembro de 2025. Os Capitais Próprios constituem a segunda maior componente, tendo aumentado o seu peso relativo de 17,7% para 17,9%, apesar da distribuição de dividendos aos Acionistas aprovada em Assembleia Geral.

Estrutura de Financiamento

%



Capitais Próprios

Montantes expressos em milhões de kwanzas

	Jun. 26	Dez. 25	Δ% 26-25
Capitais próprios			
Capital social	90 000,0	90 000,0	0,0%
Outras reservas e resultados transitados	588 930,7	496 681,8	18,6%
Resultado líquido individual do exercício	117 337,2	230 622,1	-49,1%
Total de capitais próprios	796 267,8	817 304,0	-2,6%

Os Capitais Próprios e Equiparados apresentaram uma variação negativa de 2,6% face a Dez./2025, totalizando 796 267,8 milhões de kwanzas, pela aplicação do Resultado Líquido de 2025 e consequente distribuição de dividendos (60%) conforme deliberado pela Assembleia Geral.

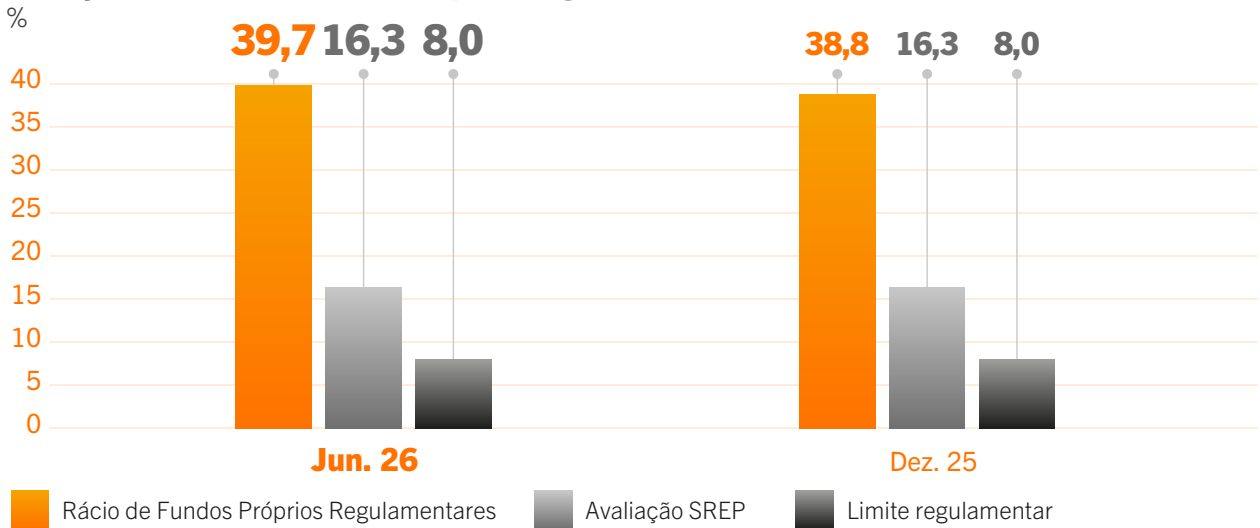
Na sua globalidade, a estrutura do Balanço do BFA de Junho 2026 evidencia a continuação de uma estratégia de liquidez que, em linha com a política do Banco, permite financiar 94,4% da estrutura do Activo através da combinação dos Depósitos de Clientes e de Capitais Próprios.

94,4% do Activo é financiado através dos Depósitos de Clientes e de Capitais Próprios, reduzindo a dependência de financiamento externo ou de mercado.

Rácio de Fundos Próprios Regulamentares

O Rácio de Fundos Próprios Regulamentares, calculado de acordo com os normativos em vigor, correspondeu a 39,7% no final de Junho de 2026, mantendo-se acima do mínimo regulamentar exigido pelo Banco Nacional de Angola, reafirmando o nível de autonomia financeira do Banco.

Evolução do Rácio de Fundos Próprios Regulamentares



796 267,8 Mkz
Total de Capitais Próprios
em Junho de 2026

Demonstração de Resultados

No final do 1º semestre de 2026, o BFA alcançou um Resultado Líquido de 117 337,2 milhões de kwanzas (+1 860,1 Mkz; +1,6% vs. 1S25).

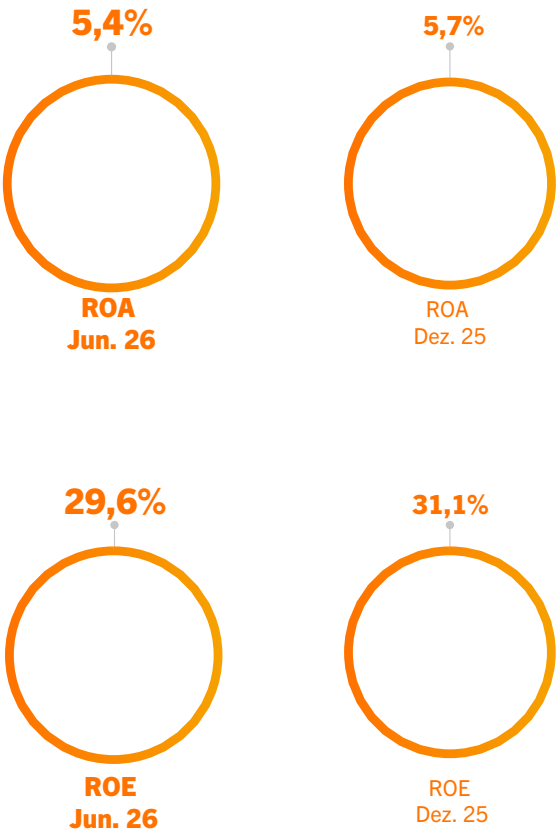
O desempenho financeiro verificado resulta, principalmente, da evolução positiva do Produto Bancário que apresenta um crescimento de 18,5% (+38 820,9 Mkz vs. 1S25), suportado pelo crescimento simultâneo da Margem Financeira em 14,7% (+24 253,9 Mkz vs. 1S25) e da Margem Complementar em 32,5% (+14 567,0 Mkz vs. 1S25).

Montantes expressos em milhões de kwanzas

	Jun. 26	Jun. 25	Δ% 26-25
Margem financeira	189 488,0	165 234,1	14,7%
Margem complementar	59 424,2	44 857,2	32,5%
Produto bancário	248 912,2	210 091,3	18,5%
Custos com o pessoal	46 255,0	42 808,1	8,1%
Fornecimentos e serviços de terceiros	34 707,4	28 353,2	22,4%
Depreciações e amortizações do exercício	13 715,1	9 769,3	40,4%
Provisões e imparidades	18 702,2	4 494,7	316,1%
Resultado antes de impostos	135 532,4	124 665,9	8,7%
Impostos sobre os resultados	18 195,3	9 188,9	98,0%
Resultado líquido do exercício	117 337,2	115 477,0	1,6%

Return on Assets e Return on Equity

No geral, em Junho de 2026, o BFA manteve a sua capacidade de criação de valor sustentável para os seus Clientes, Accionistas, Colaboradores e demais *Stakeholders*, apresentando um rácio de *Return-on-Equity* (ROE) de 29,6% e um rácio de Return-on-Assets (ROA) de 5,4%.



Evolução da Margem Financeira

Montantes expressos em milhões de kwanzas

	Jun. 26	Jun. 25	Δ% 26-25
Juros e rendimentos similares	242 383,0	205 927,2	17,7%
Proveitos de aplicações de liquidez	25 590,2	33 233,2	-23,0%
Proveitos de títulos e valores mobiliários	151 116,2	112 391,7	34,5%
Proveitos de créditos	65 676,5	60 302,4	8,9%
Juros e encargos similares	52 895,0	40 693,1	30,0%
Custos de depósitos	45 669,6	38 973,4	17,2%
Outros custos	7 225,4	1 719,7	320,2%
Margem financeira	189 488,0	165 234,1	14,7%

A Margem Financeira ascendeu a 189 488,0 milhões de kwanzas, apresentando um crescimento de 14,7% (+24 253,9 Mkz vs. 1S25). O crescimento registado na Margem Financeira foi impulsionado, principalmente, pelo aumento dos proveitos de Títulos e Valores Mobiliários e dos proveitos de Crédito, que registaram incrementos de 34,5% (+38 724,4 Mkz vs. 1S25) e 8,9% (+5 374,2 Mkz vs. 1S25), respectivamente.

Os juros e encargos similares registaram um aumento de 30,0% (+12 201,8 Mkz vs. 1S25), explicado pelo crescimento dos custos com Depósitos de Clientes, de 17,2% (+6 696,2 Mkz vs. 1S25), e dos Outros Custos, de 320,2% (+5 505,7 Mkz vs. 1S25).

A Margem Financeira preservou a sua relevância na estrutura de proveitos do Banco, representando 76,1% do Produto Bancário em Junho de 2026, em linha com o observado no período homólogo.

O Banco reforçou a sua Margem Financeira (+14,7%), suportada pelo crescimento dos proveitos de investimentos e crédito, preservando o seu papel central na geração de receitas.

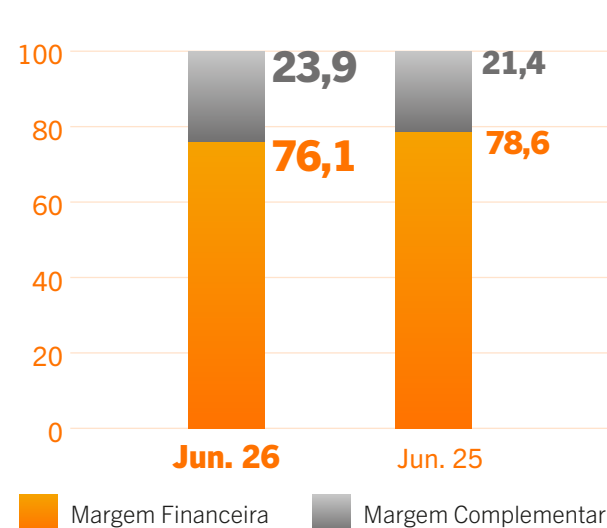
Evolução da Margem Complementar

Montantes expressos em milhões de kwanzas

	Jun. 26	Jun. 25	Δ% 26-25
Rendimentos e encargos de serviços e comissões	13 345,8	10 953,3	21,8%
Resultados de investimento ao custo amortizado	-	-	0,0%
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	2 396,2	3 528,1	-32,1%
Resultados cambiais	44 394,9	31 369,4	41,5%
Resultados de alienação de outros activos	0,0	274,7	-100,0%
Outros resultados de exploração	(712,6)	(1 268,2)	-43,8%
Margem complementar	59 424,2	44 857,2	32,5%

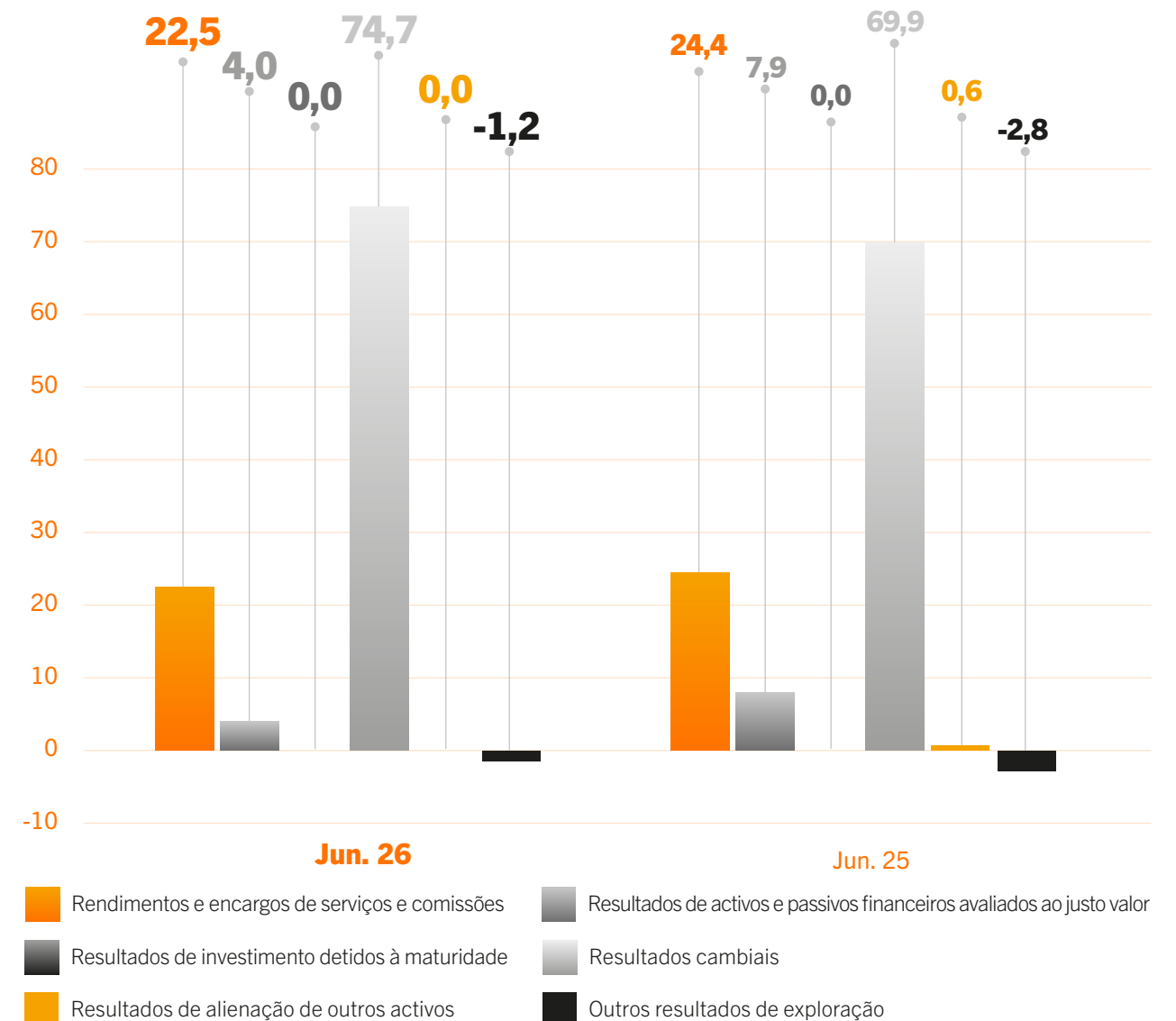
A Margem Complementar ascendeu a 59 424,2 milhões de kwanzas (+14 567,0 Mkz vs. 1S25), explicada principalmente pelo aumento dos Resultados cambiais (+13 025,5 Mkz vs. 1S25) e das comissões líquidas (+2 392,5 Mkz vs. 1S25). Este aumento foi, contudo, parcialmente compensado pela redução dos Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados (-1 131,9 Mkz vs. 1S25).

Composição do Produto Bancário



Composição e Evolução da Margem Complementar

%



Comissões e Outros proveitos

Montantes expressos em milhões de kwanzas

	Jun. 26	Jun. 25	Δ% 26-25
Comissões de negócio líquidas	8 724,1	7 036,2	24,0%
Garantias bancárias	458,3	526,1	-12,9%
Crédito	2 114,3	1 627,8	29,9%
Transferência intrabancárias ME	0,3	7,3	-95,7%
Transferência intrabancárias MN	1 315,8	884,5	48,8%
Levantamento em ME	994,5	1 007,2	-1,3%
Levantamento em MN	1 387,6	572,4	142,4%
Comissão de títulos	(626,9)	(443,7)	41,3%
Outras comissões	3 080,2	2 854,6	7,9%
Comissões de estrangeiro líquidas	7 289,1	5 397,0	35,1%
Comissões de cartões líquidas	5 466,4	4 522,6	20,9%
Outras comissões líquidas	202,3	(85,4)	-336,8%
Total comissões líquidas	21 681,9	16 870,4	28,5%

Os resultados de serviços e comissões registaram uma variação positiva de 28,5% (+4 811,5 Mkz vs. 1S25), ascendendo a 21 681,9 Mkz. Esta evolução resulta essencialmente do aumento das comissões de negócio líquidas, que cresceram 24,0% (+1 688,0 Mkz vs. 1S25), impulsionado pelo crescimento das comissões associadas ao crédito (+486,5 Mkz vs. 1S25). Adicionalmente, as comissões de estrangeiro líquidas e as comissões de cartões líquidas registaram crescimentos de 35,1% (+1 892,1 Mkz vs. 1S25) e 20,9% (+943,8 Mkz vs. 1S25), respectivamente. Esta evolução foi impulsionada pelo aumento do volume de transacções cambiais e pelo maior nível de utilização dos cartões pelos Clientes.

28,5%

Aumento do total de
Comissões Líquidas

24,0%

Aumento de Comissões
de Negócio Líquidas

Evolução dos Custos de Estrutura

Montantes expressos em milhões de kwanzas

	Jun. 26	Jun. 25	Δ% 26-25
Custos com pessoal (I)	46 255,0	42 808,1	8,1%
Fornecimento e serviços de terceiros (II)	34 707,4	28 353,2	22,4%
Depreciações e amortizações (III)	13 715,1	9 769,3	40,4%
Custos de estrutura (I + II + III)	94 677,5	80 930,7	17,0%
Cost-to-income	32,4%	38,5%	-6,1%

No que respeita à estrutura de custos, verificou-se um crescimento de 17,0% (+13 746,8 Mkz; +17,0% vs. 1S25), totalizando 94 677,5 milhões de kwanzas. Esta evolução foi maioritariamente impulsionada pelo aumento dos Fornecimentos e Serviços de Terceiros (+6 354,2 Mkz; +22,4% vs. 1S25), bem como pelos Custos com Pessoal (+3 446,9 Mkz; +8,1% vs. 1S25). Apesar do crescimento dos custos operacionais, o Banco continuou a melhorar a sua eficiência operacional, conforme evidenciado pela redução do rácio *cost-to-income*.

Os resultados do primeiro semestre de 2026 confirmam a solidez financeira e a resiliência do BFA, consolidando o seu posicionamento entre as principais instituições financeiras de Angola.

Provisões e Imparidades

Montantes expressos em milhões de kwanzas

	Jun. 26	Jun. 25	Δ% 26-25
Provisões líquidas de anulações	(1 378,7)	(3 367,0)	-59,1%
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	13 844,0	4 218,4	228,2%
Imparidade para outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	3 867,6	1 744,4	121,7%
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	2 369,3	1 898,8	24,8%
Total provisões e imparidades	18 702,2	4 494,7	316,1%

As provisões e imparidades fixaram-se em 18 702,2 milhões de kwanzas no final do 1S2026, representando um aumento de 14 207,5 Mkz (+316,1% vs. 1S25). Esta evolução é maioritariamente explicada pelo reforço das imparidades para crédito a clientes (+9 625,6 Mkz vs. 1S25) e para outros activos financeiros (+2 123,2 Mkz vs. 1S25).

O desempenho alcançado no primeiro semestre de 2026 evidencia a capacidade do BFA para gerar resultados consistentes, mantendo simultaneamente uma sólida posição de capital, elevados níveis de liquidez e uma estrutura de financiamento robusta. A evolução favorável dos principais indicadores confirma a resiliência do modelo de negócio do Banco e reforça o seu posicionamento como uma das principais instituições financeiras do mercado angolano.

Cotação da Acção BFA

As acções do BFA foram admitidas à negociação no Mercado de Bolsa de Acções (MBA) da BODIVA, em 30 de Setembro de 2025, no âmbito da Oferta Pública de Venda (OPV), tendo sido colocadas ao preço de 49 500 kwanzas (Kz) por acção. No primeiro dia de negociação em Bolsa, a cotação encerrou nos Kz 61 875 por acção, correspondendo a uma valorização de 25% face ao preço da OPV. No final de Junho de 2026, a cotação situava-se em cerca de Kz 102 000 por acção, o que representa uma valorização acumulada de, aproximadamente, 106% em relação ao preço de colocação da OPV.

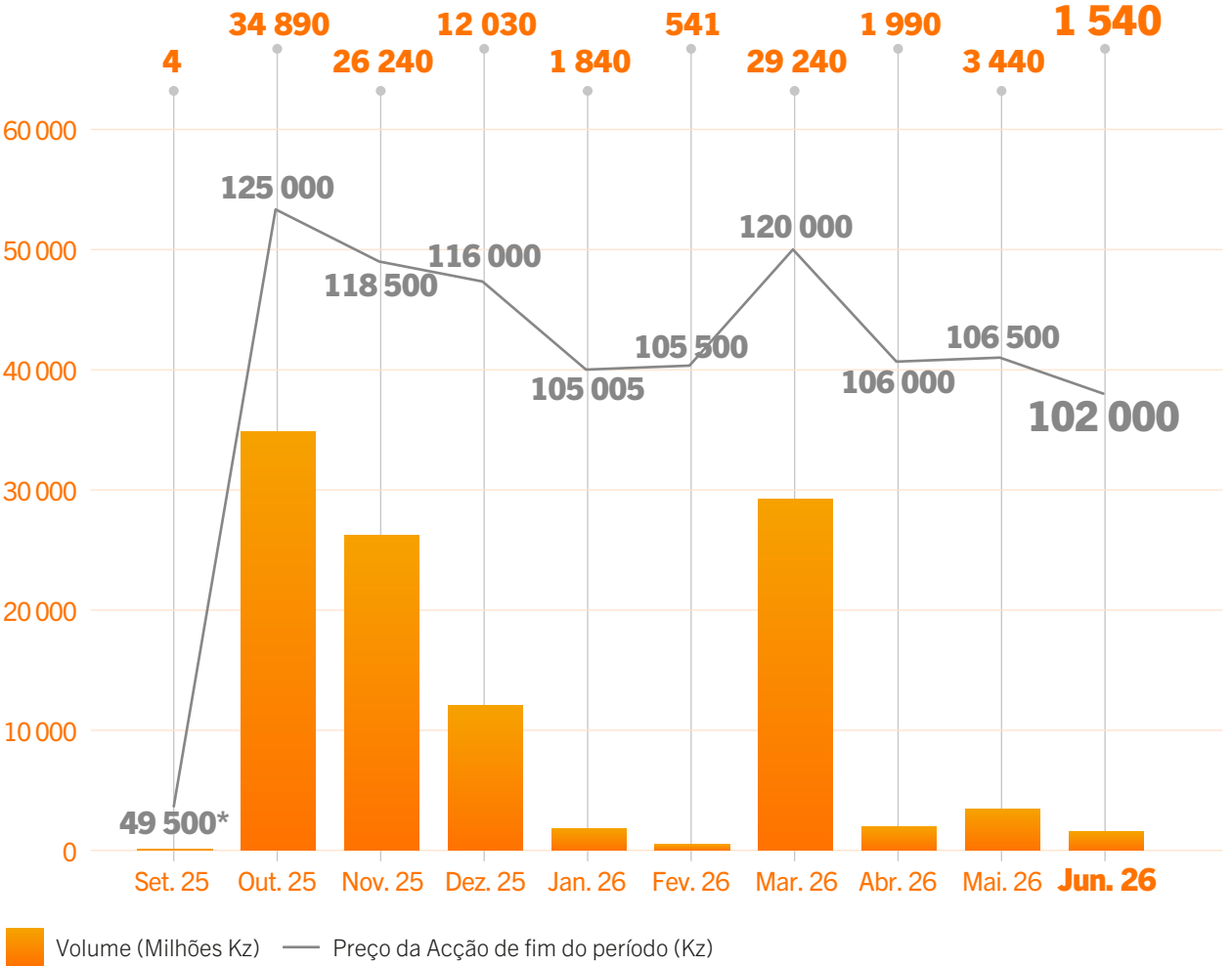
Esta evolução evidencia o interesse contínuo do mercado pelas acções do BFA e traduz a confiança dos investidores no desempenho e nas perspectivas futuras do Banco.

O volume de transacções da Acção BFA atingiu máximos mensais de Kz 34 890 milhões em Outubro de 2025 e de Kz 29 240 milhões em Março de 2026, meses que coincidiram com fases de valorização da cotação. Seguiram-se volumes moderados em Novembro e Dezembro e um fluxo mais reduzido de transacções nos meses seguintes (com excepção de Março de 2026).

Indicadores Acção BFA

	Set. 25	Dez. 25	Jun. 26
Preço médio das acções (KZ)	61 875	116 009	106 047
Price to earnings (%)	5,34	7,54	11,83
Price to book value (%)	1,22	2,13	1,89
N.º de acções cotadas	15 000 000	15 000 000	15 000 000
Capitalização bolsista de fim do período (mil milhões de kwanzas)	928,13	1 740,00	1 530,00

Análise da Acção BFA



* Preço de início da cotação em bolsa.

Fonte: BODIVA

Comunicação com o Mercado

No âmbito do compromisso do BFA com a transparência, a divulgação atempada de informação e o reforço da confiança dos investidores e dos demais participantes do mercado, a Área de Relações com Investidores, em estreita articulação com as diversas áreas do Banco, assegurou a divulgação regular e atempada de informação relevante ao mercado, em cumprimento das obrigações regulamentares e das melhores práticas de comunicação com os investidores.

Neste contexto, foram realizadas as seguintes publicações ao longo do período:

- Convocatória da Assembleia Geral Ordinária de 2026, no dia 26 de Fevereiro de 2026;
- Comunicado sobre as Deliberações da Assembleia Geral Anual 2026, no dia 31 de Março de 2026;
- Comunicado sobre o Pagamento de Dividendos do Exercício de 2025, no dia 31 de Março de 2026;
- Relatório de Gestão e Contas de 2025, no dia 08 de Abril de 2026;
- Relatório de Actividade do 1.º Trimestre de 2026, no dia 30 de Abril de 2026.

Desde a OPV, a Acção BFA acumulou uma valorização de 106%, reforçando a confiança dos investidores.





07

Participações Financeiras

BFA Capital Markets

milhões de kwanzas

	Jun. 2026 Não Auditado	Dez. 2025 Auditado	Variação	
			Abs.	%
Balanço				
Caixa e disponibilidades	29,8	60,4	(30,6)	-50,7%
Aplicações de liquidez	6 399,3	6 912,8	(513,5)	-7,4%
Títulos e valores mobiliários	2 064,1	1 484,7	579,4	39,0%
Outros activos	693,9	866,5	(172,5)	-19,9%
Total do activo	9 187,1	9 324,3	(137,2)	-1,5%
Outros passivos	3 387,8	5 563,3	(2 175,5)	-39,1%
Fundos próprios	5 799,3	3 761,0	2 038,3	54,2%
Total do passivo + capital próprio	9 187,1	9 324,3	(137,2)	-1,5%
Resultados	Jun. 26	Jun. 25	Variação Jun. 26 – Jun. 25	
Produto bancário	4 244,3	2 212,1	2 032,2	91,9%
Custos de estrutura	1 548,5	1 230,5	318,0	25,8%
Provisões e imparidades	63,1	-	63,1	100,0%
Impostos sobre o resultado	594,4	246,1	348,3	141,5%
Resultado líquido	2 038,3	735,5	1 302,8	177,1%

No primeiro semestre de 2026, a BFA Capital Markets apresentou um activo líquido total de 9 187,1 milhões de kwanzas, (-137,2 Mkz vs Dez./25), explicado essencialmente pela redução das seguintes rubricas: (i) Aplicações de Liquidez em 7,4% (-513,5 Mkz vs. Dez./25); (ii) Outros Activos em 19,9% (-172,5 Mkz vs. Dez./25); e (iii) Caixa e Disponibilidades em 50,7% (-30,6 Mkz vs. Dez./25); efeito parcialmente compensado pelo crescimento da rubrica de Títulos e valores mobiliários em 39,0% (+579,4 Mkz vs. Dez./25).

O passivo da BFA Capital Markets registou um total de 3 387,8 milhões de kwanzas, uma redução de 39,1% (-2 175,5 Mkz vs. Dez./25). A variação da rubrica dos Outros Passivos resulta essencialmente da redução dos valores a entregar ao BFA no âmbito do contrato de redébito. Os fundos próprios ascenderam a 5 799,3 milhões de kwanzas, um crescimento de 54,2% (+2 038,3 Mkz vs. Dez./25).

No primeiro semestre de 2026, a BFA Capital Markets obteve um resultado líquido de 2 038,3 milhões de kwanzas (+1 302,8 Mkz / +177,1% vs. Jun./25). Este desempenho é explicado fundamentalmente pela evolução favorável do Produto bancário, em resultado do crescimento das comissões sobre títulos, que registaram um aumento de 89,4% (+2 032,2 Mkz vs. Jun./25), suportado pelo aumento do volume de negócio, efeito parcialmente compensado pelo aumento dos Custos de Estrutura em 25,8% (+318,0 Mkz vs. Jun./25), impactado pelo aumento dos custos com pessoal na ordem de 261,5 milhões de kwanzas.

A BFA Capital Markets manteve uma trajectória de crescimento robusta durante o primeiro semestre de 2026, registando um aumento expressivo da rentabilidade, suportado pelo forte crescimento das comissões associadas à actividade de intermediação e custódia de títulos.

BFA Sociedade Gestora de Fundo de Pensões

milhões de kwanzas

	Jun. 2026 Não Auditado	Dez. 2025 Auditado	Variação	
			Abs.	%
Balanço				
Caixa e disponibilidades	20,6	402,4	(381,8)	-94,9%
Aplicações de liquidez	1 687,3	1 623,9	63,4	3,9%
Títulos e valores mobiliários	3 410,0	2 405,9	1 004,0	41,7%
Outros activos	732,2	591,1	141,1	23,9%
Total do activo	5 850,0	5 023,3	826,8	16,5%
Outros passivos	3 706,1	3 302,1	404,0	12,2%
Fundos próprios	2 143,9	1 721,1	422,8	24,6%
Total do passivo + capital próprio	5 850,0	5 023,3	826,8	16,5%
Resultados	Jun. 26	Jun. 25	Variação Jun. 26 – Jun. 25	
Produto bancário	1 258,6	932,4	326,2	35,0%
Custos de estrutura	746,7	645,1	101,6	15,8%
Impostos sobre o resultado	89,0	17,4	71,6	411,8%
Resultado líquido	422,8	269,9	152,9	56,7%

No primeiro semestre de 2026, a BFA SGFP apresentou um activo líquido total de 5 850,0 milhões de kwanzas (+826,8 vs. Dez./25), suportado essencialmente pelo crescimento das seguintes rubricas: (i) Títulos e valores mobiliários em 41,7% (+1 004,0 Mkz vs. Dez./25); (ii) Outros Activos em 23,9% (+141,1 Mkz vs. Dez./25). Por outro lado, verificou-se a redução da rubrica de Caixa e Disponibilidades em 94,9% (-381,8 Mkz vs. Dez./25).

O passivo da BFA SGFP registou um total de 3 706,1 milhões de kwanzas, um crescimento de 12,2% (+404,0 Mkz vs. Dez./25). A variação da rubrica dos Outros Passivos é explicada essencialmente pelo aumento dos valores a entregar ao BFA no âmbito do contrato de redébito. Os fundos próprios ascenderam a 2 143,9 milhões de kwanzas, um crescimento de 24,6% (+422,8 Mkz vs. Dez./25).

A BFA SGFP alcançou um Resultado Líquido, no primeiro semestre, de 422,8 milhões de Kwanzas (+152,9 Mkz vs. Jun./25). Este desempenho resulta do crescimento do Produto bancário em 35,0% (+326,2 Mkz vs. Jun./25), justificado sobretudo pelos proveitos de comissão de gestão, que registaram um aumento de 18,6% (+147,1 Mkz vs. Jun./25), justificado pelo aumento dos Activos sob Gestão, impulsionado pelo crescimento do volume de activos administrados, não obstante ao aumento dos Custos de estrutura em 15,8% (+101,6 Mkz vs. Jun./25); com destaque para os custos com pessoal (+72,0 Mkz vs. Jun./25) e custos com serviços de consultoria e informática (+29,1 Mkz vs. Jun./25).

BFA Gestão de Activos

milhões de kwanzas				
	Jun. 2026 Não Auditado	Dez. 2025 Auditado	Variação	
			Abs.	%
Balanço				
Caixa e disponibilidades	41,6	13,5	28,2	209,2%
Aplicações de liquidez	48,0	0,0	48,0	100,0%
Títulos e valores mobiliários	4 060,8	3 821,3	239,5	6,3%
Participações sociais	32,5	32,5	0,0	0,0%
Outros activos	726,2	621,0	105,2	16,9%
Total do activo	4 909,1	4 488,3	420,9	9,4%
Outros passivos	1 783,9	1 507,9	276,0	18,3%
Fundos próprios	3 125,3	2 980,4	144,9	4,9%
Total do passivo + capital próprio	4 909,1	4 488,3	420,9	9,4%
Resultados	Jun. 26	Jun. 25	Variação Jun. 26 – Jun. 25	
Produto bancário	1 067,7	1 080,9	(13,2)	-1,2%
Custos de estrutura	825,7	767,5	58,2	7,6%
Impostos sobre o resultado	27,7	17,0	10,7	62,7%
Resultado líquido	214,4	296,4	(82,0)	-27,7%

No primeiro semestre de 2026, a BFA Gestão de Activos apresentou um activo líquido total de 4 909,1 milhões de kwanzas, (+420,9 vs. Dez./25), suportado essencialmente pelo crescimento das seguintes rubricas: (i) Títulos e valores mobiliários em 6,3% (+239,5 Mkz vs. Dez./25), pelas novas aquisições de títulos da carteira própria e (ii) Outros Activos em 16,9% (+105,2 Mkz vs. Dez./25).

Os Outros Passivos da BFA Gestão de Activos registaram um total de 1 783,9 milhões de kwanzas, um crescimento de 18,3% (+276,0 Mkz vs. Dez./25). A variação da rubrica dos Outros Passivos é explicada, em parte, pelo aumento dos valores a entregar ao BFA no âmbito do contrato de redébito. O Capital Próprio ascendeu a 3 125,3 milhões de kwanzas, um crescimento de 4,9% (+144,9 Mkz vs. Dez./25).

O Resultado Líquido da BFA Gestão de Activos no primeiro semestre ascende a 214,4 milhões de kwanzas (-82,0 vs. Jun./25). Este desempenho é explicado maioritariamente pela ligeira redução do Produto bancário em 1,2% (-13,2 Mkz vs. Jun./25), efeito agravado pelo aumento dos Custos de estrutura em 7,6% (+58,2 Mkz vs. Jun./25), reflectindo, sobretudo, o crescimento dos Custos com o Pessoal, em resultado da actualização salarial dos colaboradores, bem como o aumento dos custos com Fornecimentos e Serviços de Terceiros, essencialmente associados a serviços de consultoria.

Apesar da manutenção de níveis de actividade estáveis, a rentabilidade da BFA Gestão de Activos foi penalizada pelo aumento dos custos operacionais e da carga fiscal face ao período homólogo.

Fundo Kimbo

milhões de kwanzas

	Jun. 2026 Não Auditado	Dez. 2025 Auditado	Variação	
			Abs.	%
Balanço				
Caixa e disponibilidades	318,6	0,8	317,8	39 142,1%
Aplicações de liquidez	989,7	798,3	191,4	24,0%
Títulos e valores mobiliários	575,6	1 147,3	(571,7)	-49,8%
Outros activos	334,2	7 209,1	(6 874,9)	-95,4%
Total do activo	2 218,0	9 155,4	(6 937,4)	-75,8%
Outros passivos	123,9	306,7	(182,8)	-59,6%
Fundos próprios	2 094,1	8 848,8	(6 754,6)	-76,3%
Total do passivo + capital próprio	2 218,0	9 155,4	(6 937,4)	-75,8%
Resultados	Jun. 26	Jun. 25	Variação Jun. 26 – Jun. 25	
Produto bancário	39,0	52,8	(13,8)	-26,1%
Custos de estrutura	102,0	17,0	85,0	499,3%
Impostos sobre o resultado	-	-	0,0	0,0%
Resultado líquido	(62,9)	35,8	(98,8)	-275,7%

No primeiro semestre de 2026, o Fundo Kimbo apresentou um activo líquido total de 2 218,0 milhões de kwanzas, registando uma redução de 75,8% (-6 937,4 Mkz vs. Dez./25). Esta evolução é resulta essencialmente da diminuição da rubrica de Outros Activos em 95,4% (-6 874,9 Mkz vs. Dez./25), especialmente pelo desreconhecimento do capital por realizar dos Accionistas.

O Passivo e Capital Próprio totalizaram 2 218,0 milhões de kwanzas em Junho de 2026. Os Outros Passivos ascenderam a 123,9 milhões de kwanzas, registando uma redução de 59,6% (-182,8 Mkz vs. Dez./25). Por sua vez, os Fundos Próprios situaram-se em 2 094,1 milhões de kwanzas, representando uma diminuição de 76,3% (-6 754,6 Mkz vs. Dez./25), que resulta maioritariamente do desreconhecimento do capital por realizar dos Accionistas, na sequência da adopção de novos critérios de subscrição e reconhecimento contabilístico.

O Resultado Líquido do Fundo Kimbo no primeiro semestre situou-se em 62,9 milhões de kwanzas negativos, impactado sobretudo pelo aumento dos Custos de Estrutura em 499,3% (85,0 Mkz vs. Jun./25), especialmente custos com serviços de consultoria.



08

Responsabilidade do Conselho de Administração

Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração

Declara-se que, nos termos e para os devidos efeitos previstos na alínea c) do artigo 143.º do Código dos Valores Mobiliários, na medida do seu conhecimento, que as demonstrações financeiras, intercalares, com referência a 30 de Junho de 2026, as quais compreendem (i) Balanços consolidado e individual (ii) Demonstrações dos resultados consolidada e individual; (iii) Demonstrações dos fluxos de caixa consolidada e individual, traduzem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, do resultado e dos fluxos de caixa no período findo do Banco de Fomento Angola, S.A.- Sociedade Aberta (BFA), e das entidades incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IAS/IFRS).

Mais se declara que o Relatório e Contas referente a 30 de Junho de 2026 expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a situação do BFA e das entidades compreendidas no perímetro de consolidação e apresenta uma descrição dos principais riscos e incertezas com que os mesmos se defrontam.

Luanda, aos 27 de Agosto de 2026

Maria do Carmo Bernardo
Presidente do Conselho de Administração

Inês Natália Baptista
Administradora Não-Executiva (Independente)

Maria Amélia Duarte
Administradora Não-Executiva

Paulo Freitas Alves
Administrador Executivo

Elizabeth dos Santos Tristão
Administradora Executiva

Valter Rui Barros
Vice-Presidente do Conselho de Administração (Independente)

Divaldo Kienda Palhares
Administrador Não-Executivo

José António Cerqueira
Administrador Não-Executivo

José Alves do Nascimento
Administrador Executivo

Nelson Roderia Monteiro
Administrador Executivo

Yuri Gualdino Dias
Administrador Não-Executivo (Independente)

Jacinto Manuel Veloso
Administrador Não-Executivo

Luís Roberto Gonçalves
Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração

Paulo Valódia Silva
Administrador Executivo

João Gonçalo de Jesus
Administrador Executivo



09

Demonstrações Financeiras Individuais

Demonstrações separadas intercalares condensadas de resultados e do outro rendimento integral para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2026 e 2025

milhões de kwanzas

	Notas	30/06/2026 Não Auditado	30/06/2025
Juros e rendimentos similares calculados pelo método da taxa de juro efectiva	20	237 526 835	200 347 762
Juros e rendimentos similares não calculados pelo método da taxa de juro efectiva	20	4 856 117	5 579 478
Juros e encargos similares	20	(52 894 951)	(40 693 131)
Margem financeira		189 488 001	165 234 109
Rendimentos de serviços e comissões	21	30 208 854	24 600 936
Encargos com serviços e comissões	21	(16 863 077)	(13 647 637)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	7	2 396 175	3 528 057
Resultados cambiais	22	44 394 878	31 369 377
Resultados de alienação de outros activos	23	-	274 675
Outros resultados de exploração	24	(712 638)	(1 268 235)
Produto da actividade bancária		248 912 193	210 091 282
Custos com o pessoal	25	(46 255 030)	(42 808 127)
Fornecimentos e serviços de terceiros	26	(34 707 426)	(28 353 237)
Depreciações e amortizações do exercício	12	(13 715 087)	(9 769 350)
Provisões líquidas de anulações	17	1 378 727	3 366 994
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões	17	(13 844 015)	(4 218 396)
Imparidade para outros activos financeiros líquida de reversões	17	(3 867 644)	(1 744 425)
Imparidade para outros activos líquida de reversões	17	(2 369 269)	(1 898 833)
Resultado antes de impostos de operacoes em continuação		135 532 449	124 665 908
Impostos sobre os resultados			
Correntes	13	(18 195 284)	(9 188 858)
Diferidos	13	-	-
Resultado líquido do período		117 337 165	115 477 050
Rendimento reconhecido directamente no capital próprio		-	-
Rendimento integral do período		117 337 165	115 477 050
Número médio de acções ordinárias emitidas	19	11 938 356	11 270 718
Resultado por acção básico	19	9,829	10,246
Resultado diluídos por acção	19	9,829	10,246

Demonstrações da posição financeira separada intercalar para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2026 e o exercício findo em 31 de Dezembro 2025

milhões de kwanzas

Activo	Notas	30/06/2026 Não Auditado	30/06/2025
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	646 713 825	769 185 767
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	74 043 597	88 254 161
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	6	656 105 796	547 504 620
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	51 053 595	97 910 943
Investimentos ao custo amortizado	8	2 002 816 135	1 706 970 193
Crédito a clientes	9	868 682 833	891 011 848
Activos não correntes detidos para venda	10	-	52 395
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	11	1 567 215	1 567 215
Outros activos tangíveis	12	155 434 362	138 010 759
Activos intangíveis	12	20 264 975	13 414 081
Activos por impostos correntes	13	310 523	253 841
Activos por impostos diferidos	13	-	-
Outros activos	14	29 080 481	24 265 504
Total do activo		4 506 073 337	4 278 401 327
Passivo e capitais próprios			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	15	146 326 780	137 190 795
Recursos de clientes e outros empréstimos	16	3 455 451 913	3 210 711 525
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	7	-	-
Provisões	17	26 101 724	28 361 023
Passivos por impostos correntes	13	17 346 738	16 147 165
Passivos de locação	18	4 465 387	4 995 144
Outros passivos	18	60 112 949	63 691 719
Total do passivo		3 709 805 491	3 461 097 371
Capital social	19	90 000 000	90 000 000
Reservas de reavaliação	19	-	-
Outras reservas e resultados transitados	19	588 930 681	496 681 831
Resultado líquido do período	19	117 337 165	230 622 125
Total dos capitais próprios		796 267 846	817 303 956
Total do passivo e dos capitais próprios		4 506 073 337	4 278 401 327

Demonstrações separadas intercalares condensadas de alterações no capital próprio para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2026 e 2025

milhões de kwanzas

	Notas	Capital Social	Reserva legal, Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício/período	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2025		45 000 000	438 771 206	205 821 250	689 592 456
Aplicação do resultado do exercício de 2024:					
Constituição de reservas	19	-	102 910 625	(102 910 625)	-
Distribuição de dividendos	19	-	-	(102 910 625)	(102 910 625)
Aumento capital por incorporação de reservas	19	45 000 000	(45 000 000)	-	-
Resultado Líquido do período	19	-	-	115 477 050	115 477 050
Saldo em 30 de Junho de 2025		90 000 000	496 681 831	115 477 050	702 158 881
Resultado Líquido do exercício	19	-	-	115 145 075	115 145 075
Saldo em 31 de Dezembro de 2025		90 000 000	496 681 831	230 622 125	817 303 956
Aplicação do resultado do exercício de 2025:					
Constituição de reservas	19	-	92 248 850	(92 248 850)	-
Distribuição de dividendos	19	-	-	(138 373 275)	(138 373 275)
Resultado Líquido do período	19	-	-	117 337 165	117 337 165
Saldo em 30 de Junho de 2026*		90 000 000	588 930 681	117 337 165	796 267 846

*As contas de 30 de Junho de 2026 não foram auditadas.

Demonstrações separadas condensadas dos fluxos de caixa intercalar para o período de seis meses

findo em 30 de Junho de 2026 e 2025

		milhões de kwanzas	
	Notas	30/06/2026 Não Auditado	30/06/2025
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos		239 083 344	240 151 784
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos		(68 930 776)	(52 598 196)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(74 841 874)	(69 517 927)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões e outros benefícios		(2 734 054)	(1 643 437)
Recuperação de créditos abatidos ao activo		544 812	848 811
Outros resultados		50 447 884	29 527 006
Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais		143 569 336	146 768 041
Aumentos/diminuições de activos operacionais:			
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		(104 744 336)	(9 602 020)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		46 652 148	15 255 805
Investimentos financeiros ao custo amortizado		(268 186 641)	(171 476 694)
Crédito a clientes		4 865 367	(64 828 537)
Activos não correntes detidos para venda		-	(42 114)
Outros activos		(2 850 627)	(6 630 798)
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais		(324 264 089)	(237 324 358)
Aumentos/diminuições de passivos operacionais:			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito		6 940 006	53 281 987
Recursos de clientes e outros empréstimos		241 445 406	96 343 071
Outros passivos		(13 408 864)	3 964 669
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais		234 976 548	153 589 727
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento		54 281 795	63 033 410
Impostos sobre o rendimento e capitais pagos		(14 865 779)	(6 058 077)
Caixa líquida das actividades operacionais		39 416 016	56 975 333
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
Aquisições de outros activos tangíveis, líquidas de alienações		(26 795 404)	(11 787 173)
Aquisições de activos intangíveis, líquidas de alienações		(10 917 621)	(3 414 171)
Caixa líquida das actividades de investimento		(37 713 025)	(15 201 344)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento			
Distribuição de dividendos		(138 373 275)	(102 910 625)
Caixa líquida das actividades de financiamento		(138 373 275)	(102 910 625)
Variação de caixa e seus equivalentes		(136 670 284)	(61 136 636)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício (excluindo imparidade)	4 e 5	857 445 244	690 972 226
Efeitos da variação cambial em caixa e seus equivalentes		(12 686)	9 994 835
Caixa e seus equivalentes no fim do período (excluindo imparidade)	4 e 5	720 762 274	639 830 425



10

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstrações consolidadas intercalares de resultados e do outro rendimento integral para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2026 e 2025

milhões de kwanzas

	Notas	30/06/2026 Não Auditado	30/06/2025
Juros e rendimentos similares calculados pelo método da taxa de juro efectiva	19	238 477 746	200 556 615
Juros e rendimentos similares não calculados pelo método da taxa de juro efectiva	19	5 220 181	5 826 242
Juros e encargos similares	29	(52 752 224)	(40 560 857)
Margem financeira		190 945 703	165 822 000
Rendimentos de serviços e comissões	20	35 555 254	28 117 164
Encargos com serviços e comissões	20	(17 125 915)	(13 631 989)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	7	2 354 015	3 671 686
Resultados cambiais	21	44 409 366	31 371 696
Resultados de alienação de outros activos	22	-	274 675
Outros resultados de exploração	23	(737 871)	(1 251 668)
Produto da actividade bancária		255 400 552	214 373 564
Custos com o pessoal	24	(48 262 385)	(44 454 644)
Fornecimentos e serviços de terceiros	25	(35 721 126)	(29 126 512)
Depreciações e amortizações do exercício	11	(13 916 896)	(10 013 724)
Provisões líquidas de anulações	16	1 315 631	3 366 994
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões	16	(13 844 015)	(4 218 396)
Imparidade para outros activos financeiros líquida de reversões	16	(3 867 644)	(1 744 425)
Imparidade para outros activos líquida de reversões	16	(2 369 268)	(1 898 833)
Resultado antes de impostos de operações em continuação		138 734 847	126 284 024
Impostos sobre os resultados			
Correntes	12	(18 906 405)	(9 469 459)
Diferidos	12	-	-
Resultado líquido do período		119 828 442	116 814 565
Rendimento reconhecido directamente no capital próprio		-	-
Rendimento integral do período		119 828 442	116 814 565
Interesses que não controlam		1 359	845
Accionistas do Banco		119 827 083	116 813 720
Número médio de acções ordinárias emitidas	18	11 938 356	11 270 718
Resultado por acção básico	18	10,037	10,364
Resultado diluído por acção	18	10,037	10,364

Demonstrações consolidadas intercalares da posição financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2026 e do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

milhões de kwanzas

Activo	Notas	30/06/2026 Não Auditado	30/06/2025
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	646 713 825	769 185 768
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	74 043 951	88 270 249
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	6	662 505 091	554 991 204
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	56 676 427	100 860 511
Investimentos ao custo amortizado	8	2 005 140 113	1 710 594 808
Crédito a clientes	9	874 953 597	891 011 848
Activos não correntes detidos para venda	10	-	52 395
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	11	-	-
Outros activos tangíveis	12	155 986 201	138 581 960
Activos intangíveis	12	20 445 389	13 702 112
Activos por impostos correntes	13	545 310	496 540
Activos por impostos diferidos	13	-	-
Outros activos	14	17 286 252	17 451 888
Total do activo		4 514 296 156	4 285 199 283
Passivo e capitais próprios			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	14	146 326 780	137 190 795
Recursos de clientes e outros empréstimos	15	3 452 316 661	3 208 402 187
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	7	-	-
Provisões	16	26 263 234	28 495 042
Passivos por impostos correntes	12	18 037 632	17 118 726
Passivos de locação	17	4 465 387	4 995 144
Outros passivos	17	61 219 324	65 151 869
Total do passivo		3 708 629 018	3 461 353 763
Capital social	18	90 000 000	90 000 000
Outras reservas e resultados transitados	18	595 835 547	500 699 846
Resultado líquido do período	18	119 827 083	233 140 197
Total do capital atribuível aos accionistas do Banco		805 662 631	823 840 043
Interesses que não controlam		4 508	5 477
Total do passivo e dos capitais próprios		4 514 296 156	4 285 199 283

Demonstrações consolidadas intercalares das alterações no capital próprio para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2026

milhões de kwanzas

	Notas	Capital Social	Reserva legal, Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco	Total do capital atribuível aos accionistas do Banco	Interesses que não controlam	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2025		45 000 000	440 811 039	207 795 360	693 606 399	5 718	693 612 117
Aplicação do resultado do exercício de 2024:							
Constituição de reservas	18	-	104 884 735	(104 884 735)	-	-	-
Distribuição de dividendos	18	-	-	(102 910 625)	(102 910 625)	-	(102 910 625)
Aumento capital por incorporação de reservas		45 000 000	(45 000 000)	-	-		
Outros movimentos		-	4 072	-	4 072	(1 960)	2 112
Resultado líquido do exercício	18	-	-	116 813 720	116 813 720	1 719	116 815 439
Saldo em 30 de Junho de 2025		90 000 000	500 699 846	116 813 720	707 513 566	5 477	707 519 043
Resultado líquido do período		-	-	116 326 477	116 326 477		116 326 477
Saldo em 31 de Dezembro de 2025		90 000 000	500 699 846	233 140 197	823 840 043	5 477	823 845 520
Aplicação do resultado do exercício de 2025:							
Constituição de reservas	18	-	95 135 701	(95 135 701)	-	-	-
Distribuição de dividendos	18	-	-	(138 373 275)	(138 373 275)	-	(138 373 275)
Aumento capital por incorporação de reservas	18	-	-	-	-	-	-
Outros movimentos		-	-	368 779	368 779	(969)	367 810
Resultado líquido do exercício	18	-	-	119 827 083	119 827 083	-	119 827 083
Saldo em 30 de Junho de 2026*		90 000 000	595 835 547	119 827 083	805 662 631	4 508	805 667 139

*As contas de 30 de Junho de 2026 não foram auditadas.

Demonstrações consolidadas intercalares dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2026 e 2025

milhões de kwanzas

	Notas	30/06/2026 Não Auditado	30/06/2025
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos		239 083 344	498 642 088
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos		(68 930 776)	(113 951 688)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(74 841 874)	(157 199 125)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões e outros benefícios		(2 734 054)	(3 813 920)
Recuperação de créditos abatidos ao activo		544 812	1 112 435
Outros resultados		50 447 884	71 876 033
Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais		143 569 336	296 665 823
Aumentos/diminuições de activos operacionais:			
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		(104 744 336)	161 789 279
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		46 652 148	(7 172 410)
Investimentos financeiros ao custo amortizado		(268 186 641)	(161 109 742)
Crédito a clientes		4 865 367	(157 977 769)
Activos não correntes detidos para venda		-	(42 114)
Outros activos		(2 850 627)	(4 965 293)
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais		(324 264 089)	(169 478 049)
Aumentos/diminuições de passivos operacionais:			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito		6 940 006	108 478 244
Recursos de clientes e outros empréstimos		241 445 759	153 640 019
Outros passivos		(13 408 864)	(19 976 544)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais		234 976 901	242 141 719
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento		54 282 148	369 329 493
Impostos sobre o rendimento e capitais pagos		(14 865 779)	(19 077 919)
Caixa líquida das actividades operacionais		39 416 369	350 251 574
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
Aquisições de outros activos tangíveis, líquidas de alienações		(26 795 404)	(90 964 436)
Aquisições de activos intangíveis, líquidas de alienações		(10 917 621)	(8 430 648)
Caixa líquida das actividades de investimento		(37 713 025)	(99 395 084)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento			
Distribuição de dividendos		(138 373 275)	(102 910 625)
Caixa líquida das actividades de financiamento		(138 373 275)	(102 910 625)
Variação de caixa e seus equivalentes		(136 669 931)	147 945 865
Caixa e seus equivalentes no início do exercício (excluindo imparidade)	4 e 5	857 445 244	690 973 083
Efeitos da variação cambial em caixa e seus equivalentes		(12 686)	18 542 384
Caixa e seus equivalentes no fim do período (excluindo imparidade)	4 e 5	720 762 627	857 461 332



RELATÓRIO E CONTAS 1S2026

Disclaimer

A informação financeira constante do Relatório e Contas do Banco de Fomento Angola, S.A., sociedade aberta, relativo ao 1.º Semestre de 2026 foi preparada com base nos elementos disponíveis à data da sua elaboração e em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis.

A informação financeira respeitante ao período em referência não foi objecto de auditoria nem de revisão legal de contas, destinando-se apenas ao acompanhamento da actividade do Banco e à divulgação ao mercado, podendo ser objecto de ajustamentos posteriores.